

---

# Relatório da Administração 2024

---



---

Companhia Energética de Brasília



# Mensagem da Administração:

Senhores Acionistas,

Em atendimento à legislação vigente e às disposições estatutárias, apresentamos o Relatório de Administração da CEB, acompanhadas das Demonstrações Financeiras, da manifestação do Comitê de Auditoria Estatutário, dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

O Brasil enfrentou um ano desafiador, marcado por oscilações cambiais e incertezas climáticas. No entanto, também surgiram oportunidades, especialmente para o setor elétrico, que demonstrou resiliência diante das adversidades.

Os impactos climáticos foram especialmente significativos para o setor ao longo do ano. A seca recorde no primeiro semestre reduziu consideravelmente a capacidade de armazenamento dos reservatórios, exigindo um maior acionamento de termelétricas e elevando os custos da energia elétrica. Contudo, a retomada das chuvas no último trimestre permitiu a recuperação dos níveis hídricos, possibilitando a manutenção da bandeira tarifária verde na maior parte do país.

A recuperação dos reservatórios do Sistema Interligado Nacional (SIN) reduziu a necessidade de acionamento das usinas térmicas, beneficiando tanto a modicidade tarifária quanto a sustentabilidade do sistema elétrico.

A Companhia Energética de Brasília manteve um desempenho similar ao de 2023, registrando uma Receita Operacional Líquida de R\$ 350,369 milhões em 2024, em comparação com R\$ 352,571 milhões no ano anterior. O Lucro Líquido foi de R\$ 225,527 milhões em 2024, frente aos R\$ 235,023 milhões apurados em 2023.

## Dados Econômico-Financeiros Consolidado:

(R\$ Mil)	2024	2023	Δ (%)	Δ R\$
Receita Operacional Bruta	398.954	399.989	-0,26%	-1.035
Receita Operacional Líquida	350.369	352.571	-0,62%	-2.202
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	291.012	311.073	-6,45%	-20.061
EBITDA (LAJIDA)	229.344	230.365	-0,44%	-1.021
Lucro Líquido	225.527	235.023	-4,04%	-9.496
Patrimônio Líquido Controladora	1.065.393	1.008.340	5,66%	57.053

Em março de 2024, entrou em vigor o contrato de concessão do serviço de iluminação pública no Distrito Federal. Nesse contexto, a CEB IPES assumiu o compromisso de investir R\$ 897 milhões ao longo do período dos 30 anos da concessão, sendo R\$ 226 milhões destinados aos próximos três anos.

---

Esses investimentos poderão ser realizados com recursos próprios, porém, para viabilizar seu plano de investimentos e otimizar a rentabilidade do projeto, a Companhia deverá captar recursos no mercado.

Como contrapartida, o contrato de concessão prevê o recebimento da Contraprestação Mensal Efetiva (CME) pela CEB IPES, totalizando uma receita de R\$ 3,331 bilhões ao longo da concessão. Esse montante garante os investimentos, a operação, a manutenção e uma remuneração de capital justa.

Os investimentos visam aprimorar a qualidade do serviço prestado, incluindo, na primeira fase, a substituição de todas as 172 mil luminárias convencionais por modelos de LED. Essa modernização proporcionará maior eficiência energética, reduzindo em pelo menos 50% os custos com consumo de energia e aumentando a sensação de segurança para a população. A meta é tornar todo o parque de iluminação pública mais eficiente até o início de 2026.

Para a sociedade, a melhoria na iluminação pública tem um impacto significativo na segurança, reduzindo ações criminosas e facilitando o patrulhamento policial. Além disso, contribui para a mobilidade da população, permitindo o uso seguro dos espaços públicos em qualquer horário.

Com a redução dos custos de energia do parque de iluminação pública, a Contribuição de Iluminação Pública (CIP) será suficiente para custear todos os serviços prestados pela Companhia à população do Distrito Federal durante os 30 anos de concessão.

Contribuindo para a sustentabilidade e segurança energética do Distrito Federal, a CEB está expandindo sua atuação, focada em novos negócios que visam fortalecer a matriz energética renovável. Como parte dessa estratégia, a Companhia implantará usinas solares fotovoltaicas com capacidade superior a 100 MWp.

Este projeto é viabilizado por meio de um financiamento internacional de 94 milhões de euros junto ao New Development Bank (NDB). O contrato foi aprovado pelo BOARD do NDB em dezembro de 2024, e sua assinatura está prevista para ocorrer ainda no primeiro semestre de 2025. Assim sendo, as obras deverão ser iniciadas neste ano, com expectativa de entrada em operação em 2026

O ano de 2024 marcou a consolidação de projetos, aprimoramento de processos e avanços em diversas áreas. A CEB reforça seu compromisso com a transparência e a eficiência em todas as suas frentes de atuação.

Por fim, a CEB agradece aos seus fornecedores, acionistas, colaboradores, entidades de classe e à população do Distrito Federal pela confiança depositada em sua gestão, e reafirma seu compromisso de continuar prestando serviços de energia elétrica com qualidade e confiabilidade.

**EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO  
GARCIA**

*Diretor-Presidente*

**WALTER LUÍS BERNARDES ALBERTONI**

*Presidente do Conselho de Administração*

---

# Cenário Macroeconômico:

O cenário macroeconômico brasileiro em 2024 apresentou desafios como oscilações cambiais e incertezas climáticas, mas também oportunidades, especialmente para o setor elétrico, que demonstrou resiliência diante das adversidades.

A economia brasileira experimentou um ano de contrastes, com fatores como variações cambiais, crescimento do PIB, redução da taxa de desemprego e impactos climáticos que influenciaram diretamente o setor elétrico. Desta forma, para garantir estabilidade e eficiência no fornecimento de energia, ajustes estratégicos foram necessários na matriz energética nacional.

O real enfrentou volatilidade frente ao dólar, impactado tanto por fatores externos, como a política monetária dos Estados Unidos, quanto por questões internas, como o cenário fiscal e as incertezas políticas. A taxa de câmbio encerrou o ano em R\$ 6,18 por dólar, representando uma depreciação significativa da moeda brasileira.

Além disso, as altas na taxa de juros realizadas pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) não foram o suficiente para manter a inflação dentro da meta estipulada pelo Banco Central, isto é, no intervalo de 3% a 4,5%, com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrando o ano em 4,83% e a taxa de juros em 12,25%.

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu cerca de 3,4% em 2024. Esse crescimento foi impulsionado principalmente pelo agronegócio e pelo setor de serviços, enquanto a indústria apresentou uma recuperação moderada.

A taxa de desemprego caiu para 6,6%, a menor em mais de uma década, refletindo a retomada gradual da economia e a geração de empregos formais. No setor elétrico, a expansão da geração renovável e os projetos de modernização da infraestrutura criaram oportunidades de trabalho, especialmente nas regiões Nordeste e Sudeste.

Os desafios climáticos foram marcantes para o setor elétrico ao longo do ano. A seca recorde no primeiro semestre reduziu significativamente a capacidade de armazenamento dos reservatórios, demandando maior acionamento de termelétricas e impactando os custos da energia elétrica. No entanto, a retomada das chuvas no último trimestre possibilitou a recuperação dos níveis hídricos, permitindo a manutenção da bandeira tarifária verde na maior parte do país.

Logo, a recuperação dos reservatórios do Sistema Interligado Nacional (SIN) possibilitou a redução da necessidade de acionamento de usinas térmicas, beneficiando tanto a modicidade tarifária quanto a sustentabilidade do sistema elétrico.

Ademais, os leilões de energia promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) resultarão em uma economia de R\$ 1,15 bilhão para os consumidores, garantindo preços mais competitivos no mercado regulado.

---

## Perfil da Companhia:

A Companhia Energética de Brasília – CEB originou-se da Companhia de Eletricidade de Brasília, criada em 16 de dezembro de 1968, oriunda do Departamento de Força e Luz – DFL da Novacap.

No início da década de 1990, a CEB passou a investir em novos negócios, obtendo concessão de gás canalizado em 1993, bem como participação em consórcio de aproveitamento hidrelétrico, em 1994. No ano de 2006, atendendo ao disposto na Lei nº 10.848/2004 e na Resolução Autorizativa nº 318/2005 – ANEEL, a CEB foi submetida a uma reestruturação societária, passando, respectivamente, as concessões de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal e de gerações das Usinas Hidrelétrica do Paranoá, Termelétrica de Brasília, e da Usina de Queimado (parte da CEB no Consórcio Cemig/CEB), para as empresas CEB Distribuição S.A., CEB Geração S.A. e CEB Participações S.A..

Dessa forma, a Companhia tornou-se controladora de empresas nos ramos de distribuição e de geração de energia elétrica, tendo também participações em empresas coligadas, controlada em conjunto e ligada.

Em 2020, por meio de cisão da CEB Distribuição S/A, a Companhia autorizou a criação da subsidiária integral CEB Iluminação Pública e Serviços S/A (“CEB IPES”), concebida com o objetivo de prestar serviços de gestão, modernização, efficientização e expansão do parque de iluminação pública do Distrito Federal. Desta forma, a CEB IPES recepcionou parte do pessoal e de patrimônio não vinculado à concessão da CEB DIS, e atua primordialmente no setor de Iluminação Pública do Distrito Federal.

Assim, atualmente a Companhia prioriza e foca suas atividades nos segmentos de geração de energia e na prestação de serviços de iluminação pública do Distrito Federal.

## Estrutura Societária:

A Companhia Energética de Brasília é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/1976), tendo por órgão fiscalizador de suas ações mercadológicas a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), desde seu registro na entidade, em 4 de julho de 1994.

Em atendimento à orientação da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BM&FBOVESPA), por intermédio do Ofício nº 041/2007 – SEO, de 15 de março de 2007, a CEB, após decisão tomada na 45ª Assembleia Geral Ordinária, agrupou suas ações, a partir de 18 de junho de 2007. Dessa forma, foi adotada a cotação unitária, passando o seu capital social a ser representado por 9.183.458 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 4.576.432 ações ordinárias, 1.313.002 ações preferenciais classe A e 3.294.024 ações preferenciais classe B.

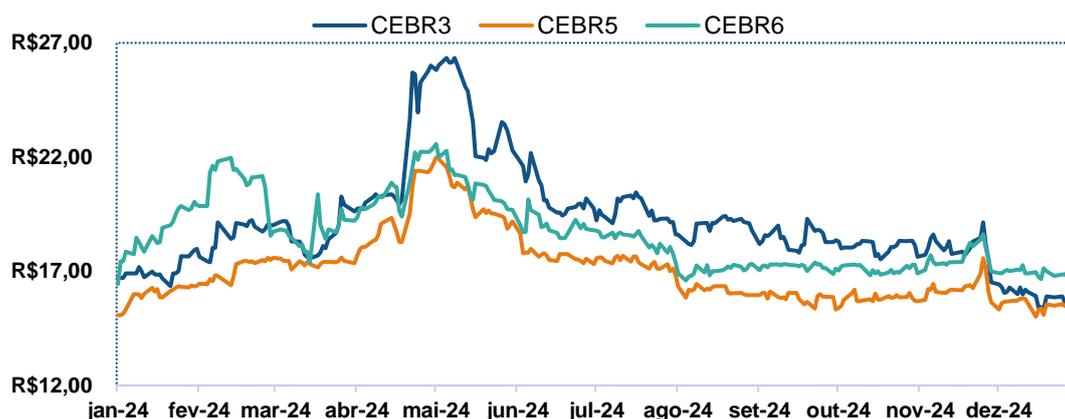
Em 23 setembro de 2015, a 89ª Assembleia Geral Extraordinária – AGE homologou o aumento de capital da CEB em R\$ 223.969.190,00, mediante as subscrições particulares de 2.607.746 ações ordinárias e de 2.625.179 ações preferenciais Classe B.

Em 14 de outubro de 2021, por meio da 106ª Assembleia Geral Extraordinária – AGE, as ações da Companhia foram desmembradas na proporção de 1:5. Dessa forma, o valor integralizado do capital social da CEB, no montante de R\$ 566.025.355,62 (quinhentos e sessenta e seis milhões, vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), apresenta a seguinte composição:

## Composição Acionária:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	%	Qtd	%	%	Qtd	%
<b>Distrito Federal (Controlador)</b>	93,20	24.296.600	67,19	93,20	24.296.600	67,19
<b>Outros Acionistas</b>	6,80	11.864.425	32,81	6,80	11.864.425	32,81
<b>Total</b>	100,00	36.161.025	100,00	100,00	36.161.025	100,00

## Evolução da cotação das ações da CEB:



## Organização Societária:



## Dados Econômico-Financeiros Consolidado:

(R\$ Mil)	2024	2023	Δ (%)	Δ R\$
Receita Operacional Bruta	398.954	399.989	-0,26%	-1.035
Receita Operacional Líquida	350.369	352.571	-0,62%	-2.202
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	291.012	311.073	-6,45%	-20.061
EBITDA (LAJIDA)	229.344	230.365	-0,44%	-1.021
Lucro Líquido	225.527	235.023	-4,04%	-9.496
Patrimônio Líquido Controladora	1.065.393	1.008.340	5,66%	57.053

Em 2024, a Receita Operacional Líquida da CEB totalizou R\$ 350.369 mil, apresentando uma leve queda de 0,62% em relação ao valor de R\$ 352.571 mil registrado em 2023. Essa variação foi influenciada, principalmente, pelo recuo na Receita Operacional Bruta, que diminuiu 0,26% no período. No entanto, esse impacto foi parcialmente compensado pelo aumento expressivo da Receita da Prestação de Serviços, que registrou alta de 47,01%, reflexo da intensificação das ações de eficiência do parque de iluminação pública do Distrito Federal.

O Lucro Líquido Consolidado alcançou R\$ 225.527 mil em 2024, uma redução de R\$ 9.496 mil (-4,04%) em relação ao resultado do ano anterior (R\$ 235.023 mil em 2023). Essa queda reflete, em parte, o impacto da retração no Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos, que apresentou uma variação negativa de 6,45%, saindo de R\$ 311.073 mil em 2023 para R\$ 291.012 mil em 2024.

O EBITDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização – LAJIDA) manteve-se estável, totalizando R\$ 229.344 mil em 2024, uma variação de apenas -0,44% em relação ao valor de R\$ 230.365 mil registrado em 2023.

O Lucro Líquido da Controladora foi de R\$ 174.228 mil, dos quais a Companhia propõe a destinação de 85% desse montante (R\$ 148.093 mil) para a distribuição de dividendos.

Em dezembro de 2024, a CEB distribuiu antecipadamente R\$ 61.822 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio (JCP). Caso essa proposta seja aprovada na Assembleia Geral Ordinária (AGO), a Companhia pagará um saldo residual de R\$ 86.271 mil em dividendos, equivalente a: R\$1,149649 por ação ordinária (CEBR3) e por ação preferencial classe A (CEBR5); e R\$1,2646139 por ação preferencial classe B (CEBR6).

O Patrimônio Líquido da Controladora atingiu R\$ 1.065.393 mil em 2024, um crescimento de 5,66% (R\$ 57.053 mil) em relação ao saldo de R\$ 1.008.340 mil em 2023, refletindo a sólida posição financeira da Companhia e sua capacidade de geração de valor aos acionistas.

# Negócios da Companhia:

## Empresas Controladas:

### CEB Geração S.A.

A CEB Geração S/A é uma empresa pública, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB. Criada pela Lei Distrital Nº 2.648, de 26/12/2000, a empresa atua como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, sendo responsável pela operação da Usina Hidrelétrica Paranoá (UHE Paranoá), conforme estabelecido no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2016-ANEEL, publicado no Diário Oficial da União em 21/06/2022.

Em 10 de dezembro de 2021, o Ministério de Minas e Energia aprovou a prorrogação da concessão da UHE Paranoá por 30 anos, com término previsto para 29 de abril de 2050. Com essa renovação, a CEB Geração S/A tem como desafio modernizar e atualizar tecnologicamente a usina, garantindo maior eficiência, segurança e confiabilidade operacional.

A empresa possui um capital social de R\$ 7.575.212,61, dividido em 7.575.212 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Seu objeto social inclui a geração e comercialização da energia produzida pela UHE Paranoá, além da participação em outros empreendimentos de geração, podendo constituir ou integrar sociedades para a realização de seus objetivos ou para aproveitamento de incentivos fiscais.

## Dados Econômico-Financeiros:

(R\$ Mil)	2024	2023	Δ (%)	Δ R\$
Receita Operacional Bruta	11.216	13.384	-16,2%	-2.168
Receita Operacional Líquida	10.065	12.316	-18,3%	-2.251
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	687	2.117	-67,5%	-1.430
EBITDA (LAJIDA)	-2.306	-1.531	-50,6%	-775
Lucro Líquido	-629	542		-1.171
Patrimônio Líquido	14.521	15.150	-4,1%	-629

Durante o exercício de 2024, a CEB Geração S/A foi responsável pela geração de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica Paranoá, obtendo sua receita operacional por meio de tarifa pública (Receita Anual de Geração – RAG) homologada pela ANEEL, pela disponibilização, em regime de COTAS, da garantia física de energia e de potência da sua usina.

A Receita Operacional Líquida obtida em 2024 foi de R\$ 10.065 mil, representando uma redução de 18,3% em relação ao ano anterior, impactada pela queda na Receita Anual de

---

Geração (RAG) e pelo modelo contábil adotado com base no ICPC 01 (R1), que rege contratos de concessão público-privado.

O EBITDA foi negativo em R\$ 2.306 mil, refletindo o impacto dos investimentos em modernização e o aumento dos custos operacionais para atendimento das obrigações contratuais estabelecidas no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

O Retorno sobre Capital Próprio (ROE) foi negativo em 4,33%, abaixo dos 3,58% registrados em 2023, devido à redução da receita e ao aumento dos custos operacionais. A modernização da UHE Paranoá, prevista para os próximos anos, deve contribuir para uma recuperação desse indicador a partir de 2026.

---

### ***CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.***

---

A CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. (CEB IPES), subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília, tem como principal objeto prestar serviços de gestão, manutenção, recuperação, modernização, melhoramento, eficientização, expansão, operação e compartilhamento de ativos que integram o parque de iluminação pública, de forma direta ou indireta; elaboração de estudos, projetos de engenharia, execução de obras de implantação de sistemas de iluminação pública, instalações elétricas prediais, e atuar nas demais atividades correlatas à prestação dos serviços de iluminação pública..

Em 04 de dezembro de 2023, foi assinado entre o Distrito Federal e a CEB Iluminação Pública e Serviços o Contrato de Concessão dos serviços de iluminação pública no Distrito Federal, cuja eficácia se deu em 25 de março de 2024.

Com isso, a CEB IPES assumiu um parque de iluminação pública com uma base total de ativos de 251.161 pontos de iluminação pública, abrangendo 299.937 luminárias, dais quais 172.238 deverão ser eficientizadas nos próximos 36 meses.

A Companhia apresentou um lucro de R\$ 14.013 mil neste ano, gerado, basicamente, pelos rendimentos de aplicações financeiras (R\$ 22.402 mil), relativo ao recurso formado no seu capital.

---

### ***CEB Lajeado S.A.***

---

A CEB Lajeado S.A., em conjunto com a Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e a Investco S.A. constituem o denominado “Consórcio Lajeado”, cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público do Aproveitamento Hidroelétrico da UHE Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos termos aditivos celebrados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir de 16 de dezembro de 1997, perdurando inicialmente até 15 de

dezembro de 2032, todavia, com base na Resolução Homologatória ANEEL Nº 2632/2021 de 14 de setembro de 2021, a Companhia obteve uma extensão da concessão de 980 dias, a ser encerrada em 22 de setembro de 2035, em função da sua participação no Mecanismo de Relocação de Energia – MRE.

A energia elétrica gerada pelo empreendimento é comercializada pelas Concessionárias, na proporção da participação de cada uma delas na formação do Consórcio Lajeado.

Quase todo montante de energia da CEB Lajeado S.A. é comercializado com a Neoenergia Brasília, por meio de um contrato bilateral regulado de compra e venda de energia (ACR), com vencimento em 15 de dezembro de 2032. No período de prorrogação da concessão, a Companhia poderá comercializar sua cota parte de energia da UHE Luiz Eduardo Magalhães no Mercado Livre. À vista da questão hídrica vivenciada, esse contrato não alcançou a totalidade do bloco de energia de titularidade da Empresa, conforme estratégia de hedge detalhada no item “Comercialização de Energia” deste relatório. Mesmo com a redução no volume de venda anteriormente contratado, a manutenção desse instrumento significa garantia firme de receita até o final da concessão de produção independente, da qual a CEB Lajeado é titular.

A receita da Companhia, em quase sua totalidade, é oriunda da venda de energia elétrica para a Neoenergia Brasília, do Mercado de Energia Elétrica no qual faz parte, do rendimento de aplicações financeiras e pelos resultados provenientes da participação acionária na Coligada Investco S.A, detentora dos ativos de geração da Usina.

## Organização Societária:



## Dados Econômico-Financeiros:

(R\$ Mil)	2024	2023	Δ (%)	Δ R\$
Receita Operacional Bruta	269.067	263.369	2,17%	5.728
Receita Operacional Líquida	234.366	230.801	1,54%	3.565
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	166.563	185.590	-10,25%	-19.027
EBITDA (LAJIDA)	159.879	173.367	-7,78%	-13.488
Lucro Líquido	104.990	118.234	-11,20%	-13.244
Patrimônio Líquido	387.563	400.067	-3,13%	-12,504

No exercício de 2024, a CEB Lajeado registrou uma Receita Operacional Bruta de R\$ 269,1 milhões, com um aumento de 2,17% em relação ao ano anterior, impulsionado pelo reajuste tarifário e pela comercialização no mercado de energia. O EBITDA alcançou R\$ 159,9 milhões, refletindo uma margem de 68,2%. O lucro líquido foi de R\$ 104,9 milhões, demonstrando a eficiência operacional da Companhia, apesar dos desafios do setor.

Em relação à Receita Operacional Bruta, a CEB Lajeado obteve um crescimento na ordem de R\$ 5.728 mil, e variação de 2,17% em virtude do reajuste tarifário e das operações no mercado de energia em 2024. O lucro antes dos tributos obteve uma redução de R\$ 19.027 mil e -10,25%, reflexo do aumento dos custos operacionais e da queda no resultado financeiro.

A Companhia mantém uma estrutura patrimonial sólida, com um patrimônio líquido de R\$ 387,6 milhões. O endividamento geral foi reduzido para 18,4%, reforçando sua capacidade de liquidez. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido (ROE) registrou 27,09% em 2024 e 29,55% em 2023.

A CEB Lajeado também investe em iniciativas de responsabilidade social e inovação. Em 2024, destinou parte dos recursos do IRPJ ao projeto "Vôlei Sentado Brasília Vôlei", promovendo a inclusão social de atletas paralímpicos. Além disso, conduz projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), incluindo o desenvolvimento de soluções para cidades inteligentes com tecnologia 5G.

Para os próximos anos, a Companhia busca consolidar sua eficiência operacional, ampliar sua presença no Mercado Livre e continuar aprimorando sua governança corporativa. Com base em seu planejamento estratégico, a CEB Lajeado seguirá alinhada às diretrizes regulatórias e às oportunidades do setor elétrico, garantindo a sustentabilidade de suas operações e a geração de valor aos acionistas e à sociedade.

---

### **CEB Participações S.A.**

---

A CEB Participações S.A. foi criada pela Lei Distrital nº 1.788, de 27/11/1997, constituída como sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB. A Empresa possui patrimônio próprio e autonomia administrativo-financeira com sede e foro na cidade de Brasília-DF, nos termos da legislação em vigor.

O seu objeto social é comprar e vender participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, mediante comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira dos negócios, sendo vedada a participação em entidades sem fins lucrativos.

Pode ainda, participar diretamente ou por meio de consórcio, da exploração de empreendimentos de geração, como é o caso da Usina Hidrelétrica Queimado, bem como comercializar a sua cota-parte da energia elétrica produzida, nos limites constantes dos respectivos contratos de concessão.

Iniciou sua atividade operacional em 13 de janeiro de 2006 por meio do processo de segregação das atividades de distribuição e geração de energia elétrica na Companhia Energética de Brasília – CEB, aprovada pela Resolução Autorizativa nº 318, de 14 de setembro de 2005, da ANEEL.

Atualmente, detém 17,5% do Consórcio Cemig-CEB, responsável pela administração e operação da UHE Queimado, com potência instalada de 105 MW, e comercializa a sua cota-parte de energia elétrica produzida na usina localizada no Rio Preto, entre os municípios de Unaí/MG e Cristalina/GO. A energia gerada nesta unidade é comercializada para várias regiões do território nacional.

Possui, ainda, participação acionária de 1,5355% na Companhia Corumbá Concessões S.A., cujo empreendimento denomina-se UHE Corumbá IV. A usina foi inaugurada em 4 de abril de 2006 e possui capacidade instalada de 129,6 Megawatts (MW) médios, e fornece energia para cerca de 250 mil habitantes do Distrito Federal (DF). O empreendimento está localizado no rio Corumbá, próximo ao município de Luziânia (GO).

A receita da CEB Participações S.A. é proveniente, em sua maior parte, da comercialização de energia gerada pela Usina Hidrelétrica Queimado, complementada pelos recursos oriundos do contrato de prestação de serviços administrativo-financeiros prestados para o Consórcio Cemig-CEB, pelas aplicações financeiras e pelo recebimento de resultados da participação acionária na empresa Corumbá Concessões S.A..

## Dados Econômico-Financeiros:

(R\$ Mil)	2024	2023	Δ (%)	Δ R\$
Receita Operacional Bruta	26.513	25.259	4,96%	1.254
Receita Operacional Líquida	24.475	23.396	4,61%	1.079
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	18.996	18.057	5,20%	939
EBITDA (LAJIDA)	17.924	16.842	6,43%	1.082
Lucro Líquido	17.304	16.372	5,69%	932
Patrimônio Líquido	41.193	39.866	3,33%	1.327

A receita da Companhia manteve continuidade dos contratos de venda de energia gerada pela UHE Queimado, que representou a principal fonte de recursos da Empresa, complementada pela prestação de serviços administrativos ao Consórcio Cemig-CEB, pelos resultados da participação acionária na Companhia Corumbá Concessões S.A. e pelas aplicações financeiras.

---

O aumento de 4,96% na receita operacional bruta em 2024, comparado com o ano anterior, é resultado direto das atualizações monetárias nos contratos de prestação de serviços e do ambiente regulado, para manter o equilíbrio financeiro, acompanhar a inflação

---

## **Companhia Brasileira de Gás**

---

A Companhia Brasileira de Gás é uma sociedade de economia mista, constituída em 20 de março de 2001, com autorização da Lei Distrital nº 2.518, de 10 de janeiro de 2000.

Tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás natural canalizado, de produção própria ou de terceiros. Poderá, inclusive, importar o suprimento para distribuição nos segmentos comercial, industrial, residencial, automotivo, de geração termelétrica, ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo território do Distrito Federal.

A Companhia poderá ainda:

- Efetuar a implantação e a operação das redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte;
- Exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive, sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros; e
- Constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, visando o êxito na realização de suas atividades.

A concessão da exploração tem prazo de vigência até 9 de janeiro de 2030, podendo ser prorrogado por mais 30 anos.

A CEB é controladora da Companhia Brasileira de Gás, com 56,25% das ações ordinárias e 25% do total das ações.



O principal desafio para distribuição do gás canalizado é o desenvolvimento de uma infraestrutura logística adequada de suprimento. O Distrito Federal não é abastecido por gasoduto de transporte que possa garantir o suprimento contínuo de gás.

Em março de 2024 o fornecimento de gás natural no Distrito Federal foi interrompido devido à não renovação contratual com a GÁSLOCAL, tendo em vista que as exigências para a renovação contratual tornariam o contrato inexecutável, fazendo com que o preço do GNV

ficasse inviável aos consumidores e totalmente sem competitividade frente a outros combustíveis alternativos.

A CEBGAS está em busca de um novo fornecedor de gás natural para que possa retomar o fornecimento de GNV ao Distrito Federal.

Uma importante alternativa para promover o crescimento sustentável da CEBGAS é o desenvolvimento do Projeto do Gasoduto do Brasil Central, pois possibilitará o suprimento contínuo de gás natural com custos mais competitivos para a Companhia proporcionando, desta forma, viabilizar a massificação do gás natural, por meio da construção de uma malha integrada de distribuição, voltada a atender a demanda dos diversos segmentos de mercado do DF.

## Empresas Coligadas:

### Corumbá Concessões S.A.

A Corumbá Concessões S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 6 de dezembro de 2000, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, na condição de produtora independente. A participação do Grupo CEB no capital social da Empresa é de 34,07%, sendo 32,53% de propriedade da CEB e 1,54% da CEB Participações S.A..

## Dados Econômico-Financeiros:

(R\$ Mil)	2024	2023	Δ (%)	Δ R\$
Receita Operacional Bruta	289.849	298.483	-2,89%	-8.634
Receita Operacional Líquida	281.245	287.647	-2,23%	-6.402
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	238.323	220.834	7,92%	17.489
EBITDA (LAJIDA)	256.710	238.351	7,70%	18.359
Lucro Líquido	167.572	155.777	7,57%	11.795
Patrimônio Líquido	458.061	440.477	3,99%	17.584

O exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 apresentou, mais uma vez, resultados excelentes nos mais variados aspectos: econômicos, financeiros e técnicos. Como será detalhado adiante, fechamos o ano com um lucro líquido de R\$ 167.572, representando uma margem líquida de quase 58%. Esse valor superou o do ano anterior, sendo o maior da série histórica da Companhia desde 2006. Além disso, o Contrato de Compra e Venda de Energia – CCVE foi integralmente cumprido e seus valores foram corrigidos pelo índice contratual (IGP-M). A Companhia registrou em 2024 um ROE equivalente a 37%.

Em 2024, foram pagos R\$ 136.799 em dividendos, representando o segundo maior “payout” da série histórica desde 2006.

As despesas operacionais (OPEX) gerenciais (fora obra jusante, compra de energia e despesas regulatórias) se situaram em cerca de 11,8% do faturamento bruto.

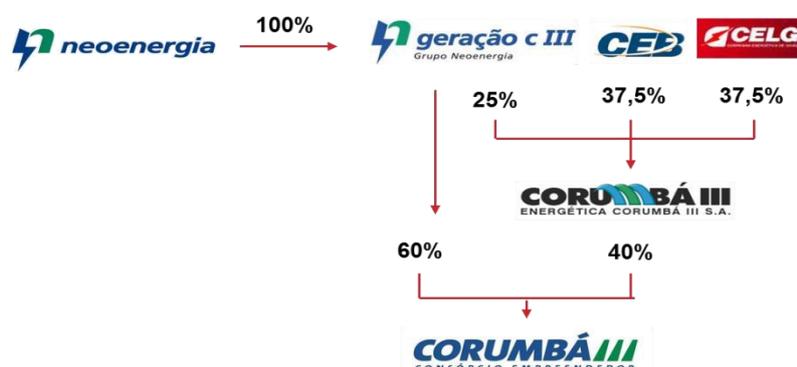
---

## Energética Corumbá III S.A.

---

A Energética Corumbá III S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente. A CEB detém uma participação de 37,5% do capital social, sendo 25% das ações ordinárias e 50% das ações preferenciais

## Organização Societária



## Dados Econômico-Financeiros:

(R\$ Mil)	2024	2023	Δ (%)	Δ R\$
Receita Operacional Bruta	77.360	80.191	-3,53%	-2.831
Receita Operacional Líquida	72.868	75.817	-3,89%	-2.949
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	54.817	50.236	9,12%	4.581
EBITDA (LAJIDA)	59.403	55.893	6,28%	3.510
Lucro Líquido	50.799	46.303	9,71%	4.496
Patrimônio Líquido	214.425	206.367	3,90%	8.058

A energia garantida da UHE Corumbá III correspondente a 49,3 MW Médios foi totalmente comercializada perante a Neoenergia Brasília, conforme Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado em 12/11/2002, e o Terceiro Termo Aditivo ao mesmo celebrado em 12/11/2007.

## Empresas Ligada:

---

### BSB Energética S.A.

---

A BSB Energética S.A. é uma sociedade por ações, constituída em 24 de março de 2000, para explorar Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, com potência global máxima instalada de 200 MW e, estatutariamente, está autorizada a participar de outros empreendimentos ou

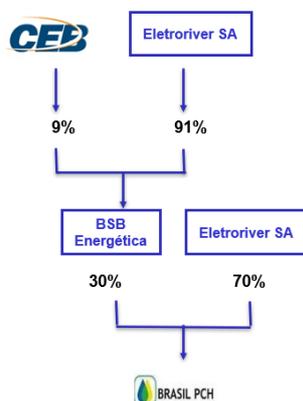
sociedades, seja como acionista ou quotista. A CEB detém uma participação acionária de 9,0% do capital social da BSB Energética S.A..

Em 2006, ao associar-se com outras empresas que possuíam concessões, projetos e licenças ambientais de empreendimentos de mesma natureza (PCHs), a BSB Energética S.A. passou a deter participação acionária na Brasil PCH S.A..

A Brasil PCH S.A. possui 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas com capacidade total de 291 MW e a BSB Energética S.A. tem participação equivalente a 30% do capital.

A venda da energia gerada se dá por meio de contratos de compra e venda firmados por cada uma das empresas relacionadas com as PCHs para a Eletrobrás, por intermédio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa.

## Organização Societária



A BSB Energética S.A. é uma empresa holding pura, que recebe dividendos da Brasil PCH, companhia que controla 13 Sociedades de Propósito Específico – SPEs de geração hidrelétrica. Sua receita, portanto, é exclusivamente decorrente do recebimento da distribuição de resultados;

# Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado:

## Receita Operacional

Em 2024, a Receita Operacional Bruta Consolidada totalizou R\$ 398.954 mil, representando uma leve queda de 0,26% (-R\$ 1.035 mil) em relação a 2023, quando a receita foi de R\$ 399.989 mil.

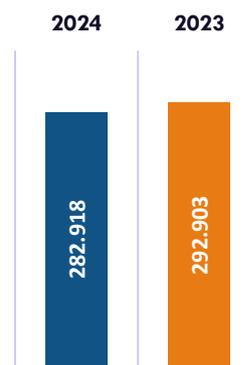
A Receita Operacional Líquida Consolidada da CEB manteve-se relativamente estável no 4T24, com crescimento de 1,34% em relação ao 4T23, um aumento de R\$ 1.231 mil. No acumulado do ano, a variação foi de -0,62%, passando de R\$ 352.571 mil em 2023 para R\$ 350.369 mil em 2024.

A seguir, detalhamos as rubricas que compõem essa receita:

	4T24	4T23	Δ%	ΔR\$	2024	2023	Δ%	ΔR\$
Suprimento de Energia	73.156	70.246	4,14%	2.910	282.918	292.903	-3,41%	-9.985
Energia de Curto Prazo	12.672	770	1545,71%	11.902	20.970	6.202	238,12%	14.768
Receita de Prestação de Serviços	14.578	32.711	-55,43%	-18.133	80.582	95.886	-15,96%	-15.304
Receita de Venda de Gás	-	898	-100,00%	-898	479	4.998	-90,42%	-4.519
Receita de Construção	5.716	-	-	5.716	14.005	-	-	14.005
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>106.122</b>	<b>104.625</b>	<b>1,43%</b>	<b>1.497</b>	<b>398.954</b>	<b>399.989</b>	<b>-0,26%</b>	<b>-1.035</b>
Impostos	-438	-782	-43,99%	344	-2.060	-2.632	-21,73%	572
Contribuições	-10.109	-10.218	-1,07%	109	-35.748	-36.000	-0,70%	252
Encargos do Consumidor	-2.746	-2.027	35,47%	-719	-10.777	-8.786	22,66%	-1.991
Deduções da Receita Operacional Bruta	-13.293	-13.027	2,04%	-266	-48.585	-47.418	2,46%	-1.167
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>92.829</b>	<b>91.598</b>	<b>1,34%</b>	<b>1.231</b>	<b>350.369</b>	<b>352.571</b>	<b>-0,62%</b>	<b>-2.202</b>

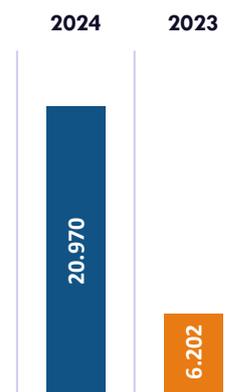
### Suprimento de Energia

A Receita de Suprimento de Energia no 4T24 foi de R\$ 73.156 mil, um aumento de 4,14% em relação ao 4T23 (R\$ 70.246 mil). No entanto, no acumulado do ano, houve uma queda de 3,41%, reduzindo de R\$ 292.903 mil em 2023 para R\$ 282.918 mil em 2024. Esse resultado decorre do reajuste nos contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica.



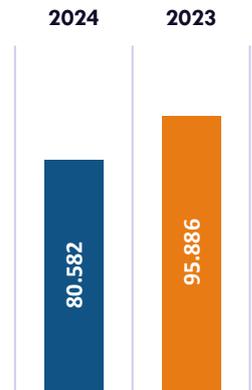
### Energia de Curto Prazo

A Receita de Energia de Curto Prazo registrou um expressivo crescimento no 4T24, com aumento de 1.545,71% (+R\$ 11.902 mil) em relação ao mesmo período de 2023. No acumulado do ano, essa receita cresceu 238,12%, passando de R\$ 6.202 mil em 2023 para R\$ 20.970 mil em 2024. Esse crescimento está relacionado à sazonalização da geração de energia e estratégias de comercialização adotadas pela Companhia.



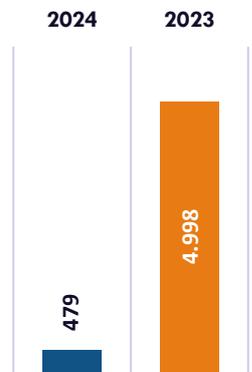
### **Receita de Prestação de Serviços**

A Receita de Prestação de Serviços é historicamente oscilante, dependendo da demanda do contratante, Distrito Federal, particularmente no tocante à realização de obras. No 4T24, tal receita apresentou uma redução significativa de R\$ 18.133 (55,43%), decorrente da redução no volume de obras de efficientização do parque de Iluminação Pública, na comparação com o 4T23. No acumulado do ano a redução percebida foi de 15,96%, passando de R\$ 95.886 em 2023 para R\$ 80.582 em 2024.



### **Receita de Venda de Gás**

A significativa redução da Receita de Venda de Gás em 2024 se deve ao encerramento do fornecimento do gás natural veicular (GNV) no Distrito Federal pela Companhia Brasiliense de Gás em março de 2024, até então a única fonte de receita da Companhia.



## Custo com Serviço de Energia Elétrica

	4T24	4T23	Δ%	ΔR\$	2024	2023	Δ%	ΔR\$
Energia Elétrica Comprada Para Revenda - Curto Prazo	-14.118	-3.019	367,64%	-11.099	-22.849	-9.982	128,90%	-12.867
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-6.299	-5.795	8,70%	-504	-24.494	-22.282	9,93%	-2.212
Amortização do Risco Hidrológico	-346	-249	38,96%	-97	-1.391	-1.295	7,41%	-96
<b>Total</b>	<b>-20.763</b>	<b>-9.063</b>	<b>129,10%</b>	<b>-11.700</b>	<b>-48.734</b>	<b>-33.559</b>	<b>45,22%</b>	<b>-15.175</b>

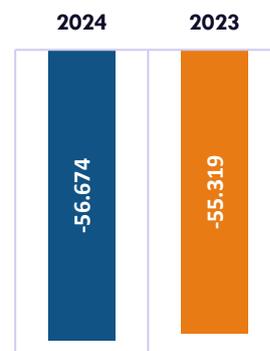
O Custo com Serviço de Energia Elétrica em 2024 variou positivamente 45,22% quando comparado com o ano anterior. No 4T24 o custo apurado foi equivalente a R\$ 20.763, sendo 129,10% superior ao verificado no mesmo trimestre do ano anterior. Este comportamento deve-se substancialmente ao custo de energia elétrica comprado para revenda no mercado de curto prazo que assim como a receita apresentou grande variação.

## Custo e Despesas Operacionais por Natureza

	4T24	4T23	Δ%	ΔR\$	2024	2023	Δ%	ΔR\$
Pessoal e Administradores	-23.871	-14.912	60,08%	-8.959	-74.935	-50.918	47,17%	-24.017
Serviço de Terceiros	-14.738	-16.463	-10,48%	1.725	-54.502	-61.946	-12,02%	7.444
(Perda) Estimada/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	-1.420	1.264	-212,34%	-2.684	-1.556	2.220	-170,09%	-3.776
Depreciação e Amortização	-2.173	-1.962	10,75%	-211	-8.259	-8.058	2,49%	-201
Reembolso de Custos Operacionais Contratuais - Investco	-7.481	-9.277	-19,36%	1.796	-29.926	-37.106	-19,35%	7.180
Material	-736	-10.138	-92,74%	9.402	-11.761	-29.982	-60,77%	18.221
Impostos, Taxas e Contribuições	-201	-1.212	-83,42%	1.011	-804	-1.678	-52,09%	874
Outras Despesas, líquidas de recuperação de despesas	-598	-444	34,68%	-154	-2.023	-823	145,81%	-1.200
<b>Total</b>	<b>-51.218</b>	<b>-53.144</b>	<b>-3,62%</b>	<b>1.926</b>	<b>-183.766</b>	<b>-188.291</b>	<b>-2,40%</b>	<b>4.525</b>
<b>Classificação:</b>								
<b>Custo da Operação</b>	<b>-14.258</b>	<b>-14.767</b>	<b>-3,45%</b>	<b>509</b>	<b>-56.674</b>	<b>-55.319</b>	<b>2,45%</b>	<b>-1.355</b>
<b>Custo dos Serviços Prestados a Terceiros</b>	<b>-11.492</b>	<b>-22.395</b>	<b>-48,68%</b>	<b>10.903</b>	<b>-51.555</b>	<b>-76.871</b>	<b>-32,93%</b>	<b>25.316</b>
<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>-25.468</b>	<b>-15.982</b>	<b>59,35%</b>	<b>-9.486</b>	<b>-75.537</b>	<b>-56.101</b>	<b>34,64%</b>	<b>-19.436</b>

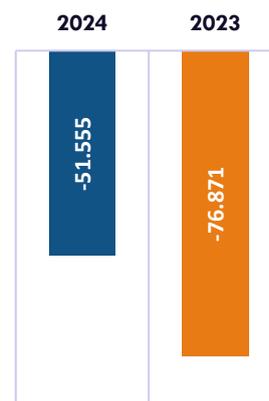
## Custo da Operação

O Custo da Operação acumulado no ano de 2024 foi de R\$ 56.674 mil, representando um acréscimo de 2,45% em relação ao acumulado do ano anterior. Este acréscimo é justificado principalmente pelo aumento de custos operacionais contratuais do arrendamento pago pela CEB Lajeado à Investco.



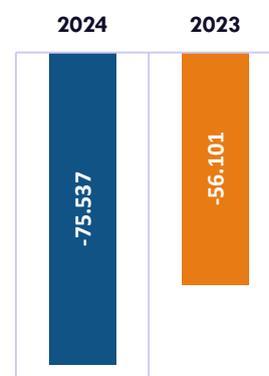
### Custo dos Serviços Prestados a Terceiros

O Custo dos Serviços Prestados a Terceiros no 4T24 foi de R\$ 11.492, apresentando uma redução de R\$ 10.903, em comparação com os R\$ 22.395 do 4T22. No acumulado de 2024, a conta apresentou o montante de R\$ 51.555, frente ao montante apresentado no acumulado do ano anterior R\$ 76.871.



### Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas acumulada no ano de 2024 foi de R\$ 75.537 mil, representando um aumento de 34,64% em relação ao acumulado do ano anterior, justificado principalmente pelo aumento da despesa de pessoal (+R\$ 24.017 mil)



### Outras Receitas e Despesas Operacionais

	4T24	4T23	Δ%	ΔR\$	2024	2023	Δ%	ΔR\$
Outras Receitas Operacionais	3.645	2.712	34,40%	933	14.387	7.743	85,81%	6.644
Outras Despesas Operacionais	9.313	-616	-1611,85%	9.929	-4.079	-332	1128,61%	-3.747
<b>Outras Receitas e Despesas Operacionais</b>	<b>12.958</b>	<b>2.096</b>	<b>518,23%</b>	<b>10.862</b>	<b>10.308</b>	<b>7.411</b>	<b>39,09%</b>	<b>2.897</b>

As Outras Receitas e Despesas Operacionais do 4T24 apresentaram um expressivo crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior, registrando uma variação de 518,23% (+R\$ 10.862 mil). No acumulado do ano, as Outras Receitas e Despesas Operacionais também apresentaram expansão, com um avanço de 39,09% (+R\$ 2.897 mil) em relação a 2023.

## Resultado Financeiro

	4T24	4T23	Δ%	ΔR\$	2024	2023	Δ%	ΔR\$
Receita/(Reversão) de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	-1.788	3.789	-147,19%	-5.577	1.413	9.830	-85,63%	-8.417
Rendimentos de Aplicações Financeiras	21.703	19.047	13,94%	2.656	75.342	85.709	-12,10%	-10.367
Tributos Sobre Receitas Financeiras	-2.874	-2.743	4,78%	-131	-5.269	-5.682	-7,27%	413
Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos	417	117	256,41%	300	1.780	796	123,62%	984
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios	11	12	-8,33%	-1	34	90	-62,22%	-56
Ajuste a Valor Presente - AVP	149	74	101,35%	75	583	128	355,47%	455
Outras Receitas Financeiras	45	17	164,71%	28	121	139	-12,95%	-18
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>17.663</b>	<b>20.313</b>	<b>-13,05%</b>	<b>-2.650</b>	<b>74.004</b>	<b>91.010</b>	<b>-18,69%</b>	<b>-17.006</b>
Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos	-2.765	9	-30822,22%	-2.774	-3.762	-731	414,64%	-3.031
Ajuste a Valor Presente - AVP	-5	-2	150,00%	-3	-205	-234	-12,39%	29
Outras Despesas Financeiras	-20	-1.121	-98,22%	1.101	-110	-1.279	-91,40%	1.169
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>-2.790</b>	<b>-1.114</b>	<b>150,45%</b>	<b>-1.676</b>	<b>-4.077</b>	<b>-2.244</b>	<b>81,68%</b>	<b>-1.833</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>14.873</b>	<b>19.199</b>	<b>-22,53%</b>	<b>-4.326</b>	<b>69.927</b>	<b>88.766</b>	<b>-21,22%</b>	<b>-18.839</b>

O Resultado Financeiro, no 4T24, foi de R\$ 14.873 mil, uma redução de 22,53% em relação ao 4T23, quando o valor foi de R\$ 19.199 mil. No acumulado do ano, o Resultado Financeiro apresentou uma queda de 21,22%, passando de R\$ 88.766 mil em 2023 para R\$ 69.927 mil em 2024. As variações mencionadas, tanto no trimestre quanto no ano, são justificadas, principalmente, pelos efeitos dos rendimentos de aplicações financeiras e receita de dividendos e juros sobre o capital próprio.

## Resultado do Período Consolidado

	4T24	4T23	Δ%	ΔR\$	2024	2023	Δ%	ΔR\$
Lucro Líquido/ (Prejuízo) do Período	66.115	63.249	4,53%	2.866	225.527	235.023	-4,04%	-9.496
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	8.961	8.018	11,76%	943	53.819	62.913	14,45%	-9.094
(-) Resultado Financeiro	-14.873	-19.200	-22,54%	4.327	-69.927	-88.766	21,22%	18.839
(+) Depreciação /Amortização	2.173	1.962	10,75%	211	8.259	8.058	2,49%	201
(+) Participações e Contribuições (Partes Beneficiárias)	3.416	3.389	0,80%	27	11.666	13.137	11,20%	-1.471
EBITDA	65.792	57.418	14,58%	8.374	229.344	230.365	-0,44%	-1.021
Margem Líquida	71,22%	69,05%			64,37%	66,66%		
Margem EBITDA	70,87%	62,68%			65,46%	65,34%		

O Resultado Consolidado no 4T24 foi lucro líquido de R\$ 66.115 mil, frente ao resultado de R\$ 63.249 mil no 4T23 representando uma variação de R\$ 2.866 mil. No acumulado do ano foi apurado um lucro líquido consolidado de 225.527, dos quais R\$ 174.228 mil são atribuídos aos acionistas controladores e R\$ 51.299 mil aos acionistas não controladores.

---

O EBITDA Consolidado apurado no 4T24 foi de R\$ 65.792 mil (R\$ 57.418 mil no 4T23), representando uma variação positiva de R\$ 8.374 mil na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. O EBITDA acumulado no ano foi equivalente a R\$ 229.344 mil (R\$ 230.365 mil em 2023).

A Margem EBITDA Consolidado de 2024 foi de 65,46%, apresentando uma estabilidade em relação à apurada em 2023 de 65,34%. Ao analisarmos o 4T24, a margem EBITDA alcançou 70,87%.

## **Distribuição do Valor Adicionado**

Em 2024, o Valor Adicionado Distribuído alcançou R\$ 421.267 mil, com redução de 1,74% em comparação com a distribuição do ano anterior. Deste valor, R\$ 56.704 mil foram destinados aos Empregados (13,46%); R\$ 92.431 mil a Impostos, Taxas e Contribuições (21,94%); R\$ 46.605 mil à Remuneração de Capital de Terceiros (11,06%); e R\$ 225.527 mil à Remuneração de Capital Próprio (53,54%).

## **Investimentos**

Em 2024, a CEB direcionou seus principais investimentos para a manutenção e modernização do parque de iluminação pública do DF. Até 2026, a Companhia planeja realizar investimentos que superam os R\$ 200 milhões de reais.

# ***Environmental, Social and Governance (ESG)***

## **Desempenho em ESG – Sustentabilidade**

A Companhia Energética de Brasília (CEB) reafirma seu compromisso com a sustentabilidade e a criação de valor para todas as partes interessadas, consolidando sua atuação em prol do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social. O alinhamento entre desempenho financeiro, práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) fortalece a transparência e a perenidade do negócio, reforçando seu papel estratégico no setor de energia.

A Companhia desempenha um papel essencial na transição energética, com destaque para o Programa de Modernização da Iluminação Pública do Distrito Federal, que representa um investimento de cerca de R\$ 226 milhões. A iniciativa prevê a substituição de 100% das luminárias de vapor de sódio por luminárias LED até 2026. As luminárias LED são aproximadamente 50% mais eficientes em consumo de energia em comparação aos modelos anteriores, além de oferecerem vida útil prolongada e redução nos custos de manutenção.

Além disso, aproximadamente 82.595 luminárias de LED de baixa eficiência serão substituídas por modelos de LED de última geração, que oferecem melhor performance e maior eficiência

---

energética. Essas ações estratégicas transformam a cidade em um modelo de eficiência, segurança e inovação, contribuindo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente o ODS 7 – Energia Limpa e Acessível e o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.

Como parte desse compromisso, a CEB lançou o Projeto "Brasília – Capital da Iluminação Solar". O projeto prevê a construção de usinas fotovoltaicas com capacidade superior a 100MWp, viabilizadas por uma linha de crédito externo de €94 milhões concedida pelo New Development Bank (NDB).

A iniciativa permitirá o fornecimento de energia limpa e renovável para todos os prédios públicos do Distrito Federal, promovendo a autossuficiência energética e reduzindo significativamente a pegada de carbono da cidade. Estima-se que a redução das emissões de CO<sub>2</sub> alcance até 9.086 toneladas por ano, reforçando o compromisso da Companhia com a sustentabilidade e a transição energética.

Com essas iniciativas, a CEB reafirma sua posição como agente transformador na busca por um futuro mais sustentável, promovendo soluções inovadoras para eficiência energética, redução de emissões e modernização da infraestrutura urbana.

## **Governança Corporativa**

A governança corporativa da CEB é pautada pelos princípios da transparência, equidade, responsabilidade corporativa e prestação de contas, assegurando a integridade dos processos e fortalecendo a confiança de acionistas, reguladores e da sociedade. Além de promover uma cultura organizacional baseada na ética e na integridade.

A CEB mantém um Programa de Integridade alinhado à Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e à Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), abrangendo todos os empregados, administradores e conselheiros. O programa inclui treinamentos periódicos e a atualização contínua de normativos essenciais, tais como o Código de Conduta e Integridade da Companhia, a Política de Gestão de Riscos, Legislações Anticorrupção e de Improbidade Administrativa, a Legislação Societária e de Mercado de Capitais, a Política de Segurança da Informação e a Política de Segurança Cibernética da CEB, garantindo a conformidade e a mitigação de riscos.

A CEB realizou em dezembro de 2024, o 1º Encontro dos Conselheiros das Empresas Estatais do Governo do Distrito Federal. O evento reuniu conselheiros de Administração e Fiscal das empresas estatais do Governo do Distrito Federal para debater a importância da liderança, o

---

aprimoramento de competências gerenciais e a adoção das melhores práticas em governança corporativa.

Em 2024, a CEB manteve-se aderente à Lei nº 13.303/2016, promovendo treinamentos do Programa de Integridade para 97% dos empregados, e garantindo a atualização periódica, em seu site, dos documentos exigidos para divulgação.

A Companhia dispõe de um sólido conjunto de processos, políticas, regulamentos e normativos internos que orientam sua gestão, administração e controle, assegurando o alinhamento às exigências legais e as diretrizes de compliance. Esse compromisso reforça a cultura de integridade da CEB, consolidando boas práticas de governança e transparência.

## Responsabilidade Socioambiental

Comprometida com a agenda socioambiental, a CEB desempenha um papel fundamental na preservação do meio ambiente na promoção da eficiência energética. A Companhia gera energia exclusivamente a partir de fontes renováveis e promove a modernização do parque de Iluminação Pública do Distrito Federal. Esse processo envolve a substituição de luminárias de Vapor de Sódio e Mercúrio por luminárias LED, proporcionando uma significativa redução no consumo de energia, minimizando impactos ambientais e elevando a qualidade da iluminação. Além dos benefícios sustentáveis, a tecnologia LED também contribui para a redução dos custos de manutenção, proporcionando maior durabilidade e eficiência operacional.

A modernização da iluminação pública não se limita aos avanços tecnológicos e econômicos, mas gera um impacto positivo significativo na comunidade do Distrito Federal, abrangendo diversos aspectos, como a melhoria na segurança urbana, a valorização dos espaços públicos e a promoção do bem-estar da população.

- **Segurança Pública** – A iluminação LED proporciona luz mais clara e uniforme, melhorando a visibilidade nas vias e contribuindo para a redução de acidentes e crimes.
- **Qualidade de Vida** – Um ambiente bem iluminado promove maior sensação de segurança e bem-estar para a população, especialmente em áreas residenciais, parques e espaços públicos.
- **Inclusão Social** – A modernização da iluminação pode ser priorizada em regiões periféricas e de menor renda, garantindo acesso equitativo a serviços de qualidade.

Por meio dessas ações, a CEB reafirma seu compromisso com a sustentabilidade, a inovação e a melhoria contínua da infraestrutura urbana, sempre com foco no desenvolvimento social e ambiental do Distrito Federal.

Importante destacar que 40% do Parque de Iluminação Pública do DF encontra-se efficientizado na data de 31/12/2024.

Outro ponto que merece destaque é que substituição das luminárias de Vapor de Sódio e Mercúrio por luminárias de LED no ano de 2024, no parque de iluminação pública do Distrito Federal, fomentou o desenvolvimento sustentável por meio de:

- **Economia circular** – em média, reciclando 2.555 toneladas de alumínio das luminárias substituídas, por meio da venda das sucatas em leilão, assim, prolongando a vida útil dos

---

materiais e recursos utilizados, a substituição da utilização de material primário material por material reciclado evitou a emissão de 2.300 toneladas de CO<sub>2</sub>;

- **Eficiência energética** – em média, devido ao menor consumo das luminárias de LED, foi reduzido o consumo de energia elétrica em 44.760 MWh/ano, que é o suficiente para abastecer 18.000 residências familiares por ano;
- **Mudanças climáticas** – em média, com a efficientização foi evitado a emissão de 2.400 toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente na atmosfera, assim colaborando com as iniciativas de redução do aquecimento global;
- **Meio ambiente** – em média, a retirada e descarte apropriado de 421 gramas de mercúrio. As lâmpadas convencionais de vapor de sódio e de vapor de mercúrio possuem alguns miligramas de minério em sua composição, evitando assim a contaminação do meio ambiente.

A CEB disponibiliza sete eletropostos para o carregamento de veículos elétricos de seus colaboradores, incentivando a mobilidade sustentável e a adoção de tecnologias limpas.

Além disso, todos os empregados do Edifício Íon contam com vagas no estacionamento interno subsidiadas pela empresa, proporcionando mais comodidade e segurança no deslocamento diário.

Com essas ações, a empresa promove maior comodidade e praticidade no dia a dia, garantindo que os colaboradores tenham um local seguro e acessível para estacionar e recarregar seus veículos, reduzindo preocupações com logística e custos adicionais. Essas iniciativas também fortalece a valorização dos empregados, melhorando a satisfação e o engajamento, além de promover a equidade ao oferecer um benefício que impacta diretamente na qualidade de vida e no equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

A CEB adotou copos de vidro e xícaras para o consumo de água e café em suas instalações, substituindo os copos plásticos descartáveis. Essa medida reflete o compromisso da empresa com a sustentabilidade e traz benefícios ambientais, econômicos e para a experiência dos colaboradores.

O uso de vidro, um material reutilizável e durável, reduz significativamente a geração de resíduos plásticos, contribuindo para a preservação do meio ambiente e alinhando-se às melhores práticas de responsabilidade socioambiental. A substituição dos copos plásticos por xícaras aprimora a

experiência no consumo de café, preservando melhor o aroma e a temperatura da bebida, enquanto elimina interferências sensoriais comuns em materiais descartáveis.

No aspecto econômico, a redução no consumo de descartáveis gera economia a longo prazo, minimizando custos recorrentes com compras e descarte de resíduos. Mais do que uma iniciativa sustentável, essa mudança reforça a cultura de conscientização ambiental entre os colaboradores, incentivando práticas mais responsáveis no dia a dia da organização.

## **Compromisso Social e Segurança no Trabalho**

No âmbito social, a CEB investiu em iniciativas que ampliam as oportunidades de crescimento para a população do Distrito Federal. Por meio de sua subsidiária, CEB Lajeado, e da Lei de Incentivo ao Esporte do Ministério do Esporte, a empresa patrocinou o projeto social do Brasília Vôlei, com um aporte de R\$430.000,00. Essa iniciativa beneficia, anualmente, cerca de 100

---

alunos da rede pública, com idades entre 12 e 17 anos, proporcionando aulas gratuitas de voleibol no contraturno escolar, duas vezes por semana.

O projeto tem como principais objetivos:

- Estimular a prática esportiva como instrumento de promoção da saúde, educação, sociabilização e cidadania para os jovens de Brasília.
- Contribuir para o desenvolvimento físico, pessoal e social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Além do investimento em ações sociais, a CEB mantém um compromisso sólido com a segurança no ambiente de trabalho. Em 2024, não foram registrados acidentes de trabalho entre seus empregados próprios, reflexo das políticas de prevenção e segurança adotadas pela empresa.

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédios (CIPA), conforme a Portaria MTP nº 4.219 segue atuante, promovendo a conscientização e incentivando a adoção de boas práticas para assegurar um ambiente de trabalho cada vez mais seguro e saudável.

## Reconhecimentos e Premiações

- Certificado FEEEx 2024 - FIA Employee Experience - Clima organizacional – Pesquisa para analisar as experiências dos colaboradores com seus ambientes de trabalho, seus líderes e as práticas de gestão de pessoas das organizações brasileiras.
- Índice de Transparência do Distrito Federal (ITA) – empresa 100% transparente.

## Gestão de Pessoas:

A CEB tem como missão agregar valor ao processo de desenvolvimento regional, por meio de soluções de energia e serviços correlatos diferenciados pelo profissionalismo e pela excelência na prestação de serviços. E é por meio do seu capital humano que a missão da CEB se materializa.

Alinhada à Alta Administração e reafirmando o compromisso da CEB com a gestão estratégica de pessoas—integrando desenvolvimento humano, bem-estar e governança corporativa para promover um ambiente organizacional produtivo e sustentável—em 2024 foram realizadas ações essenciais para atender às Políticas de Gestão de Pessoas, destacando-se:

### Estrutura Organizacional

- Ajustes na Estrutura de Cargos em Comissão da CEB Holding para atender à equipe de Auditoria, promovendo maior eficiência operacional e alinhamento institucional.

---

## **Adequação de Normativos**

- Revisão e atualização da Norma de Cargos de Confiança e do Normativo de Pessoal, garantindo conformidade com a legislação vigente, o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e a padronização dos processos de Recursos Humanos entre as empresas do Grupo CEB.

## **Folha de Pagamento**

- Formalização do 1º Termo Aditivo ao ACT 2023/2025, referente à transferência de 80 empregados da CEB IPES para a CEB Holding, assegurando a integração e a preservação dos direitos trabalhistas.

## **Qualidade de Vida no Trabalho**

- Apresentação do relatório de execução do Programa de Qualidade de Vida - QVT 2023 e planejamento das ações para 2024, contemplando saúde, bem-estar, educação, esporte, cultura e lazer.
- Realização de campanhas internas de promoção da saúde física e emocional, além de ações sociais como doação de sangue, arrecadação de alimentos e apoio a comunidades afetadas por enchentes.

## **Principais ações de Qualidade de Vida no Trabalho**

- Ação Dengue
- Kit Aniversariantes
- Dia da Mulher
- Ação de Páscoa
- Camisa CEB
- Festa Junina
- SIPAT
- Pesquisa de Clima
- Homenagem Empregados - Tempo de Serviço
- Campanha - Nosso Natal
- Confraternização Final de Ano

## **Avaliação de Desempenho**

- Pagamento da progressão funcional do ciclo 2022/2023 para empregados egressos da CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.

## **Treinamento e Desenvolvimento Humano**

- Destinação de recursos para o Programa de Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas, englobando:
  - Cursos Obrigatórios e Programa de Integridade
  - Pós-graduação, Mestrado e Doutorado
  - Cursos Diversos - LNTD
- Destaque para o 1º Encontro de Conselheiros das Estatais do Distrito Federal, promovido pela CEB, fortalecendo a governança corporativa e as melhores práticas de gestão.

---

## **Clima Organizacional**

- Certificação FEEX Clima Organizacional 2025 da FIA, reconhecendo as melhorias na satisfação dos empregados.
- Melhoria na comunicação interna, fortalecimento das ações de saúde e bem-estar e reconhecimento do capital humano.
- Comparativo entre 2023 e 2024 apresenta avanços significativos nos indicadores de clima organizacional, reforçando a evolução positiva do ambiente de trabalho na CEB.

## **Disclaimer:**

Esse documento foi preparado pela CEB, com o intuito de indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da CEB e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização por escrito.

As informações contidas neste documento refletem as atuais condições e ponto de vista da administração até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da CEB sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

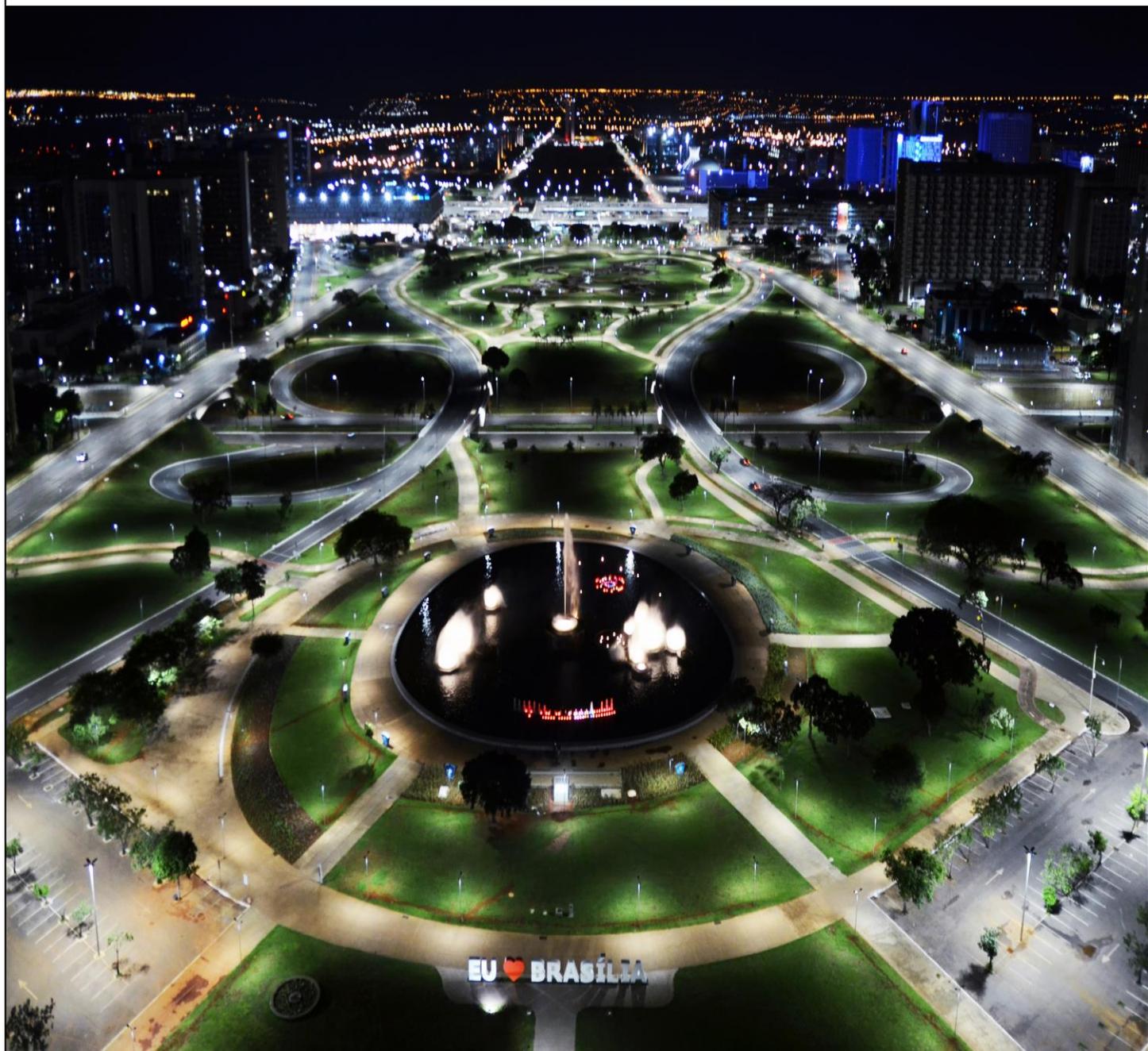
Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras Intermediárias, que podem ser acessadas em seu site de relações com investidores ([ri.ceb.com.br](http://ri.ceb.com.br)).

## **Audidores Independentes:**

A Companhia informa, nos termos da Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, que utiliza os serviços de Auditoria Independente da BDO RCS Auditores Independentes S.S.; e que em 2024 não usou outros serviços desses auditores senão aqueles ligados diretamente à auditoria das demonstrações contábeis.



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024



---

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024



Companhia Energética de Brasília – CEB  
 CNPJ 00.070.698/0001-11  
 Balanço Patrimonial  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	N.	Controladora		Consolidado		PASSIVO	N.	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	334.261	275.908	708.612	682.918	Fornecedores	15	933	13.743	32.232	20.552
Contas a Receber	5	-	19.854	26.041	44.440	Obrigações Tributárias	16	2.530	5.753	46.579	50.031
Tributos e Contribuições Compensáveis	6	27.964	22.959	31.185	22.963	Obrigações Sociais e Trabalhistas	17	5.984	11.534	7.800	5.629
Depósitos Judiciais e Cauções	7	11	10	198	211	Obrigações Societárias	18	-	5.817	14.928	26.757
Estoques	8	530	6.071	30.235	6.244	Prov. Risco trabalhista, cíveis, fiscais e regulatórios	19	-	-	421	363
Prêmio Repactuação do Risco Hidrológico		-	-	1.935	1.166	Encargos Regulatórios		-	-	6.234	4.655
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	9	37.304	41.170	12.755	18.671	Outros Passivos Circulantes	20	4.157	982	7.127	4.820
Ativos de Contrato	10	-	-	20.703	4.088	<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>13.604</b>	<b>37.829</b>	<b>115.321</b>	<b>112.807</b>
Outros Ativos Circulantes	11	7.843	3.234	8.095	5.076	<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>407.913</b>	<b>369.206</b>	<b>839.759</b>	<b>785.777</b>	Obrigações Tributárias	16	3.670	3.670	21.623	23.100
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						Prov. Risco trabalhista, cíveis, fiscais e regulatórios	19	390	10.028	421	10.191
Tributos e Contribuições Compensáveis	6	843	802	1.155	1.109	Encargos Regulatórios		-	-	605	515
Depósitos Judiciais e Cauções	7	2.129	7.984	41.711	15.012	Outros Passivos Não Circulantes	20	-	-	31.590	207
Prêmio Repactuação do Risco Hidrológico		-	-	3.886	4.817	<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>4.060</b>	<b>13.698</b>	<b>54.239</b>	<b>34.013</b>
Ativos de Contrato	10	-	-	3.233	9.498	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Outros Ativos Não Circulantes	11	-	-	1.777	1.597	Capital Social	21	566.025	566.025	566.025	566.025
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>2.972</b>	<b>8.786</b>	<b>51.762</b>	<b>32.033</b>	Reservas de Lucro		473.370	416.317	473.370	416.317
Investimentos	12	637.572	631.369	445.026	426.349	Outros Resultados Abrangentes		25.998	25.998	25.998	25.998
Imobilizado	13	33.673	47.284	52.285	64.646	<b>Partic. Acionistas Controladores</b>		<b>1.065.393</b>	<b>1.008.340</b>	<b>1.065.393</b>	<b>1.008.340</b>
Intangível	14	927	3.222	95.808	107.053	<b>Partic. Acionistas Não Controladores</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>249.687</b>	<b>260.698</b>
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>675.144</b>	<b>690.661</b>	<b>644.881</b>	<b>630.081</b>	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.065.393</b>	<b>1.008.340</b>	<b>1.315.080</b>	<b>1.269.038</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.083.057</b>	<b>1.059.867</b>	<b>1.484.640</b>	<b>1.415.858</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>1.083.057</b>	<b>1.059.867</b>	<b>1.484.640</b>	<b>1.415.858</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	N.	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	22.1	<b>31.182</b>	<b>84.869</b>	<b>350.369</b>	<b>352.571</b>
Custo com Energia Elétrica	22.2	-	-	(48.733)	(33.559)
Custo com Revenda de Gás	22.3	-	-	(349)	(4.092)
Custo de Operação	22.4	-	-	(56.674)	(55.319)
Custo dos Serviços Prestados a Terceiros	22.4	(23.843)	(72.326)	(51.555)	(76.871)
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>7.339</b>	<b>12.543</b>	<b>193.058</b>	<b>182.730</b>
<b>RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>136.154</b>	<b>131.569</b>	<b>28.027</b>	<b>39.577</b>
Despesas Gerais e Administrativas	22.4	(40.201)	(39.949)	(75.537)	(56.101)
Resultado da Equivalência Patrimonial		162.932	163.896	93.256	88.267
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	22.5	<u>13.423</u>	<u>7.622</u>	<u>10.308</u>	<u>7.411</u>
Outras Receitas Operacionais		13.423	9.177	14.387	7.743
Outras Despesas operacionais		-	(1.555)	(4.079)	(332)
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>143.493</b>	<b>144.112</b>	<b>221.085</b>	<b>222.307</b>
<b>RECEITAS / (DESPESAS) FINANCEIRAS</b>	22.6	<b>30.735</b>	<b>39.398</b>	<b>69.927</b>	<b>88.766</b>
Receitas Financeiras		30.769	39.558	74.004	91.010
Despesas Financeiras		(34)	(160)	(4.077)	(2.244)
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS</b>		<b>174.228</b>	<b>183.510</b>	<b>291.012</b>	<b>311.073</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		-	-	<b>(53.819)</b>	<b>(62.913)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente		-	-	(56.339)	(64.436)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido		-	-	2.520	1.523
<b>Participações (Partes Beneficiárias)</b>		-	-	<b>(11.666)</b>	<b>(13.137)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>174.228</b>	<b>183.510</b>	<b>225.527</b>	<b>235.023</b>
Atribuído aos Acionistas Controladores				174.228	183.510
Atribuído aos Acionistas Não Controladores				51.299	51.513
<b>LUCRO Básico e Diluído por Ação em Reais:</b>	<b>23</b>				
<b>Ações Ordinárias - Básicas e Diluídas</b>		R\$ 2,32176	R\$ 2,44545		
<b>Ações Preferenciais Classe A - Básicas e Diluídas</b>		R\$ 2,32176	R\$ 2,44545		
<b>Ações Preferenciais Classe B - Básicas e Diluídas</b>		R\$ 2,55393	R\$ 2,69000		

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras



Companhia Energética de Brasília – CEB  
CNPJ 00.070.698/0001-11  
Demonstrações dos Resultados Abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
LUCRO/(PREJUÍZO) DO PERÍODO	174.228	183.510	225.527	235.023
Outros Resultados abrangentes	-	86	-	86
Itens que não serão reclassificados subsequentes ao resultado				
Ganhos (Perdas) de Equivalência Patrimonial sobre resultados abrangentes	-	86	-	86
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>174.228</b>	<b>183.596</b>	<b>225.527</b>	<b>235.109</b>
Atribuído aos Acionistas Controladores			174.228	183.596
Atribuído aos Acionistas Não Controladores			51.299	51.513

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras



Companhia Energética de Brasília – CEB  
 CNPJ 00.070.698/0001-11  
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Eventos	Atribuído aos acionistas controladores						Participação de Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido	
	Capital Social	Reserva de Lucros			Outros Resultados Abrangentes	Lucros / (Prejuízos)			
		Reserva Legal	Reserva Estatutária	Dividendos Adicionais Propostos		Acumulados			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>566.025</b>	<b>107.723</b>	<b>277.436</b>	<b>-</b>	<b>25.912</b>	<b>-</b>	<b>977.097</b>	<b>249.861</b>	<b>1.226.957</b>
<b>Lucro/(Prejuízo) do Período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>183.510</b>	<b>183.510</b>	<b>51.513</b>	<b>235.023</b>
Dividendos Pagos no Período	-	-	(65.283)	-	-	(87.069)	(152.353)	(40.676)	(193.029)
Reserva Legal	-	5.482	-	-	86	(5.482)	86	-	86
Reserva para Expansão dos Negócios Sociais	-	-	35.605	-	-	(35.605)	-	-	-
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	55.354	-	(55.354)	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>566.025</b>	<b>113.205</b>	<b>247.758</b>	<b>55.354</b>	<b>25.998</b>	<b>-</b>	<b>1.008.340</b>	<b>260.698</b>	<b>1.269.038</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>566.025</b>	<b>113.205</b>	<b>247.758</b>	<b>55.354</b>	<b>25.998</b>	<b>-</b>	<b>1.008.340</b>	<b>260.698</b>	<b>1.269.038</b>
<b>Lucro/(Prejuízo) do Período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>174.228</b>	<b>174.228</b>	<b>51.299</b>	<b>225.527</b>
Dividendos Pagos no Período	-	-	-	(55.354)	-	-	(55.354)	(54.003)	(109.357)
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Intermediários - Juros sobre Capital Próprio (Imputados ao Dividendo Obrigatório)	-	-	-	-	-	(61.821)	(61.821)	(8.307)	(70.128)
Reserva para Expansão dos Negócios Sociais	-	-	26.136	-	-	(26.136)	-	-	-
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	86.271	-	(86.271)	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>566.025</b>	<b>113.205</b>	<b>273.894</b>	<b>86.271</b>	<b>25.998</b>	<b>-</b>	<b>1.065.393</b>	<b>249.687</b>	<b>1.315.080</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023
<b>Atividades Operacionais</b>				
<b>Entradas:</b>				
Recebimento de Consumidores	51.681	83.240	380.764	388.346
Recebimento de juros sobre Aplicação Financeira	31.651	33.006	72.518	85.543
Recebimento de Dividendos e JCP	179.486	156.110	110.901	98.152
Liberção de Garantia - CCEE	-	-	6.367	211
Outros	16.081	9.242	16.523	16.541
	<b>278.899</b>	<b>281.598</b>	<b>587.073</b>	<b>588.793</b>
<b>Saídas:</b>				
Fornecedores de Energia Elétrica e Gás	-	-	(34.391)	(13.300)
Fornecedores de Materiais e serviços	(38.259)	(69.718)	(79.895)	(82.495)
Salários, remuneração e encargos	(39.479)	(30.976)	(73.859)	(62.436)
Pagamento de despesas Financeiras	-	-	(89)	(42)
Constituição de garantia - CCEE	-	-	(6.248)	(3.093)
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos	-	-	(6.583)	(5.560)
Pagamento de Impostos e Contribuições	(11.954)	(15.454)	(101.879)	(104.745)
Encargos setoriais	-	-	(3.729)	(23.245)
Pagamento de arrendamento	-	-	(33.573)	(41.287)
Outros Pagamentos	(7.052)	(6.839)	(10.075)	(9.216)
	<b>(96.744)</b>	<b>(122.987)</b>	<b>(350.321)</b>	<b>(345.419)</b>
<b>Caixa Líquido gerados na Atividades Operacionais</b>	<b>182.155</b>	<b>158.611</b>	<b>236.752</b>	<b>243.374</b>
<b>Atividades de Investimento</b>				
Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, intangíveis e Imobilizados	-	(34.343)	(4.149)	(36.508)
Adiantamento para futuro aumento de Capital AFAC	(163)	(319)	650	-
<b>Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Investimentos</b>	<b>(163)</b>	<b>(34.662)</b>	<b>(3.499)</b>	<b>(36.508)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>				
Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(123.639)	(197.672)	(207.396)	(264.413)
Aumento de Capital	-	-	(163)	956
<b>Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Financiamento</b>	<b>(123.639)</b>	<b>(197.672)</b>	<b>(207.559)</b>	<b>(263.457)</b>
<b>Aumento/(Redução) líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>58.353</b>	<b>(73.723)</b>	<b>25.694</b>	<b>(56.591)</b>
Saldo de Caixa no Início do Exercício	275.908	349.631	682.918	739.509
Saldo de Caixa no Final do Exercício	334.261	275.908	708.612	682.918

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receitas</b>	<b>37.362</b>	<b>107.926</b>	<b>402.057</b>	<b>409.952</b>
Venda de Energia Elétrica, Gás e Serviços Prestados	35.136	95.886	384.949	399.988
Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa - Reversão/(Constituição)	-	2.863	14.005	2.220
Receita pela Alienação de Ativos de Investimento	(360)	-	(357)	-
Receita pela Repactuação do Risco Hidrológico	-	-	-	7
Outras Receitas	2.586	9.177	3.460	7.736
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>(14.169)</b>	<b>(81.499)</b>	<b>(139.791)</b>	<b>(152.464)</b>
Custos com Comercialização de Energia Elétrica e Gás	-	-	(49.082)	(37.650)
Custo de Construção	-	-	(1.087)	-
Custos com Serviços Prestados a Terceiros	(13.174)	(43.378)	(40.886)	(47.923)
Custos com Serviços de Terceiros	(2.382)	(6.824)	(42.625)	(36.576)
Material	(8.251)	(29.741)	(11.761)	(29.982)
(Provisões)/Reversões de Valores	9.638	(1.555)	9.643	(333)
Outros Custos e Despesas	-	-	(3.993)	-
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>23.193</b>	<b>26.428</b>	<b>262.266</b>	<b>257.488</b>
<b>Retenções</b>	<b>(2.411)</b>	<b>(2.341)</b>	<b>(8.259)</b>	<b>(8.058)</b>
Depreciação e Amortização	(2.411)	(2.341)	(8.259)	(8.058)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido</b>	<b>20.782</b>	<b>24.087</b>	<b>254.007</b>	<b>249.430</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>193.700</b>	<b>203.454</b>	<b>167.260</b>	<b>179.277</b>
Receitas Financeiras	30.768	39.558	74.004	91.010
Resultado de Equivalência Patrimonial de Operações Continuadas	162.932	163.896	93.256	88.267
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>214.482</b>	<b>227.541</b>	<b>421.267</b>	<b>428.707</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>214.482</b>	<b>227.541</b>	<b>421.267</b>	<b>428.707</b>
<b>Empregados</b>	<b>34.930</b>	<b>30.780</b>	<b>56.704</b>	<b>37.151</b>
Remuneração Direta	31.421	28.051	49.362	32.884
FGTS	1.089	690	1.142	1.038
Benefícios	2.420	2.039	6.200	3.229
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>4.754</b>	<b>12.691</b>	<b>92.431</b>	<b>103.223</b>
Federal	3.252	9.099	89.567	98.912
Estadual e Municipal	1.502	3.592	2.864	4.311
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>570</b>	<b>560</b>	<b>46.605</b>	<b>53.310</b>
Aluguéis	536	400	30.862	37.929
Despesas Financeiras	34	160	4.077	2.244
Participações e Contribuições (Partes Beneficiárias)	-	-	11.666	13.137
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>174.228</b>	<b>183.510</b>	<b>225.527</b>	<b>235.023</b>
Lucros Líquidos Retidos	174.228	183.510	174.228	183.510
Participação dos Acionistas Não Controladores	-	-	51.299	51.513

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E  
2023**

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

### 1.1. OBJETIVO SOCIAL

A Companhia Energética de Brasília (“Companhia”, “CEB” ou “Controladora”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, sob o CNPJ nº 00.070.698/0001-11. Com sede localizada no SGAN Quadra 601, Bloco H, Salas SEMI Enterrado: 004SE à 019SE, Edifício ÍON Escritórios Eficientes, Asa Norte, Brasília - DF – CEP: 70.830-010, detém registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e possui suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Brasil, Bolsa, Balcão - B3). Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações, ordinárias e preferenciais, sob os códigos CEBR3, CEBR5 e CEBR6. Demais informações da Companhia podem ser obtidas pelo endereço eletrônico <https://ri.ceb.com.br/>.

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades que atuam na exploração direta ou indireta de energia elétrica e gás, abrangendo os segmentos de geração e comercialização, além da exploração da concessão de Iluminação Pública do Distrito Federal, nos serviços de expansão, eficientização e manutenção do parque de Iluminação Pública.

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Controladora e suas controladas, apresentadas de forma individual e consolidada.

### 1.2. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A Companhia possui as seguintes participações societárias nas controladas e coligadas:

	Atividade	Participação Acionária %	
		2024	2023
<b>Participações Diretas</b>			
<b>Em controladas</b>			
CEB Geração S.A.	Geração	100,00	100,00
CEB Participação S.A.	Comercialização	100,00	100,00
CEB Iluminação Pública S.A.	Serviços	100,00	100,00
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93	59,93
Companhia Brasiliense de Gás	Gás	25,00	25,00
<b>Em Coligada</b>			
Corumbá Concessões S.A.	Geração	32,52	32,52
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50	37,50
<b>Participações Indiretas</b>			
<b>Em Coligada</b>			
Investco S.A.	Geração	11,99	11,99
<b>Outras Participações (Investida)</b>			
BSB Energética S.A.	Geração	9,00	9,00



### 1.3. CORRELAÇÃO ENTRE AS NOTAS EXPLICATIVAS DIVULGADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

A seguir, apresentamos a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais findo em 31 de dezembro de 2024 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado do período estão devidamente apresentadas nestas Demonstrações Financeiras, em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Números das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2024	31/12/2023	
1	1	Contexto operacional e informações gerais
2	2	Base de preparação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis
3	3	Instrumentos financeiros e gestão de risco
4	4	Caixa e equivalente de caixa
5	5	Contas a receber
6	6	Tributos e contribuições compensáveis
7	7	Depósitos Judiciais e Cauções
8	8	Estoques
9	9	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio
10	-	Ativos de Contrato
11	10	Outros Ativos (Demais Créditos)
12	11	Investimentos
13	12	Imobilizado
14	13	Intangível
15	14	Fornecedores
16	15	Obrigações tributárias
17	17	Obrigações sociais e trabalhistas
18	16	Obrigações societárias
19	18	Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios
20	19	Outros passivos (Demais obrigações)
21	20	Patrimônio líquido
22	21	Desdobramentos das contas de resultado
23	22	Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído
24	23	Transações com partes relacionadas
25	24	Seguros
26	25	Informações por segmento de negócio
27	26	Conciliação do resultado do exercício e o fluxo de caixa das atividades operacionais
28	27	Evento Subsequente

### 1.4. SEGMENTO DE GERAÇÃO

#### 1.4.1. REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO E EXTENSÃO DE OUTORGA – IMPACTO SOBRE AS INVESTIDAS

A partir do exercício de 2014, o setor elétrico brasileiro enfrentou uma crise de caráter estrutural e regulatório que, agravada pela considerável redução dos níveis de armazenamento dos reservatórios, levou a um déficit de geração de energia, ocasionando exposições financeiras negativas aos geradores. Com isso foi imputado ao segmento uma conta bilionária oriunda da queda do Ajuste do Mecanismo de realocação de Energia – MRE, aliado aos elevados valores dos preços da energia no Mercado de Curto Prazo – MCP, comercializados ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Os geradores reagiram recorrendo ao judiciário para garantir a continuidade dos seus negócios. A partir de ações judiciais protetivas aos efeitos negativos do ajuste ao MRE no mercado de curto prazo, elevou-se o índice de inadimplência nas liquidações financeiras, gerando insegurança e desestruturando o mercado "spot". O Regulador, na busca por uma solução, no final de 2015, propôs a "Repactuação do Risco Hidrológico" aos geradores, repassando aos consumidores as perdas daquele período por meio do pagamento de um prêmio de risco, compensações financeiras, extensão de concessões e tendo como contrapartida a desistência de ações judiciais.

Contudo, a medida foi objeto de adesão somente por parte dos geradores com contratos negociados nos leilões do ambiente regulado, permanecendo os agentes atuantes no ambiente livre com ações judiciais vigentes, o que levou ao travamento das operações de liquidação do mercado de curto prazo que permaneceu, em parte, judicializado, com represamento de aproximadamente R\$ 12 bilhões, em fins do ano de 2021.

Tal arcabouço foi ampliado com o advento da Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020, com a inserção de mecanismo de compensação aos titulares de usinas hidrelétricas integrantes do MRE de efeitos decorrentes da antecipação da garantia física e restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento das Usinas Estruturantes, bem como pela geração fora da ordem de mérito e importação.

A regulamentação da matéria se deu com a publicação, em 3 de dezembro de 2020, da Resolução Normativa (REN) nº 895 que estabeleceu metodologia para cálculo da referida compensação, mediante a extensão do prazo da outorga, em consonância à legislação, segundo prescrito no § 4º do art. 2º-A da Lei nº 13.203/15, introduzido pela Lei nº 14.052/20.

Contudo, foram inúmeros os questionamentos e petições, endereçadas à ANEEL, por entidades e agentes do setor elétrico inconformados com o rito processual e os termos apregoados na REN nº 895/20.

Foi então publicada a REN nº 930, em 30 de março de 2021 a qual alterou e ampliou a regulamentação ao assunto. Esta resolução, entretanto, levou à Representação do TCU nº TC 012.609/2021-8 que questionou a legalidade da regra e “*determinou a abstenção da prática de qualquer ato decorrente da REN 930/2021 até que seja analisado o mérito da Representação.*”

Após distintas questões processuais, no dia 13 de julho de 2021, foi sancionada a Lei nº 14.182/21 que, em seu art. 18, deu nova redação ao § 4º do art. 2-A e ao § 9º do art. 2-B da Lei nº 13.203/15, “*ampliando o cálculo do prazo de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico e incluindo as usinas estruturantes no cálculo da compensação financeira e extensão de outorga*”, levando à perda de objeto a representação do TCU.

O direito de extensão do prazo de outorga foi então conduzido em duas partes pela ANEEL: na primeira parte, a Resolução Homologatória - REH nº 2.919/21, homologou os prazos de extensão de outorga das usinas que não repactuaram o risco hidrológico, em 2016; a segunda parte, a REH nº 2.932/21 homologou os prazos de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico.

A REH nº 2932, em seu ANEXO I, homologa o prazo de extensão da outorga, a que tem direito os empreendimentos CEB: UHE Lajeado (980 dias), UHE Queimado (556 dias), UHE Corumbá III (1.163 dias) e UHE Corumbá IV (1.137 dias).

Assim, a CEB Lajeado assinou o Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de desistência e renúncia ao direito de discutir a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao mecanismo de realocação de energia – MRE, em 09 de novembro de 2021, em que o gerador declara a aceitação dos prazos de extensão de outorga de 980 dias, conforme estabelecido na Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021 e na Resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021, passando a vigência da Concessão a 22 de setembro de 2035.

A CEB Participações, por sua vez, assinou Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de desistência e renúncia ao direito de discutir a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, em 27 de setembro de 2021 em que o gerador declara a aceitação do prazo de extensão de outorga de 556 dias, conforme estabelecido na Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021 e na Resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021, passando a vigência da Concessão a 27 de junho de 2034.

Na Corumbá Concessões, após estudos técnicos e as devidas aprovações pelos órgãos de governança, a Companhia decidiu aderir à repactuação hidrológica prevista na MP 688 e na Lei 13.203/2015, em conformidade com as normatizações da ANEEL. Essa decisão limita o risco hidrológico (GSF) futuro a uma perda máxima de 10% da energia assegurada, isenta a Companhia do pagamento do prêmio desse seguro até 7 de dezembro de 2035 e amplia o prazo da concessão em 95 dias, estendendo-o até 23 de maio de 2037. Como parte da repactuação, a Companhia renuncia à liminar judicial que a protegia do GSF.

A Energética Corumbá assinou em 2021, o Termo de aceitação de prazo de extensão de outorga e desistência e renúncia ao direito de discutir a isenção ou mitigação de riscos hidrológicos e aprovaram a adesão a repactuação do risco, por meio de extensão de outorga da usina, com prazo de extensão de 1.162 dias.

## **1.4.2.CEB GERAÇÃO S.A.**

### **1.4.2.1. RENOVAÇÃO DA CONCESSÃO**

A CEB Geração S.A. vinha tomando providências administrativas junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Ministério de Minas e Energia – MME para a prorrogação da concessão da PCH Paranoá que se encerrou em 29 de abril de 2020.

Em 24 de abril de 2020, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 190 do MME que designava a CEB Geração S.A., como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica denominada PCH Paranoá, até a assunção do Concessionário vencedor da licitação da Usina Hidrelétrica.

A Diretoria da ANEEL, por meio do Ofício nº 53/2020-DIR/ANEEL, de 16 de março de 2020, definiu a Receita Anual de Geração – RAG, apresentando a tarifa e o Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG da PCH Paranoá. Com essa nova realidade, a receita operacional líquida mensal da Companhia sofreu uma significativa redução, que foi de aproximadamente 50%.

Vale destacar que a CEB Geração S.A. protocolou na ANEEL, em 27 de abril de 2020, Ofício nº 8/2020 - CEB-G/DIR, refazendo o pedido de prorrogação da concessão da UHE Paranoá, com base no art. 1º da Lei nº 12.783/2013.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou no dia 02 de junho de 2020, em Reunião Pública de Diretoria, o encaminhamento para o Ministério de Minas e Energia (MME) do pedido de prorrogação da outorga de concessão da Usina Hidrelétrica (UHE) Paranoá.

Em 10 de dezembro de 2021, o MME, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, deferiu o Pedido de Prorrogação do Prazo da Concessão da Pequena Central Hidrelétrica, integrante do Contrato de Concessão nº 01/2016-ANEEL, celebrado entre a União e CEB Geração S.A., pelo prazo de trinta anos, contado a partir de 30 de abril de 2020, com término em 29 de abril de 2050.

Durante o período em que a CEB Geração administrava a PCH, sem a concessão renovada, as receitas foram apuradas pelo regime de cotas de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.902, de 20 de julho de 2021, a qual define o valor da Receita Anual de Geração (RAG).

Em 10 de junho de 2022 foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2016-Aneel, para Geração de Energia Elétrica destinada às Concessionárias de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, que celebram a União e a CEB Geração S.A. e publicado no Diário Oficial da União em 21 de junho de 2022.

Com assinatura do Primeiro Termo Aditivo foi necessário o reconhecimento do referido Contrato, aplicando a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, em conjunto com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

A ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessões é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Com base na análise individual do contrato de concessão da UHE Paranoá, a CEB Geração concluiu que esta interpretação é aplicável ao respectivo contrato.

Como a PCH Paranoá é remunerada por meio de: (I) da Receita Anual de Geração (RAG), instituída pelo Poder Concedente e cobrada das distribuidoras, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de geração) e por outra parcela que remunera a operação e a manutenção da usina hidrelétrica e (II) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, a CEB Geração se enquadra no modelo do ativo financeiro. Por sua vez o modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

O contrato de concessão nº 001/2016 possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47- Receita de Contrato com Cliente, a remuneração dos Ativos de Contrato é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos de Contrato.

O Ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e Operação e Manutenção - O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento. A taxa de remuneração dos Ativos de Contrato é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios.

No exercício de 2024 a CEB Geração adequou suas práticas contábeis em relação ao CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, visto que o contrato de concessão anterior firmado entre a CEB Geração e o poder concedente não previa a contabilização considerando as premissas de ativo de contrato e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

Em 18 de julho de 2023, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.225, aprovou o valor da Receita Anual de Geração (RAG) para as usinas hidrelétricas sob regime de cotas, referente ao período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024. Para a CEB Geração S/A, o valor estabelecido foi de R\$ 11.921 mil, representando uma redução de 3,38% em relação à receita homologada para o ciclo anterior, que foi de R\$ 12.338 mil.

Posteriormente, em 23 de julho de 2024, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.353, determinou o valor da RAG para o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025. O valor aprovado foi de R\$ 11.874 mil, representando uma redução de 0,39% em comparação ao valor homologado no ciclo anterior, de R\$ 11.921 mil.

## **1.5. SEGUIMENTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

### **1.5.1.CEB ILUMINAÇÃO PÚBLICA E SERVIÇOS – CEB IPES**

Foi outorgado a CEB IPES mediante concessão, a prestação de serviços de iluminação pública no Distrito Federal em conformidade com a Lei Distrital nº 7.275/2023, regulamentada pelo Decreto nº 45.033/2023.

O Contrato de Concessão foi assinado no dia 04 de dezembro 2023, após o cumprimento das exigências para entrada em eficácia. Uma vez cumpridas as condições exigidas para a eficácia, o Contrato de Concessão foi considerado plenamente eficaz, com a entrada em operação da CEB IPES a partir de 25 de março de 2024, iniciando assim, a contagem do prazo de vigência da Concessão de 30 anos, com término em 25 de março de 2054.

Com isso, iniciou-se, em 25 de março de 2024 a execução dos serviços pela Concessionária CEB IPES, com exclusividade na operação de manutenção, eficientização e expansão do parque de iluminação pública do Distrito Federal.

## **1.6. SEGUIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS**

### **1.6.1.CEB GÁS**

A CEB Gás tem a Concessão da exploração do serviço de distribuição e comercialização de gás combustível canalizado, em todo o Distrito Federal, com vigência até 9 de janeiro de 2030, podendo ser prorrogado por mais 30 anos. A Companhia entrou em operação em 08 de novembro de 2007, por meio do suprimento de Gás Natural Liquefeito (GNL), proveniente do Estado de São Paulo para o Distrito Federal.

A distribuição de gás natural foi a partir da celebração de contratos de compra e venda de distribuidores no Brasil, por meio de transporte rodoviário. Companhia teve sua operação finalizada em fevereiro de 2024, apesar da suspensão temporária das operações de distribuição de gás natural, a Companhia vem acompanhando a evolução dos projetos que visam disponibilizar o gás natural para o mercado no Distrito Federal.

Para que a operação similar à de outras Companhias distribuidoras de gás canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de suprimento adequado as necessidades do DF, com construção de gasoduto de transporte de gás natural, cujo projeto está em andamento.

Diante disso, até a conclusão do projeto, os Acionistas da CEB Gás proverão de recursos necessários para a manutenção da operação da CEB Gás.

## **1.7. BLOQUEIO JUDICIAL DOS DIVIDENDOS (VIDE NOTA 24.3)**

A Companhia, em virtude do Processo de Execução Fiscal nº 30918-50.2013.4.01.3400, que tramita na 18ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, recebeu Mandado de Penhora determinando o bloqueio da quantia de R\$ 5.817 mil, que estaria destinada ao pagamento dos dividendos aos acionistas, conforme deliberado na 57ª Assembleia Geral Ordinária da CEB, realizada em 30 de abril de 2019.

De acordo com a decisão que determinou a penhora, a Assembleia Geral Ordinária da CEB, que deliberou pela distribuição de dividendos, estaria em desacordo com o disposto no art. 32 da Lei nº 4.357/1964, segundo o qual as pessoas jurídicas em débito fiscal com a União não poderão distribuir quaisquer bonificações a seus acionistas, tampouco dar ou atribuir participação de lucros a seus sócios quotistas, a seus diretores e aos demais membros de órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos.

Em 13 de fevereiro de 2023, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, peticionou junto ao juízo da 18ª Vara Federal, a imediata intimação da Companhia para o cumprimento da ordem judicial e a realização do depósito do montante penhorado, em conta à disposição daquele juízo, bem como, o imediato bloqueio de valores pertencentes à Companhia no montante de R\$ 92.383 mil. Em 15 de fevereiro de 2023, a Companhia ingressou com pedido contraposto, sustentando que as cobranças são indevidas, haja vista, que a constituição dos débitos objetos da referida execução advém de declaração de pedido de compensação – PER/DCOMP não homologadas. Em 1º de março de 2023 foi peticionado junto ao juízo da 18ª Vara Federal requerendo a suspensão do processo com base jurídica no art. 313, V, “a” do Código de Processo Civil.

Tanto o pedido de contraposto, quanto a declaração de suspensão do processo com base no artigo mencionado acima, foram indeferidos pelo Juízo da 18ª Vara Federal que acatou o pedido da PGFN de bloqueio do montante supracitado.

Diante do indeferimento em tela, a Companhia contratou e ofereceu ao Juízo da causa o Seguro Garantia, que assegura o montante total e atualizado em discussão. Em 25 de junho de 2024 o Juízo da causa manifestou concordância com o Seguro Garantia ofertado.

No dia 22 de julho de 2024, a 18ª Vara de Execução Fiscal da SJDF deferiu o pedido da Companhia pela substituição da penhora dos dividendos do exercício de 2018 por seguro garantia.

Ato contínuo, em 30 de setembro de 2024 foram opostos Embargos à Execução Fiscal que foram distribuídos, por dependência, à 19ª Vara Federal da SJDF, e se encontram tramitando sob o n.º 1077965-17.2024.4.01.3400.

Em 28 de outubro de 2024, após o aceite do seguro garantia ao processo de execução fiscal, foi liberado os dividendos bloqueados judicialmente no montante atualizado de R\$ 8.295 que foram repassados aos acionistas em conformidade com que foi deliberado na 57ª Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2019.

### **1.8. BLOQUEIO JUDICIAL (VIDE NOTA 24.3.)**

Refere-se a Execução Fiscal nº 0032764-73.2011.4.01.3400, de cobrança de débitos tributários constante das Certidões de Dívida Ativa nº 10.6.11.000136-83 e nº 10.7.11.000021-15, no montante principal de R\$ 6.102 mil. A inscrição nº 10.6.11.000136-83 foi cancelada em 2011 e o processo relacionado a inscrição foi arquivado. Com relação a inscrição nº 10.7.11.000021-15, em 2012 foi peticionado nos autos a Execução de Pré-executividade, com pedido de liminar requerendo o cancelamento do débito na dívida ativa e consequente exclusão do CADIN. Considerando a necessidade de prova técnica, o Juízo deferiu a liminar determinado a PGFN a suspensão do débito, sem garantia em juízo, até a manifestação da RFB acerca do pagamento ou compensação da dívida.

Em 2013 a Receita Federal do Brasil - RFB manifestou, através de memorando, pela não homologação dos débitos compensados.

No ano de 2017 foi proferida decisão, após requerimento da União, determinado o bloqueio do montante atualizado de R\$ 7.014 milhões. Em nova decisão, ainda em 2017, o juiz revogou o bloqueio, com fundamento na ausência de análise da execução de Pré-executividade pelo Juízo.

Já em 2020 foi protocolado pela Companhia o Incidente de Tutela de Evidências, com fundamento nos Pareceres Normativos da COSIT N° 08/2014 e N° 02/2015 e art. 151, III, do CTN, requerendo a extinção da CDA nº 10.7.11.000021-15, com resolução do mérito.

Posteriormente, em 23 de agosto de 2023, a Companhia recebeu a decisão do Juízo da 19ª Vara Federal de Execução Fiscal determinando o bloqueio de ativos financeiros da Companhia, no montante de R\$ 8.322 mil, pelo SISBAJUD, em virtude do Processo de Execução Fiscal nº 0032764-73.2011.4.01.3400.

Diante disso, a Companhia decidiu apresentar as mesmas tratativas realizadas no processo de execução fiscal de bloqueio judicial dos dividendos (Vide Nota 1.7), contratando Seguro Garantia e procedendo com pedido de substituição do bloqueio dos ativos pelo seguro garantia. Assim determinou-se a intimação da União para manifestação quanto a aceitação da apólice de seguro garantia apresentado pela Companhia, que foi deferido por proferimento de Decisão, e com posterior apresentação de Embargos à Execução Fiscal até a decisão definitiva.

## 1.9. PAGAMENTO JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A Companhia efetuou em 6 de dezembro de 2024, de acordo com a deliberação da 110ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de novembro de 2024, o pagamento de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 61.822.426,66 (sessenta e um milhões, oitocentos e vinte e dois mil, quatrocentos e vinte e seis reais e sessenta e seis centavos), da seguinte forma:

- a) Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$ 61.822.426,66 (sessenta e um milhões, oitocentos e vinte e dois mil, quatrocentos e vinte e seis reais e sessenta e seis centavos), equivalente a R\$ 0,823842981 brutos e R\$ 0,700266534 líquidos por ação ordinária; R\$ 0,823842981 brutos e R\$ 0,700266534 líquidos por ação preferencial classe A; e R\$ 0,906227279 brutos e R\$ 0,770293187 líquidos por ação preferencial classe B.

Os juros sobre o capital próprio aprovados foram considerados como antecipação de dividendos da Companhia referentes ao exercício de 2024.

## 1.10. ALIENAÇÃO DE TERRENOS

Em 31 de outubro de 2024, por meio da 67ª Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Administração, foi autorizada a abertura de licitação destinada a alienação dos 14 (quatorze) terrenos, de forma não fracionada, que totalizam 10,5 mil m<sup>2</sup>, localizados na QI 10, Lotes 25 a 38 no Setor Industrial de Taguatinga. Os referidos terrenos, com custo histórico de R\$ 1.569 mil, serão ofertados pelo valor mínimo de R\$ 32.700 mil conforme melhor avaliação mercadológica.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As Informações Financeiras Individuais e Consolidadas foram elaboradas conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada conforme o CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado, é exigida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As *International Financial Reporting Standards* – IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo assim, nas IFRS, a DVA é apresentada como informação suplementar, sem afetar o conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ela e suas controladas possuem recursos suficientes para manter suas operações futuras. Além disso, a Administração da Companhia e de suas controladas não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuidade operacional. Portanto, essas demonstrações financeiras foram preparadas sob o pressuposto da continuidade operacional.

Em conformidade com a Orientação Técnica OCPC 07 (R1) e a Resolução CVM nº 152, este documento apresenta todas as informações relevantes utilizadas na gestão do negócio, cumprindo os requisitos mínimos exigidos e, ao mesmo tempo, divulgando apenas informações relevantes que auxiliem os usuários na tomada de decisões.

Em 07 de março de 2025, a Administração da Companhia autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, para serem submetidas à apreciação do Conselho de Administração.

#### 2.1.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e estão alinhadas com as normas internacionais de contabilidade (IFRS). Estas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas, controladas em conjunto e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são aplicados tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas, para determinar o resultado e o patrimônio líquido atribuíveis aos acionistas da controladora.

### 2.1.2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, bem como as *International Financial Reporting Standards* – IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

### 2.1.3. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas são apresentadas em milhares de reais (R\$) e com base no custo histórico exceto em determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo.

### 2.1.4. PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis relevantes da Companhia e suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

### 2.1.5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS MATERIAIS

A preparação das informações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis materiais e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem divergir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes da revisão das estimativas contábeis são reconhecidos no exercício da revisão.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir:

#### 2.1.5.1. ESTIMATIVA DE PERDAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos, sendo os saldos demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a classificação do título que as originaram.

Para o Grupo, foi adotado o modelo de perdas com base no valor recuperável, seguindo os critérios estabelecidos no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e as normas contábeis aplicáveis, como o CPC 48 (IFRS 9). Além disso, considera-se o aumento do risco de recebimento das faturas subsequentes de clientes com histórico de inadimplência.

#### 2.1.5.2. PERDA POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS (*IMPAIRMENT*)

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o registro contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que corresponde ao maior montante entre o “valor justo menos custos de venda” e o “valor em uso”. O cálculo é baseado em informações disponíveis de “transações de venda de ativos similares” ou “preços de mercado menos custos adicionais” para descartar o ativo, e utiliza o modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento até o final da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto do teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

### 2.1.5.3. PROVISÕES

#### 2.1.5.3.1. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS, CÍVEIS E REGULATÓRIOS

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e/ou suas controladas e coligadas possuem uma obrigação presente como resultado de um evento passado, que é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O Grupo CEB é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e regulatórios são constituídas para todos os processos com os quais sejam prováveis uma saída de recursos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser efetuada. A avaliação da probabilidade de perda, por parte dos consultores legais da Companhia e de suas controladas e coligadas, inclui a avaliação das evidências disponíveis; a hierarquia das leis; as jurisprudências; as decisões mais recentes nos tribunais; e a sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos.

As provisões são revisadas e ajustadas para considerar alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Grupo revisa suas estimativas e premissas em bases mensais. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 18.

#### 2.1.5.4. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

##### 2.1.5.4.1. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E ASSISTÊNCIA À SAÚDE

O Patrocínio de Previdência Complementar e de assistência à Saúde aos empregados da Companhia e suas controladas, foi celebrado em 18 de outubro de 2022, com Convênio de Adesão entre a CEB e a Fundação de Previdência Complementar – FUNDIÁGUA.

A Companhia aderiu ao Plano III (Previdência) da FUNDIÁGUA, cuja modalidade é Contribuição Definida – CD, sem risco atuarial para a Companhia. Assim como, ao Acordo de Gestão do Programa de Assistência à Saúde para adesão aos planos de saúde e odontológico.

##### 2.1.5.4.2. BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago aos planos de bonificação, em espécie ou em participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia ou suas controladas e coligadas têm uma obrigação, em função de serviço prestado pelo empregado, que possa ser estimada de maneira confiável.

### 2.1.6. VALOR JUSTO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 3.4).

#### 2.1.6.1. DEPRECIÇÃO DE ATIVOS TANGÍVEIS

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme orientação e definição do órgão regulador. Os terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, quando a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 674 de agosto de 2015, alinhadas ao CPC 27 – Ativo imobilizado (IAS 16).

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (Nota Explicativa nº 12).

#### **2.1.6.2. AMORTIZAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS**

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada dos ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado (Nota Explicativa nº 13).

### **2.2. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTABILIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS SOCIETÁRIOS**

#### **2.2.1. CONTROLADAS**

##### **2.2.1.1. CEB GERAÇÃO S.A.**

A CEB Geração S.A., cuja criação foi autorizada pela Lei Distrital nº. 2.648, de 26 de dezembro de 2000, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB, regida pela Lei nº 6.404/76.

Em 12 de janeiro de 2006 foi formalizada a desverticalização da CEB, de acordo com as disposições da Resolução Autorizativa ANEEL n.º 318, de 14 de setembro de 2005, na qual foi dada autonomia e independência à CEB Geração S.A., que tem por objeto a geração e a comercialização de energia da Usina Hidrelétrica Paranoá.

Em 27 de dezembro de 2016 foi celebrado o Contrato de Concessão nº 001/2016 – ANEEL, cujo objeto é regular a exploração, pela Concessionária, da PCH Paranoá, com termo final da concessão em 29 de abril de 2020.

Conforme determinado na Portaria nº 190 do MME, a partir do dia 30 de abril de 2020, a CEB Geração S.A. foi designada como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica denominada PCH Paranoá.

Com o vencimento do Contrato de Concessão da PCH Paranoá, a Companhia passou a ter sua receita definida por meio de tarifa (Receita Anual de Geração – RAG), homologada pela ANEEL, pela disponibilização, em regime de COTAS, da garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica no mercado.

Em 10 de dezembro de 2021, o MME, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, deferiu o Pedido de Prorrogação do Prazo da Concessão da Pequena Central Hidrelétrica, integrante do Contrato de Concessão nº 01/2016-ANEEL, celebrado entre a União e a CEB Geração S.A., pelo prazo de trinta anos, contado a partir de 30 de abril de 2020, com término em 29 de abril de 2050.

Em 10 de junho de 2022 foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2016-ANEEL, nos termos do art. 1º da Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2012, celebrado entre a União e a CEB Geração S.A., e publicado no Diário Oficial da União em 21/06/2022, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contados a partir de 30 de abril de 2020, com término em 29 de abril de 2050. para geração de energia elétrica destinada às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Em 18 de julho de 2023 a ANEEL definiu, por meio da Resolução Homologatória nº 3.225, o valor da Receita Anual de Geração (RAG) das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024. O valor anual aprovado para a CEB Geração S/A foi de R\$ 11.921, que representa uma redução de 3,38% em relação à receita homologada em 2022 no valor de R\$ 12.338.

Posteriormente, em 23 de julho de 2024, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.353, determinou o valor da RAG para o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025. O valor aprovado foi de R\$ 11.874 mil, representando uma redução de 0,39% em comparação ao valor homologado no ciclo anterior, de R\$ 11.921 mil.

A produção de energia elétrica em 2024 alcançou 10,013 MW médios, representando uma variação de 25,5% em comparação com o total gerado em 2023. O aumento na geração foi resultado da melhoria das condições hidrológicas da bacia.

### 2.2.1.2. CEB PARTICIPAÇÕES S.A.

A CEB Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 1.788, de 27 de novembro de 1997, constituída como subsidiária integral da CEB, que atua na compra e venda de participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, majoritariamente ou minoritariamente.

A sociedade atua na comercialização da energia elétrica, na proporção de sua cota-parte de 17,5% no Consórcio CEMIG/CEB, produzida pela Usina Hidrelétrica de Queimado, na condição de produtora independente de energia elétrica.

O contrato de concessão nº 06/97 foi firmado em 18 de dezembro de 1997 entre a União e o Consórcio CEMIG-CEB (“Consórcio”), para exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Preto, entre os municípios de Unaí, no Estado de Minas Gerais e Cristalina, no Estado de Goiás, denominado UHE Queimado, com potência mínima instalada de 105 MW, bem como do respectivo Sistema de Transmissão Associado, que inclui uma linha de transmissão de cerca de 40 km, conectada na tensão de 138 kV, na subestação Unaí 3, de propriedade da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.

O prazo de Concessão de aproveitamento hidrelétrico é de 35 (trinta e cinco) anos contado a partir de 1997, prorrogável a critério exclusivo do Poder concedente, mediante requerimento prévio das Concessionárias participantes do Consórcio, com antecedência de 36 (trinta e seis) meses do seu término.

Conforme Resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021, ampliou-se o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, assim, a usina de UHE – Queimado, aumentou a extensão do prazo de concessão em 556 dias, desta forma, a vigência da concessão passa a ser até 27 de junho de 2034.

Ao final da concessão, todos os bens e instalações vinculados ao Aproveitamento Hidrelétrico e ao Sistema de Transmissão Associado passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, aos Concessionários, dos investimentos ainda não amortizados, desde que tenham sido aprovados pelo Poder Concedente.

A energia elétrica gerada pela UHE Queimado é para uso exclusivo das partes concessionárias, na condição de produtores independentes, na proporção da sua participação na formação do consórcio CEMIG-CEB como segue:

<u>Concessionárias</u>	<u>Participação</u>
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG	82,5%
Companhia Energética de Brasília – CEB	17,5%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>

A CEMIG e a CEB constituíram em 1997 o Consórcio CEMIG – CEB, através do Contrato de Constituição do Consórcio, cujo objeto é a exploração compartilhada de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico de Queimado e Sistema de Transmissão Associado (AHE Queimado), hoje UHE Queimado, nos termos do Contrato de Concessão nº 06/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A CEMIG é considerada Líder do Consórcio e é a responsável perante a ANEEL pelo cumprimento das obrigações descritas do Contrato de Concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária da CEB.

A participação de cada consorciada segue a proporção definida no Contrato de concessão. Dessa forma, as alterações realizadas no Contrato de concessão através dos 1º e 2º aditivos também foram refletidas no Consórcio CEMIG – CEB, composto atualmente por CEMIG Geração e Transmissão S.A. e CEB Participações S.A.

A Administração do Consórcio é exercida de forma compartilhada entre as consorciadas, através de duas Diretorias, uma Administrativa e Financeira, a cargo da CEB Participações, e outra de Operação e O&M, a cargo da CEMIG GT, além de um Conselho Deliberativo.

O Consórcio não tem personalidade jurídica nos termos do artigo 278 da Lei nº 6.404/76 e sua constituição foi feita de acordo com o artigo 279 desta mesma Lei. O Consórcio não gera receita de venda de energia. As despesas necessárias à operação e

manutenção da usina são diretamente suportadas pelas empresas consorciadas, na medida em que tais recursos são necessários e na proporção de suas participações no consórcio. Portanto, para o Consórcio liquidar seus passivos são necessários aportes de recursos das consorciadas.

De acordo com a primeira subcláusula da cláusula terceira do Contrato de Concessão nº 06/97 ANEEL, a CEB Participações S.A. comercializa a energia produzida na sua cota-parte no ambiente regulado sendo inserida atualmente no 1º Leilão para contratação da concessão e autorizações e para produção e compra de energia no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2037. Os contratos de venda de energia foram realizados em período superior ao da concessão, que se encerra em 2034, sendo que a Administração da Companhia entende que, caso a concessão não seja prorrogada em nome do Consórcio CEMIG – CEB, a obrigação dos contratos de venda de energia será repassada à Entidade que assumirá a concessão da UHE Queimado.

A UHE Queimado encontra-se em operação desde abril de 2004 com três turbinas, representando uma potência instalada de 105 MW e energia assegurada de 67,90 MW médios, a qual foi reduzida em 2022 para 64,06 MW médios, conforme Portarias nº 178 de 3 de maio de 2017 e nº 704 de 10 de novembro de 2022 do Ministério das Minas e Energia,

No exercício de 2024 a UHE Queimado produziu 47,35 MW médios, ou seja, 74% da sua garantia física (36,95 MW médios gerados no mesmo período de 2023, 58% de sua antiga garantia física).

Complementarmente, a CEB Participações S.A. detém a participação acionária correspondente a 1,5355% do capital da Corumbá Concessões S.A.

### 2.2.1.3. CEB LAJEADO S.A.

A CEB Lajeado S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.515, de 31 de dezembro de 1999, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB e é uma coligada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS. Foi constituída em 22 de fevereiro de 2000, com 59,93% do total das ações, representada por ações ordinárias. As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás detém 40,07% do total das ações, representada por ações preferenciais.

A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são titulares de ações representativas de 100% do capital votante e 85,31% do capital social da Investco S.A., sociedade por ações, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, constituída para administrar a UHE Luís Eduardo Magalhães. A CEB Lajeado S.A. detém 20% de participação no capital social da Investco.

As referidas sociedades, juntamente com a Investco, são parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado”, cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração da UHE Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/1997 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Inicialmente o prazo de concessão era de 35 anos, contados da publicação no diário oficial, ocorrida em 15 de janeiro de 1998, com término previsto para 15 de dezembro de 2033, com a publicação da Resolução Homologatória ANEEL Nº 2.632 de 14 de setembro de 2021, a Companhia obteve a extensão da concessão por mais 980 dias, a ser encerrada em 22 de setembro de 2035, em função da sua participação no Mecanismo de Relocação de Energia – MRE.

A concessão da UHE Luís Eduardo Magalhães é compartilhada da seguinte forma:

	Quota
Paulista Lajeado Energia	72,27%
CEB Lajeado	19,80%
Lajeado Energia	6,93%
Investco	1,00%
Total	100,00%

A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a Usina, porém, esses ativos são arrendados somente aos sócios ordinários e de acordo com o percentual de participação de cada um no contrato de concessão, conforme instrumento particular do contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001. Dessa forma, a energia gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é de propriedade das arrendatárias e não há relação de compra e venda de energia entre a Investco e a CEB Lajeado.

A UHE Luís Eduardo Magalhães encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW, tendo energia assegurada

de 505,10 MW. Da potência instalada e energia assegurada, as Concessionárias deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano, respectivamente, até o prazo final deste contrato, para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição.

A partir de 2016, passou a vigorar a Repactuação do Risco Hidrológico, estabelecida por meio da Lei nº 13.203/2015 e regulamentada pela Resolução Aneel nº 684/2015, que transferiu parte deste risco para os consumidores finais envolvendo os contratos no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, como o da CEB Lajeado, mediante o pagamento de um prêmio de risco.

O produto escolhido pela Companhia foi o SP92, que garante uma proteção para déficits de geração de energia do Mercado de Curto Prazo superior a 8%, sendo que para déficits até este nível a CEB Lajeado possui a responsabilidade de ressarcir os agentes de mercado.

A CEB Lajeado tem em vigor um contrato de compra e venda de energia com a Neoenergia Distribuição Brasília S.A., firmado em 27 de novembro de 2001 e se encerrará em 15 de dezembro de 2032. O volume contratado de energia foi de 823.822,5 MWh/ano, ou 94,04 MW médios, valor que deverá se repetir até o final da concessão.

A Garantia física da CEB Lajeado é de 95,02 MW médios desde o ano de 2023, conforme definido pela Portaria nº 178 do MME de 3 de maio de 2017, após 10 de novembro de 2022 foi reduzida para 95,02 MW médios, conforme Portaria GM/MME nº 704 da Gerência de Mercado do Ministério das Minas e Energia, através da revisão ordinária da UHE Luís Eduardo Magalhães. A garantia é revisada periodicamente pela ANEEL.

Em 2024 a geração trimestral foi de 102,58 MW médios, aumento de 29% comparado ao mesmo período de 2023 (79,55 MW médios). A geração bruta para o exercício de 2024 foi de 410,334 MWh, superior em 92,15 MWh comparado ao exercício de 2023.

#### **2.2.1.4. COMPANHIA BRASILIENSE DE GÁS**

A Companhia Brasileira de Gás é uma sociedade de economia mista, constituída em 20 de março de 2001, com autorização da Lei Distrital no 2.518, de 10 de janeiro de 2000. Tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás combustível canalizado, de produção própria ou de terceiros, podendo inclusive importar, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo território do Distrito Federal. A Companhia poderá ainda:

- Efetuar a implantação e a operação das redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte;
- Exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive, sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros; e
- Constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, visando o êxito na realização de suas atividades.

A concessão da exploração tem prazo de vigência até 9 de janeiro de 2030, podendo ser prorrogada por mais 30 anos.

A Companhia Energética de Brasília – CEB é controladora da Companhia Brasileira de Gás com 56,25% das ações ordinárias e 25% do total das ações.

Em fevereiro de 2024 a Companhia teve sua operação de distribuição de gás natural suspensa temporariamente, porém a Companhia vem acompanhando a evolução dos projetos que visam disponibilizar o gás natural para o mercado no Distrito Federal.

#### **2.2.1.5. CEB ILUMINAÇÃO PÚBLICA E SERVIÇOS S.A.**

A CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. - CEB IPES, cuja criação foi autorizada pela Assembleia Geral de Constituição, é uma sociedade por ações constituída como subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB, regida pela Lei nº 6.404/1976.

A CEB IPES tem como objetivos prestar serviços de gestão, manutenção, recuperação, modernização, melhoramento, eficientização, expansão, operação e compartilhamento de ativos que integram o parque de iluminação pública do Distrito Federal, de forma direta ou indireta; elaboração de estudos, projetos de engenharia, execução de obras de implantação,

ampliação, reforma ou manutenção de redes de transmissão e distribuição de energia elétrica aéreas e subterrâneas, sistemas de iluminação pública, instalações elétricas prediais, e atuar nas demais atividades correlatas à prestação de geração, distribuição, transmissão de energia elétrica e iluminação pública.

Em 04 de dezembro de 2023, a CEB IPES se tornou concessionária da prestação dos serviços de iluminação pública do Distrito Federal, mediante celebração de contrato de concessão com o Poder Concedente, com prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados da data de eficácia disciplinada no contrato de concessão, podendo ser prorrogado, respeitados os limites estabelecidos na legislação aplicável e as hipóteses contempladas no contrato de concessão.

## 2.2.2. COLIGADAS

### 2.2.2.1. ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.

A Energética Corumbá III S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente e que tem por objetivo principal a exploração de geração de energia elétrica da Usina de Corumbá III. A CEB detém uma participação de 37,5% do capital social, sendo 25% das ações ordinárias e 50% das ações preferenciais.

O Contrato de Concessão é o de nº 126/2001, de 7 de novembro de 2001 foi firmado entre a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e aditivado em 25 de novembro de 2007, no tocante a transferência parcial de titularidade para a Geração Corumbá III. Este contrato de concessão garante o direito de exploração pelo prazo de 35 anos, com vencimento para 7 de novembro de 2036. Em razão da repactuação da GSF ocorrida em 2015 o prazo foi estendido por mais 100 dias tendo o vencimento da concessão alterado para 14 de fevereiro de 2037. Recentemente, conforme resolução homologatória 2.932 de 14 de setembro de 2021 emitida pela ANEEL a concessão da UHE Corumbá III foi prorrogada por mais 1.163 dias, a partir de 14 de fevereiro de 2037 até dia 21 de abril de 2040.

A construção da Usina de Corumbá III, com potência instalada de 93,6 MW, foi feita em parceria com a Geração CIII S.A, nos percentuais de 40% (quarenta por cento) para a Energética Corumbá III S.A e 60% (sessenta por cento) para a Geração CIII S.A. Os investimentos para a construção foram feitos mediante a constituição de um Consórcio denominado Consórcio Empreendedor Corumbá III.

O início da operação comercial ocorreu em 24 de outubro de 2009, com a entrada em operação da primeira turbina. Em 30 de janeiro de 2010 iniciou a operação da segunda turbina.

A energia gerada é comercializada pelas consorciadas Energética Corumbá III S.A. e Geração Corumbá III, com a venda da energia contratada na sua totalidade pela Neoenergia Distribuição Brasília S.A, até o ano de 2036, com reajustes anuais pela variação do IGPM.

### 2.2.2.2. CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.

A Corumbá Concessões S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 6 de setembro de 2000 e tem por objeto social a atividade de exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Corumbá IV, através de um empreendimento de construção e exploração de geração de energia elétrica da USINA CORUMBÁ IV, situado no rio Corumbá, no Município de Luziânia, Estado de Goiás, para a produção de energia elétrica e demais obras complementares.

A Corumbá Concessões S.A. é detentora do contrato de concessão nº 93/2000, firmado com a ANEEL em 8 de dezembro de 2000, que garante à Corumbá Concessões o direito de exploração potencial de energia elétrica da Central Geradora Corumbá IV, com potência instalada de 127 MW (passando para 129,2 MW no 6º Aditivo do Contrato de Concessão). O Contrato de Concessão prevê que a energia elétrica produzida pela Central Geradora Corumbá IV pode ser comercializada ou utilizada pela Companhia. A Concessão tem prazo original de 35 anos, podendo ser prorrogada ao final, tendo sido estendido o prazo em 1.137 dias, até 03/07/2040, por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.132 de 8 de fevereiro de 2022, consolidada no 7º Termo Aditivo ao contrato de Concessão nº 093/2000.

A participação do Grupo no capital social da Companhia é de 34,06%, sendo 32,52% de propriedade da CEB e 1,54% da CEB Participações S.A.

### 2.2.3. PARTICIPAÇÃO INDIRETA

#### 2.2.3.1. INVESTCO S.A.

A Investco S.A. é uma Companhia de capital aberto que tem como objeto social a elaboração de estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado. A Companhia detém através de sua controlada CEB Lajeado S.A. uma participação direta no capital social total da Investco S.A. de 16,98%, com a seguinte composição: 20,00% das ações ordinárias; 20,00% das ações preferenciais classe R; 6,02% de ações preferenciais classe A; e 20,00% de ações preferenciais classe B, não possuindo ações Classe C em sua composição acionária.

A Investco S.A., juntamente com as sociedades empreendedoras, é parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado” cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso do bem público para a exploração da UHE Luís Eduardo Magalhães, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/1997 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

### 2.2.4. OUTRAS PARTICIPAÇÕES

#### 2.2.4.1. BSB ENERGÉTICA S.A.

A BSB Energética S.A. é uma sociedade por ações, constituída em 31 de março de 2000, para explorar a geração de energia elétrica no segmento de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, com potência global máxima instalada de 200 MW e, estatutariamente, está autorizada a participar de outros empreendimentos ou sociedades, seja como acionista ou quotista. A Companhia detém participação acionária de 9,00% do capital social da BSB Energética S.A.

### 2.2.5. PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES

É registrado como transações entre acionistas. Consequentemente, nenhum ágio ou deságio é reconhecido como resultado de tais transações.

### 2.2.6. TRANSAÇÕES ELIMINADAS NA CONSOLIDAÇÃO

Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas, registradas por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

### 2.2.7. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

## 2.3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e incluem saldos de caixa, de depósitos bancários em contas-correntes e de aplicações financeiras resgatáveis no prazo máximo de 90 dias da data da contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. São registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais (Nota Explicativa nº 4) e Contas a Receber (Nota Explicativa nº 5).

## 2.4. ATIVOS FINANCEIROS

### 2.4.1. CLASSIFICAÇÃO

Com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, o Grupo alterou a classificação dos seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, eliminando as categorias de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para a venda. A classificação dependerá do modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros, e as características contratuais dos fluxos de caixa.

#### 2.4.1.1. ATIVOS FINANCEIROS REGISTRADOS PELO CUSTO AMORTIZADO

Um ativo financeiro é classificado pelo custo amortizado quando a entidade possui como modelo de negócios, manter seus ativos financeiros até o vencimento. Entende-se como modelo de negócios a forma como a entidade gerencia seus ativos financeiros para geração de fluxos de caixa. Nesta categoria foram consideradas Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras de liquidez Imediata (Nota Explicativa nº 4) e Contas a Receber (Nota Explicativa nº 5).

### 2.4.2. RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

O Grupo reconhece todos os ativos financeiros, em sua mensuração inicial, pelo seu valor justo mais os custos incorridos para a sua obtenção ou emissão. Posteriormente, cada instrumento financeiro é classificado pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio de outros resultados.

Para os ativos financeiros registrados pelo custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas, nos casos em que há aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

### 2.4.3. PERDA POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS FINANCEIROS (IMPAIRMENT)

#### 2.4.3.1. ATIVOS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

O Grupo avalia na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Há evidência objetiva de *impairment* se, após o reconhecimento inicial dos ativos, for constatada perda apurada por meio de fluxos de caixa futuros, estimada de maneira confiável.

O montante de perda por *impairment* quando incorrido é registrado no resultado e, se num período subsequente, o valor dessa perda diminuir, em função de um evento que ocorreu após a deterioração anteriormente reconhecida, tal perda deverá ser revertida na demonstração do resultado.

## 2.5. CONTAS A RECEBER

Nesta rubrica, o Grupo classifica os valores a receber de clientes, dos revendedores, dos concessionários e dos permissionários. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e estão apresentados pelo valor presente e são deduzidos pelo ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação por meio da constituição de estimativa de perda com crédito de liquidação duvidosa.

Os saldos de contas a receber de consumidores, revendedores, concessionários e permissionários incluem valores faturados e não faturados referentes a prestação de serviços de manutenção e obras de Iluminação pública; incluem ainda o uso do sistema de distribuição por clientes livres, bem como o saldo de energia vendida no mercado de curto prazo comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota Explicativa nº 5).

### 2.5.1. PERDA ESTIMADA COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos, sendo os saldos demonstrados no Ativo Circulante ou Não Circulante, de acordo com a classificação do título que as originaram (Nota Explicativa nº 5.3).

## 2.6. ESTOQUES

Representam os materiais e os equipamentos em estoque (almojarifado de manutenção e administrativo), classificados no ativo circulante e aqueles destinados a investimentos (material em depósito), classificados no ativo não circulante – imobilizado, que estão registrados pelo custo médio de aquisição. Quando exceder os custos de reposição ou valores de realização, são deduzidos pelo ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação.

## 2.7. ATIVO DE CONTRATO

É classificado os Contratos de Concessões, de acordo com ICPC 01(R1) e a OCPC 05 – Contratos de Concessão, que estabelecem diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contrato de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais os serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão (construção e/ou melhorias) são reconhecidos como “Ativo de contrato”, quando as concessionárias possuem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo de contrato do poder concedente pelos serviços de construção/melhoria, e o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei.

## 2.8. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

A Companhia classifica como propriedade para investimento os imóveis mantidos para obtenção de renda com aluguel ou para valorização do capital, e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços, nem para fins administrativos ou venda no curso ordinário das operações.

As propriedades para investimento são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Companhia pode optar por mensurá-las pelo custo histórico (deduzido de depreciação e perdas por desvalorização, se aplicável) ou pelo valor justo.

## 2.9. ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para a venda, se o seu valor contábil for recuperável por meio de transação de alienação. Neste caso, deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos procedimentos habituais para operações desta natureza. Além disso, sua venda deve ser altamente provável.

A Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e iniciar um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. O ativo mantido para alienação deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Espera-se, ainda, que a operação de desmobilização do ativo seja concluída em até um ano a partir da data da classificação.

O grupo de ativos mantidos para a venda é mensurado pelo menor valor entre seu “valor contábil” e o “valor justo menos as despesas de venda”. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma perda por *impairment* é reconhecida em contrapartida do resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida.

A depreciação dos ativos mantidos para negociação cessa quando um grupo de ativos é designado como mantido para a venda.

## 2.10. ATIVO IMOBILIZADO

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo Grupo inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar de forma adequada; e
- Custos de empréstimos e financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas(despesas) operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

A depreciação e amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcios, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

As principais taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 12.

## **2.11. INTANGÍVEL**

### **2.11.1. DIREITO DE EXPLORAÇÃO DA CONCESSÃO**

Refere-se ao direito da concessão pelo uso de bem público para exploração de aproveitamento hidroelétrico. É constituído pelo valor de aquisição do direito relacionado com o uso do bem público até o final do prazo de concessão e amortizado pelo prazo de concessão (Nota Explicativa nº 13.1).

### **2.11.2. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS**

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente (Nota Explicativa nº 13).

## **2.12. PERDA POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS (*IMPAIRMENT*)**

A Administração avalia, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Não foram identificadas tais circunstâncias que levasse o Grupo a avaliar a necessidade de constituição de provisão para perda sobre o valor dos ativos não financeiros.

## **2.13. PASSIVOS FINANCEIROS**

O Grupo CEB reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: obrigações societárias (Nota Explicativa nº 16); e Outros Passivos (Nota Explicativa nº 19).

## **2.14. FORNECEDORES**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido até o encerramento do exercício seguinte. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

### **2.14.1. ARRENDAMENTO MERCANTIL**

Arrendamento mercantil é um acordo pelo qual o arrendador transfere ao arrendatário o direito de usar um ativo por um período, tendo como contrapartida o pagamento de um valor, à vista ou parcelado, ou seja, é o contrato, ou parte do contrato,

que transfere o direito de usar um ativo subjacente, por um período, em troca de contraprestação. Trata-se de contrato bilateral, com direitos e obrigações recíprocas entre as partes, que assume um caráter oneroso (não gratuito).

O CPC 06 - Arrendamentos estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação para contratos de arrendamentos. A norma introduz para os arrendatários um modelo único de contabilização no balanço patrimonial, onde estes são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos e o direito de uso do ativo arrendado. A natureza da despesa relacionada a estes arrendamentos foi alterada, deixando de ser uma despesa linear de arrendamento operacional e passando a representar uma despesa de amortização do direito de uso e despesa de juros pela atualização do passivo de arrendamento.

## **2.15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas a serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

## **2.16. OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA NA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE**

Os registros das operações de compra e venda de energia elétrica estão reconhecidos pelo regime de competência, com base em informações divulgadas pela CCEE, responsável pela apuração dos valores e quantidades de compras e vendas realizadas no âmbito desta entidade, ou por estimativa da Administração, quando essas informações não estão disponíveis.

## **2.17. DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS**

Os outros ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

## **2.18. CAPITAL SOCIAL**

Representa o valor aportado pelos Acionistas na Companhia para subsidiar a manutenção das suas atividades operacionais, que em contrapartida, se tornam titulares de ações da empresa, sejam elas ordinárias e/ou preferenciais, classificadas no patrimônio líquido.

### **2.18.1. AÇÕES ORDINÁRIAS**

Ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários, quando aplicável e dão direito a voto ao seu acionista detentor.

### 2.18.2. AÇÕES PREFERENCIAIS

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação pelos acionistas da Companhia. Já os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

### 2.18.3. RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita é reconhecida por meio de contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando os serviços são efetivamente transferidos ao cliente, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre ela.

A partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, foi adotado pela Companhia, todos os ativos estão registrados conforme a respectiva prática.

O reconhecimento da receita se dá quando ou à medida que a entidade satisfizer uma obrigação de performance ao transferir o bem ou serviço ao cliente, sendo que por obrigação de performance entende-se como uma promessa executória em um contrato com um cliente para a transferência de um bem/serviço ou uma série de bens ou serviços.

A transferência é considerada efetuada quando ou à medida que o cliente obtiver o controle sobre esses bens ou serviços.

### 2.18.4. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

## 2.19. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras referem-se, principalmente, à receita dos rendimentos de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia ou suas controladas e coligadas em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem encargos e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos. Os custos dos empréstimos são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

## 2.20. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais dos segmentos de negócios são revistos frequentemente pela Administração da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, os elementos patrimoniais e de resultado da Companhia (Nota Explicativa nº 25).

## 2.21. NOVOS E REVISADOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC

No exercício corrente, a Companhia aplicou as novas normas e alterações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) que são obrigatoriamente válidas para o período contábil que se inicia em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores

apresentados nessas demonstrações financeiras e estão apresentadas a seguir:

### 2.21.1. POLÍTICAS CONTÁBEIS, MUDANÇA DE ESTIMATIVA E RETIFICAÇÃO DE ERRO – IAS 8/CPC 23

As alterações ao IAS 8 – CPC 23 esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

### 2.21.2. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO – IAS 12/CPC 32

As alterações ao IAS 12 - CPC 32 Tributos sobre o lucro estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

### 2.21.3. ARRENDAMENTOS IRFS 16/CPC 06

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 - CPC 06, para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. O Companhia não espera impacto significativo nas demonstrações financeiras.

### 2.21.4. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS IAS 1/CPC 26

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 - CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis, para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação;
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras;
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação;

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

O Companhia não identificou alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

### 2.21.5. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA – IAS 7/CPC 03

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 - CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

## 3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

### 3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes às

respectivas atividades operacionais, e não operam com derivativos.

### 3.2. GERENCIAMENTO DE RISCOS

As atividades das Companhias que compõem o conglomerado CEB a expõem a diversos riscos: operacionais, regulatório, financeiros (incluindo risco de mercado, risco de liquidez e risco de crédito) e riscos associados ao meio ambiente e a sociedade. A gestão de riscos concentra-se na imprevisibilidade e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e suas controladas.

O Conselho de Administração da Companhia supervisiona os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a Companhia, inclusive os relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e à ocorrência de corrupção e fraude.

A Diretoria de Planejamento e de Gestão de Riscos tem por atribuição identificar, avaliar, controlar, mitigar, monitorar e proteger a Companhia contra eventuais riscos operacionais, financeiros e regulatórios, atuando em cooperação com as unidades operacionais da Companhia e das controladas.

A gestão de riscos da Companhia busca explicitar os processos que permeiam a estrutura organizacional das empresas do grupo, identificando os riscos inerentes a cada processo e o responsável pelo gerenciamento dos riscos a ele associados, fornecendo ao gestor do processo, suporte técnico e instrumental para o estabelecimento de itens de controle que permitam medir os riscos inerentes e gerenciá-los.

A gestão integrada de riscos é supervisionada pela Diretoria de Planejamento e Gestão de Risco, que reporta ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria Estatutário, ao Comitê de Risco e ao Conselho Fiscal da Companhia. Além disso, foi desenvolvido e implementado um Programa de Integridade, que é atualizado e supervisionado pela referida Diretoria.

A Companhia e suas controladas trabalham de forma a conhecer os riscos do negócio, adequando e melhorando permanentemente seus processos e suas estruturas organizacionais, bem como avaliando suas interações com o setor público e privado para identificar e mitigar os riscos associados:

- a) ao atingimento dos objetivos e metas da Companhia; e
- b) ao estrito cumprimento das normas que regem a atuação da Companhia e evitar o cometimento dos atos lesivos definidos na Lei nº 12.846/2013.

#### 3.2.1. RISCO REGULATÓRIO

Relativamente à gestão do risco regulatório, há duas vertentes predominantes que têm merecido particular atenção da Administração:

(a) as consequências da crise hídrica que repercutem no Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, resultando em encargos relevantes para a CEB Lajeado S.A.; a CEB Participações S.A.; a CEB Geração S.A.; a Corumbá Concessões S.A.; e a Energética Corumbá III S.A.; e

(b) o impacto da Repactuação do Risco Hidrológico nas empresas geradoras/comercializadoras.

A Administração da Companhia e de suas controladas é integralmente responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos, observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas que compõem o conglomerado CEB.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoramento permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa, visando a sua mitigação.

A Companhia, por meio de seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual, as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração.

Em observância à Lei nº 13.303/2016, cada empresa deverá observar as regras de governança corporativa, de transparência e de estruturas, práticas de gestão de riscos e de controle interno, composição da administração e mecanismos para sua proteção, todos constantes da citada Lei.

### 3.2.2. RISCO DE CRÉDITO

Em termos simples, o risco de crédito é a probabilidade de que um cliente, parceiro de negócios ou devedor não cumpra com suas obrigações financeiras ou contratuais, ou seja, não pague uma dívida que contraiu com a Companhia.

A Companhia e suas controladas qualificam o risco de crédito pela incerteza no recebimento de valores faturados a seus clientes, decorrentes da comercialização de energia elétrica e da prestação de serviços de iluminação pública.

A Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela regulação setorial emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pela legislação do Distrito Federal, garante às concessionárias riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de *rating*.

### 3.2.3. RISCO DE LIQUIDEZ

A Companhia e suas controladas tem financiado suas operações com recursos provenientes de suas atividades operacionais e dos resultados de suas empresas controladas, coligadas e demais investidas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada com base em informações da área financeira, analisadas em ambiente executivo da Companhia.

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos principais passivos financeiros:

Consolidado	Valor	Até 1 ano
<b>Passivos Financeiros não Derivativos</b>		
Fornecedores	933	933

### 3.2.4. RISCO DE TAXA DE JUROS

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos sujeitos a taxas relacionadas a expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem, de maneira relevante, os créditos a receber na data-base do balanço e os empréstimos passivos.

Os principais itens envolvidos são os créditos a receber de clientes, as obrigações com fornecedores ou dívidas em atraso, que foram renegociadas até a data-base do balanço.

Portanto, as variações positivas e negativas nos índices e juros associados a esses ativos e passivos impactam diretamente o resultado das empresas.

### 3.2.5. RISCO OPERACIONAL

Risco operacional refere-se ao risco de prejuízos diretos ou indiretos resultantes de diversas causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia, bem como a fatores externos, excluindo riscos de crédito, mercado e liquidez. Inclui, por exemplo, riscos decorrentes de exigências legais e regulatórias, bem como de padrões amplamente aceitos de comportamento empresarial. Os riscos operacionais podem surgir de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Administração é administrar o risco operacional do Grupo para: (i) evitar prejuízos financeiros e danos à reputação da organização e suas controladas e coligadas; (ii) buscar eficácia na gestão de custos; e (iii) garantir a continuidade operacional da Companhia.

## 3.3. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são preservar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, buscando fazê-lo ao menor custo possível. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Administração pode propor, quando necessário a aprovação dos acionistas, a revisão da política de

pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações ou venda de ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, que corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida é calculada como o total de empréstimos e financiamentos (de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é obtido pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumidos:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Total de Empréstimos e Financiamentos	-	-
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(334.261)	(275.908)
<b>= Dívida Líquida</b>	<b>(334.261)</b>	<b>(275.908)</b>
Patrimônio Líquido	1.065.393	1.008.340
<b>= Total do Capital</b>	<b>731.132</b>	<b>732.432</b>
<b>Índice de Alavancagem Financeira - %</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>

### 3.4. VALOR JUSTO E SUA ESTIMATIVA

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são inicialmente registrados pelo valor justo das transações que lhes deram origem e, quando aplicável, são ajustados com base nos encargos contratuais e nas estimativas de perda. A Administração considera que os valores apurados com base nesses critérios representam a melhor estimativa para a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia e suas Controladas.

As tabelas a seguir apresentam, de forma resumida, os ativos financeiros registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

	Avaliação	Controladora			
		31/12/2024		31/12/2023	
		Valor Justo	Saldo Contábil	Valor Justo	Saldo Contábil
<b>Ativos Financeiros</b>					
Caixa e Bancos	Valor Justo	42	42	5.978	5.978
Contas a Receber	Custo Amortizado	-	-	19.854	19.854
Aplicações Financeiras	Valor Justo	334.219	334.219	269.930	269.930
<b>Passivos Financeiros</b>					
Fornecedores	Custo Amortizado	933	933	13.743	13.743
Obrigações Societárias	Custo Amortizado	-	-	5.817	5.817

	Avaliação	Consolidado			
		31/12/2024		31/12/2023	
		Valor Justo	Saldo Contábil	Valor Justo	Saldo Contábil
<b>Ativos Financeiros</b>					
Caixa e Bancos	Valor Justo	112	112	6.002	6.002
Contas a Receber	Custo Amortizado	26.041	26.041	44.440	44.440
Aplicações Financeiras	Valor Justo	708.500	708.500	676.916	676.916
<b>Passivos Financeiros</b>					
Fornecedores	Custo Amortizado	32.232	32.232	20.552	20.552
Obrigações Societárias	Custo Amortizado	14.928	14.928	26.757	26.757
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado	6.839	6.839	5.170	5.170

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e Bancos Conta Movimento	42	5.978	112	6.002
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	334.219	269.930	708.500	676.916
<b>Total</b>	<b>334.261</b>	<b>275.908</b>	<b>708.612</b>	<b>682.918</b>

As aplicações financeiras são realizadas de maneira conservadora, em ativos financeiros de baixo risco. Os principais instrumentos utilizados são Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), aplicados junto ao Banco Brasília – BRB. Esses investimentos possuem alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis conforme as necessidades de caixa da Companhia, com valor conhecido e risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia apresentam

rentabilidades indexadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com remuneração média entre 102% e 105% desse indicador. Devido à natureza e características das aplicações financeiras, elas são reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

## 5. CONTAS A RECEBER

### 5.1. COMPOSIÇÃO DO CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Concessionárias e Permissionárias	-	-	25.469	24.479
Serviços Prestados a Terceiros (a)	13.920	33.413	14.542	33.574
<b>Total Bruto a Receber</b>	<b>13.920</b>	<b>33.413</b>	<b>40.011</b>	<b>58.053</b>
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa (b)	(13.920)	(13.559)	(13.970)	(13.613)
<b>Total Líquido a Receber</b>	<b>-</b>	<b>19.854</b>	<b>26.041</b>	<b>44.440</b>

(a) São valores a receber, em sua grande maioria, pelos serviços prestados ao GDF e empresas ligadas ao GDF.

(b) Constituída com premissas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e está constituída de acordo com os valores a receber há mais de 90 dias de atraso.

### 5.2. VALORES A RECEBER POR IDADE DE VENCIMENTO (CONSOLIDADO)

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos de 91 a 180 dias	Vencidos há mais de 180 dias	31/12/2024	31/12/2023
Concessionárias e Permissionárias	25.469	-	-	-	25.469	24.479
Serviços prestado a terceiros (Incluso Serviços de IP)	572	-	-	13.970	14.542	33.574
<b>Total Bruto a Receber</b>	<b>26.041</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.970</b>	<b>40.011</b>	<b>58.053</b>
Perda Estimada Com Crédito de Liquidação Duvidosa	-	-	-	(13.970)	(13.970)	(13.613)
<b>Total Líquido a Receber</b>	<b>26.041</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>26.041</b>	<b>44.440</b>

### 5.3. ESTIMATIVA DE PERDAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA (PECLD)

A estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída com premissas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e está constituída de acordo com os valores a receber há mais de 90 dias de atraso, mas, com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, realizamos o arrasto daquelas faturas com histórico de inadimplimento, para efeitos de constituição da PECLD.

A movimentação da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>16.422</b>	<b>16.481</b>
Adições	7.044	7.044
Reversões	(9.907)	(9.912)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>13.559</b>	<b>13.613</b>
Adições	361	361
Reversões	-	(4)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>13.920</b>	<b>13.970</b>

### 5.4. CRÉDITOS COM O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal (atualmente representado pela Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF) são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, cujo valor total corresponde a R\$ 13.920 mil em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 33.413 – 2023), compostos por serviços prestados de manutenção, eficiência e expansão do parque de iluminação pública.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal totalizou R\$ 13.920 (R\$ 13.559 – 2023), relativos a serviços de iluminação pública prestados pela CEB. O quadro seguinte mostra a composição dos créditos com o acionista controlador por idade de vencimento:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldos Vincendos	-	10.240
Vencidos até 90 dias	-	9.560
Vencidos de 91 a 360 dias	-	840
Vencidos há mais de 360 dias	13.920	12.773
<b>Saldo Bruto a Receber</b>	<b>13.920</b>	<b>33.413</b>
<b>Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa (a)</b>	<b>(13.920)</b>	<b>(13.559)</b>
<b>Saldo Líquido a receber</b>	<b>-</b>	<b>19.854</b>

(a) Do montante registrado como Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, R\$ 10.315 mil referem-se ao período de 2009 a 2020, já devidamente judicializado, sendo R\$ 5.502 mil transitado em julgado, com emissão de precatórios, aguardando liquidação; o valor de R\$ 3.605 mil, referem-se ao período de 2021 a 2024 que está sendo cobrado administrativamente.

## 6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ (a)	23.264	13.350	26.448	13.351
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (a)	3.204	3.282	3.237	3.282
Programa Especial de Regularização Tributária – PERT (b)	-	4.484	-	4.484
Programa de Integração Social - PIS	410	504	410	504
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	141	575	141	575
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	800	644	805	648
Outros	988	922	1.299	1.228
<b>Total</b>	<b>28.807</b>	<b>23.761</b>	<b>32.340</b>	<b>24.072</b>
<b>Circulante</b>	<b>27.964</b>	<b>22.959</b>	<b>31.185</b>	<b>22.963</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>843</b>	<b>802</b>	<b>1.155</b>	<b>1.109</b>

(a) Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se, basicamente, aos saldos negativos de exercícios anteriores em razão do regime de tributação pelo Lucro Real Anual.

(b) Refere-se ao parcelamento de regularização tributária ocorrido em 2017, através da utilização de prejuízos fiscais para quitação de dívidas tributárias, regularizados no exercício de 2024.

### 6.1. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS NÃO RECONHECIDOS

Segue o demonstrativo dos ativos fiscais diferidos não reconhecidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Diferenças Temporárias	4.865	8.377	4.865	8.377
<b>Total</b>	<b>4.865</b>	<b>8.377</b>	<b>4.865</b>	<b>8.377</b>

A Companhia não reconheceu ativo fiscal diferido sobre Provisões para Contingências e Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa, por entender que tais diferenças temporárias geram dúvidas quanto a realização nos prazos previstos.

## 7. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

Estão classificadas neste grupo as penhoras judiciais efetuadas perante as instituições financeiras nas contas-correntes da Companhia Energética de Brasília – CEB e suas subsidiárias, e ainda cauções referentes a leilões de energia e de Contratos firmados com a Secretária de Obras do Distrito Federal - SODF, para a prestação dos serviços de manutenção, eficientização e expansão do Distrito Federal. Também estão registrados os depósitos recursais que são oriundos das demandas judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Bloqueios Judiciais	11	10	198	211
Cauções (a)	1.911	1.911	34.375	2.988
Depósitos Recursais (b)	218	6.073	7.336	12.024
<b>Total</b>	<b>2.140</b>	<b>7.994</b>	<b>41.909</b>	<b>15.223</b>
<b>Circulante</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>198</b>	<b>211</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>2.129</b>	<b>7.984</b>	<b>41.711</b>	<b>15.012</b>

(a) No Consolidado a variação refere-se a garantia prevista no Contrato de Concessão da controlada CEB Iluminação Pública, para assegurar o pagamento da contraprestação devida pelo Poder Concedente, com contrapartida do registro no passivo não circulante, em função da devolução desta ao final da Concessão. A garantia é remunerada conforme condições estabelecidas no CDB (Certificado de Depósito Bancário).

(b) O montante de R\$ 5.817 mil, bloqueado em 2019 em função do Mandado de Penhora, destinados ao pagamento dos dividendos aos Acionistas, referente ao exercício de 2018 (Vide Nota nº 1.7), foi desbloqueado no exercício de 2024 e distribuídos conforme definido na 57ª AGO de 2019.

## 8. ESTOQUE

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Materiais	530	6.071	30.235	6.244
<b>Total</b>	<b>530</b>	<b>6.071</b>	<b>30.235</b>	<b>6.244</b>

O saldo existente na Controladora em 2023, referente aos materiais relacionados a Iluminação Pública, foi transferido no segundo trimestre de 2024 para a Controlada CEB IPES, para aplicação nos serviços de expansão e eficiência do parque de Iluminação Pública do Distrito Federal, por se tratar de materiais inservíveis a nova realidade da Controladora, e em função do direito da exclusividade da prestação dos serviços de Iluminação Pública do DF pela Controlada CEB IPES. Ato contínuo, a Controlada adquiriu volume significativo de materiais a serem aplicados na expansão e eficiência do parque.

## 9. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos	37.304	31.271	12.755	18.671
Juros sobre Capital Próprio	-	9.899	-	-
<b>Total</b>	<b>37.304</b>	<b>41.170</b>	<b>12.755</b>	<b>18.671</b>

Referem-se ao mínimo obrigatório declarado a título de dividendos e juros sobre capital próprio, conforme participação acionária da CEB nas subsidiárias, e em conformidade com disposto nos Estatutos Sociais das Investidas.

## 10. ATIVOS DE CONTRATO

O valor do ativo é composto pelo reconhecimento dos Contratos de Concessão dos direitos de exploração do empreendimento da UHE Paranoá e da prestação dos serviços de Iluminação Pública no Distrito Federal.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
CEB Iluminação Pública S.A.	-	-	17.854	-
CEB Geração S.A.	-	-	6.082	13.586
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23.936</b>	<b>13.586</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20.703</b>	<b>4.088</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.233</b>	<b>9.498</b>

## 11. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Serviços em curso (a)	-	-	2.244	1.564
Adiantamentos a Fornecedores	27	-	121	91
Créditos a Receber de Empregados (b)	310	583	465	858
Títulos de Crédito a Receber (c)	-	-	1.641	1.597
Ordem de Dispêndios a Reembolsar	-	-	22	22
Ativos destinados para venda (d)	1.569	-	1.569	-
Outros Créditos a Receber	5.937	2.651	3.810	2.541
<b>Total</b>	<b>7.843</b>	<b>3.234</b>	<b>9.872</b>	<b>6.673</b>
<b>Circulante</b>	<b>7.843</b>	<b>3.234</b>	<b>8.095</b>	<b>5.076</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.777</b>	<b>1.597</b>

- a) Os serviços em curso são referentes aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Programa de Eficiência Energética – PEE os quais, após seus termos, serão compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.
- b) Registros de adiantamentos de 13º Salário, Férias e empréstimos de férias aos empregados.
- c) Registro corresponde aos dividendos anuais fixos, cumulativo, de 3% sobre o valor das ações preferenciais classes “A” e “B” de emissão da coligada Investco, trazidos a valor presente, e classificadas como um instrumento financeiro recebível, registro realizado na CEB Lajeado, conforme determina o parágrafo 19 da NBC TG 39 (R4).
- d) Refere-se aos terrenos de propriedade da Companhia que foram destinados para alienação e estão disponíveis para venda, com previsão de realização no próximo exercício.

## 12. INVESTIMENTOS

### 12.1. COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Avaliadas pela Equivalência Patrimonial</b>	<b>619.498</b>	<b>623.509</b>	<b>427.533</b>	<b>418.908</b>
CEB Geração S/A	14.521	35.701	-	-
CEB Lajeado S/A	136.671	143.669	-	-
CEB Participações S/A	42.329	39.867	-	-
CEB Iluminação Pública e Serviços S/A	197.509	186.823	-	-
CIA Brasiliense de Gás	(921)	(606)	-	-
Corumbá Concessões S/A	148.979	141.640	156.013	148.404
Energética Corumbá III S/A	80.410	76.415	80.410	76.416
Investco S/A	-	-	191.110	194.088
<b>Avaliadas ao Valor Justo</b>	<b>1.668</b>	<b>1.668</b>	<b>1.668</b>	<b>1.668</b>
CIA do Metropolitano do DF	38	38	38	38
BSB Energética S.A.	1.630	1.630	1.630	1.630
<b>Adiantamento para Futuro Aumento de Capital</b>	<b>581</b>	<b>419</b>	-	-
CIA Brasiliense de Gás	581	419	-	-
<b>Propriedades para Investimento</b>	<b>15.825</b>	<b>5.773</b>	<b>15.825</b>	<b>5.773</b>
Terrenos	11.035	1.555	11.035	1.555
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	4.790	4.218	4.790	4.218
<b>Total</b>	<b>637.572</b>	<b>631.369</b>	<b>445.026</b>	<b>426.349</b>

### 12.2. INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (CONTROLADORA)

	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Saldo Contábil	
			31/12/2024	31/12/2023
CEB Geração S/A	7.575	14.521	14.521	35.701
CEB Lajeado S/A (a)	112.284	387.562	136.671	143.669
CEB Participações S/A	21.270	50.981	42.329	39.867
CEB Iluminação Pública e Serviços S/A	174.081	197.509	197.509	186.823
CIA Brasiliense de Gás	7.721	(1.358)	(921)	(606)
Corumbá Concessões S/A	280.014	458.061	148.979	141.640
Energética Corumbá III S/A	121.586	214.426	80.410	76.415
<b>Total</b>			<b>619.498</b>	<b>623.509</b>

(a) O cálculo da equivalência patrimonial sobre o resultado do exercício da CEB Lajeado S.A. é realizado aplicando o percentual de 55,923% sobre o resultado obtido no exercício. Este percentual é fruto do acordo de acionistas, que garantiu à Eletrobrás rendimentos equivalentes a 49,67% do resultado de cada exercício. O percentual de 49,67% inclui o percentual de participação societária de 44,077% e 10% de partes beneficiárias.

### 12.2.1. INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)

	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Saldo Contábil	
			31/12/2024	31/12/2023
Corumbá Concessões S/A	280.014	458.061	156.013	148.404
Energética Corumbá III S/A	121.586	214.426	80.410	76.416
Investco S/A	804.459	955.553	191.110	194.088
<b>Total</b>			<b>427.533</b>	<b>418.908</b>

### 12.2.2. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

	31/12/2024			31/12/2023		
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos Reapresentado	Receita Líquida
CEB Geração S/A	33.916	19.396	9.419	41.526	5.237	10.675
CEB Lajeado S/A	474.961	87.398	234.318	513.794	101.870	230.799
CEB Participações S/A	53.116	2.135	23.123	49.644	1.591	22.099
CEB Iluminação Pública e Serviços S/A	265.392	67.883	51.941	193.615	2.849	-
CIA Brasiliense de Gás	872	2.230	386	995	2.110	4.231
Corumbá Concessões S/A	513.426	55.365	281.245	526.185	85.708	287.647
Energética Corumbá III S/A	257.942	43.516	72.868	248.646	42.279	75.817

### 12.2.3. RESULTADO DOS INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

	Controladora			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	Equivalência Patrimonial	Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	Equivalência Patrimonial
CEB Geração S/A	(6.226)	(6.226)	2.352	2.352
CEB Lajeado S/A	104.990	58.708	118.234	66.120
CEB Participações S/A	17.305	17.305	16.373	16.372
CEB Iluminação Pública e Serviços S/A	14.013	14.013	11.429	11.429
CIA Brasiliense de Gás	(893)	(314)	(1.621)	(405)
Corumbá Concessões S/A	167.572	59.104	155.777	50.665
Energética Corumbá III S/A	50.799	20.342	46.303	17.363
<b>Total</b>	<b>347.560</b>	<b>162.932</b>	<b>348.847</b>	<b>163.896</b>

### 12.2.4. MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Investidas	Controladora							Total
	CEB Lajeado S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	CEB Participações S.A.	CEB Geração S.A.	Companhia Brasiliense de Gás S.A.	CEB IPES	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	143.669	141.640	76.415	39.867	35.701	(606)	186.823	623.509
Resultado de Equiv. Patrimonial	58.708	59.104	20.342	17.305	(6.226)	(314)	14.013	162.932
Destinação de Dividendos	(65.706)	(51.765)	(16.347)	(14.843)	(14.954)		(3.328)	(166.943)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	136.671	148.979	80.410	42.329	14.521	(920)	197.508	619.498

Investidas	Consolidado			
	Investco S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	194.088	148.404	76.416	418.908
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas	-	-	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	11.595	61.319	20.342	93.256
Ajuste de Equivalência Patrimonial em Investidas	-	-	-	-
Destinação de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio	(14.573)	(53.710)	(16.348)	(84.631)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	191.110	156.013	80.410	427.533

### 12.3. PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de R\$ 249.687 (R\$ 260.697 – 2023).

### 12.4. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Terrenos	11.035	1.555	11.035	1.555
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	4.790	4.218	4.790	4.218
<b>Total</b>	<b>15.825</b>	<b>5.773</b>	<b>15.825</b>	<b>5.773</b>

Os terrenos, edificações, obras civis e benfeitorias foram reclassificados como propriedades para investimento, pois não atendem aos critérios de classificação como ativos imobilizados, uma vez que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços, nem para fins administrativos ou para venda no curso normal das operações da Companhia.

A reclassificação está em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 28 (Propriedade para Investimento), sendo que esses ativos passaram a ser mensurados pelo custo histórico deduzido de depreciação, amortização ou perdas por desvalorização, se aplicável conforme a política contábil adotada pela Companhia.

A Companhia realiza avaliações periódicas para determinar o valor justo dessas propriedades, considerando as condições de mercado vigentes e potenciais impactos financeiros resultantes dessa reclassificação. Os laudos técnicos elaborados, abrangendo tanto as edificações quanto os terrenos, estimou um valor total de mercado para os imóveis de R\$ 109.305 mil.

## 13. IMOBILIZADO

### 13.1. MOVIMENTAÇÃO

	Controladora				
	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferência*	31/12/2024
<b>Imobilizado em Serviço</b>	<b>51.297</b>	<b>1.039</b>	<b>(330)</b>	<b>(13.500)</b>	<b>38.506</b>
Terrenos	11.036	-	-	(11.036)	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	37.168	-	(150)	(2.464)	34.554
Máquinas e Equipamentos	1.263	-	(138)	-	1.125
Móveis e Utensílios	1.325	-	(42)	-	1.283
Equipamentos de Informática	505	1.039	-	-	1.544
<b>(-) Depreciação Acumulada</b>	<b>(4.013)</b>	<b>(2.772)</b>	<b>728</b>	<b>1.224</b>	<b>(4.833)</b>
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	(2.683)	(1.504)	78	1.224	(2.885)
Máquinas e Equipamentos	(531)	(245)	443	-	(333)
Móveis e Utensílios	(519)	(142)	207	-	(454)
Equipamentos de Informática	(280)	(881)	-	-	(1.161)
<b>Total</b>	<b>47.284</b>	<b>(1.733)</b>	<b>398</b>	<b>(12.276)</b>	<b>33.673</b>

	Consolidado				
	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferência*	31/12/2024
<b>Imobilizado em Serviço</b>	<b>83.778</b>	<b>3.185</b>	<b>(330)</b>	<b>(13.500)</b>	<b>73.133</b>
Terrenos	13.748	5	-	(11.036)	2.717
Reservatórios, Barragens e Adutoras	11.506	984	-	-	12.490
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	42.773	11	(150)	(2.464)	40.170
Máquinas e Equipamentos	12.552	874	(138)	-	13.288
Veículos	132	-	-	-	132
Móveis e Utensílios	2.391	14	(42)	-	2.363
Equipamentos de Informática	676	1.297	-	-	1.973
<b>(-) Depreciação Acumulada</b>	<b>(19.132)</b>	<b>(3.668)</b>	<b>728</b>	<b>1.224</b>	<b>(20.848)</b>
(-) Reservatórios, Barragens e Adutoras	(4.815)	(255)	-	-	(5.070)
(-) Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	(5.892)	(1.565)	78	1.224	(6.155)
(-) Máquinas e Equipamentos	(7.023)	(678)	443	-	(7.258)
(-) Veículos	(103)	(29)	-	-	(132)
(-) Móveis e Utensílios	(922)	(222)	207	-	(937)
(-) Equipamentos de Informática	(377)	(919)	-	-	(1.296)
<b>Total</b>	<b>64.646</b>	<b>(483)</b>	<b>398</b>	<b>(12.276)</b>	<b>52.285</b>

\*Os terrenos, edificações, obras Civas e benfeitorias foram transferidos para rubrica "Propriedades para investimento" e "Ativos destinados para venda", em conformidade com os Pronunciamentos Contábeis n°s 27, 28 e 31.

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável dos ativos do Grupo até a data dessas demonstrações financeiras anuais.

A taxa de depreciação aplicada nos ativos da Companhia comumente leva em consideração a estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão, definida pela ANEEL. Vide Nota 2.1.5.6

## 14. INTANGÍVEL

	Controladora			
	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
<b>Intangível em Serviço</b>	<b>5.616</b>	-	-	<b>5.616</b>
Softwares	5.616	-	-	5.616
<b>(-) Amortização Acumulada</b>	<b>(5.225)</b>	<b>(178)</b>	-	<b>(5.403)</b>
(-) Softwares	(5.225)	(178)	-	(5.403)
<b>Intangível em Curso</b>	<b>2.831</b>	-	<b>(2.117)</b>	<b>714</b>
Softwares	2.831	-	(2.117)	714
<b>Total</b>	<b>3.222</b>	<b>(178)</b>	<b>(2.117)</b>	<b>927</b>

	Consolidado			
	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
<b>Intangível em Serviço</b>	<b>63.871</b>	-	-	<b>63.871</b>
Uso do Bem Público	1.566	-	-	1.566
Softwares	5.850	-	-	5.850
Repactuação do Risco Hidrológico	56.331	-	-	56.331
Outros (a)	124	-	-	124
<b>(-) Amortização Acumulada</b>	<b>(14.929)</b>	<b>(4.389)</b>	-	<b>(19.318)</b>
(-) Uso do Bem Público	(1.090)	(53)	-	(1.143)

	Consolidado			
	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
(-) Softwares	(5.459)	(178)	-	(5.637)
(-) Repactuação do Risco Hidrológico	(8.303)	(4.151)	-	(12.454)
(-) Outros (a)	(77)	(7)	-	(84)
<b>Intangível em Curso</b>	<b>2.831</b>	<b>-</b>	<b>(2.117)</b>	<b>714</b>
Softwares	2.831	-	(2.117)	714
<b>Direito de Exploração da Concessão</b>	<b>55.280</b>	<b>(4.739)</b>	<b>-</b>	<b>50.541</b>
Ágio da concessão	158.946	-	-	158.946
(-) Amortização Acumulada - Ágio da Concessão	(103.666)	(4.739)	-	(108.405)
<b>Total</b>	<b>107.053</b>	<b>(9.128)</b>	<b>(2.117)</b>	<b>95.808</b>

Não houve indícios de perdas no valor recuperável desses ativos até a data de emissão destas demonstrações financeiras.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

#### 14.1. DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE CONCESSÃO DE GERAÇÃO – CEB LAJEADO

A Controladora consolida a empresa CEB Lajeado S.A., detentora do direito de exploração de concessão da Usina Luis Eduardo Magalhães, que integra a operação de geração da Investco S.A. Esse direito trata-se de uma operação de reestruturação societária decorrente do contrato de compra e venda de ações entre a Investco S.A. e seus acionistas. Este Instrumento estabeleceu para a CEB Lajeado S.A. o valor de compra de 20% (conforme sua participação ordinária) das ações preferenciais classe R, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Investco S.A., totalizando 46.890.423 ações, por R\$ 213.452, que também representa 20% da dívida da Investco S.A. com a Eletrobrás. Do total de R\$ 213.452, R\$ 54.506 representam o valor patrimonial das ações detidas na Investco S.A pela Eletrobrás em 30 de novembro de 2005, data da última correção da dívida.

Com a efetivação do negócio, foi reconhecido um ágio no valor de R\$ 158.946, que foi fundamentado como direito de exploração de concessão. Este direito de exploração de concessão será amortizado até o ano de 2032, fim da concessão. O total do ágio, R\$ 158.946, amortizado por 27 anos (a partir de janeiro de 2006 até dezembro de 2032), resultando em R\$ 5.887 de amortização ao ano. Com a extensão da concessão, tendo como resultado a repactuação do risco hidrológico, conforme Lei nº 14.052/2020, com obtenção de mais 980 dias, o equivalente a 2 anos e 8 meses, o prazo final da concessão passou de dezembro de 2032 para setembro de 2035 e o valor amortizado anual passou de R\$ 5.887 mil para R\$ 4.739 mil.

Essa operação de extensão dos prazos de concessão das outorgas de geração, para fins compensação aos geradores hidroelétricos dos custos pagos no âmbito da CCEE, gerou para a CEB Lajeado o ganho com a repactuação no montante de R\$ 51.268 mil, registrado no ativo intangível.

Esse ativo é amortizado pelo método linear até o prazo final da concessão, com resultado de R\$ 3.777 mil de amortização anual.

A movimentação do intangível pode assim ser demonstrada:

	Ágio das Ações Eletrobras	Repactuação do Risco Hidrológico	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>60.017</b>	<b>47.850</b>	<b>107.867</b>
(-) Amortização	(4.737)	(3.778)	(8.515)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>55.280</b>	<b>44.072</b>	<b>99.352</b>
(-) Amortização	(4.739)	(3.777)	(8.516)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>50.541</b>	<b>40.295</b>	<b>90.836</b>

O saldo desse direito de exploração é revisto anualmente para identificar se há algum índice de desvalorização dos ativos e que possam não ser recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos. Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim mostrados:

	31/12/2024	31/12/2023
Ágio	158.946	158.946
(-) Amortização Acumulada	(108.405)	(103.666)
<b>Saldo Líquido</b>	<b>50.541</b>	<b>55.280</b>

## 15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	2.254	2.060
Suprimento de Energia Elétrica	-	-	837	861
Materiais e Serviços	933	13.743	28.949	17.588
Arrendamento Mercantil	-	-	192	43
<b>Total</b>	<b>933</b>	<b>13.743</b>	<b>32.232</b>	<b>20.552</b>

## 16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

### 16.1. RESUMO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB IPES e CEB Lajeado S.A. é o lucro real anual com antecipações mensais. As demais controladas optaram pelo regime de tributação pelo lucro presumido.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Federais</b>	<b>1.285</b>	<b>1.495</b>	<b>42.243</b>	<b>46.245</b>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	26.539	30.592
Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL	-	-	9.975	11.267
PIS	224	263	1.007	774
COFINS	1.061	1.232	4.712	3.606
Outros	-	-	10	6
<b>Municipais</b>	<b>-</b>	<b>135</b>	<b>514</b>	<b>141</b>
ISS	-	135	514	141
<b>Contribuições Sociais</b>	<b>1.182</b>	<b>1.128</b>	<b>2.035</b>	<b>1.796</b>
IRRF sobre Folha	471	456	906	819
INSS sobre Folha	539	507	836	740
FGTS	172	165	293	237
<b>Retenções</b>	<b>63</b>	<b>548</b>	<b>4.787</b>	<b>3.326</b>
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10	6	77	56
PIS, COFINS e CSLL	23	247	4.446	2.923
INSS Pessoa Jurídica	16	232	230	242
ISS	14	63	34	105
<b>Parcelamentos – PERT (a)</b>	<b>-</b>	<b>2.448</b>	<b>-</b>	<b>2.448</b>
Parcelamento Especial de Regularização Tributária	-	2.448	-	2.448
<b>Passivo Fiscal Diferido (b)</b>	<b>3.670</b>	<b>3.670</b>	<b>17.527</b>	<b>18.161</b>
<b>Outros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.096</b>	<b>1.014</b>
<b>Total</b>	<b>6.200</b>	<b>9.423</b>	<b>68.202</b>	<b>73.131</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.530</b>	<b>5.753</b>	<b>46.579</b>	<b>50.031</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>3.670</b>	<b>3.670</b>	<b>21.623</b>	<b>23.100</b>

(a) Refere-se ao parcelamento de regularização tributária ocorrido em 2017, através da utilização de prejuízos fiscais para quitação de dívidas tributárias, regularizado no exercício de 2024;

(b) Refere-se ao reconhecimento do passivo fiscal diferido na adoção do custo atribuído (*Deemed Cost*) do imobilizado - terrenos, na data de transição ocorrido em 2009. O valor será realizado e o imposto recolhido quando da alienação dos terrenos.

### 16.2. APURAÇÃO DO IRPJ E CSLL

O quadro seguinte detalha a apuração resumida do IRPJ e da CSLL:

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro</b>	<b>112.406</b>	<b>128.748</b>	<b>112.406</b>	<b>128.748</b>	<b>290.119</b>	<b>216.285</b>	<b>290.119</b>	<b>216.285</b>
Resultado das Empresas Tributadas Pelo Lucro Presumido	-	-	-	-	(19.683)	(13.889)	(19.683)	(13.889)
<b>Total do Resultado Tributável</b>	<b>112.406</b>	<b>128.748</b>	<b>112.406</b>	<b>128.748</b>	<b>270.436</b>	<b>202.396</b>	<b>270.436</b>	<b>202.396</b>
Equivalência Patrimonial	(162.932)	(163.896)	(162.932)	(163.896)	(93.256)	(18.242)	(93.256)	(18.242)
Adições/Exclusões Permanentes	20.632	12.007	20.632	12.007	42.592	(1.307)	42.592	(1.307)
Adições/Exclusões Temporárias	(8.280)	160	(8.280)	160	(58.864)	(100)	(58.864)	(100)
<b>Base de Cálculo Antes Compensação do Prejuízo Fiscal</b>	<b>(38.174)</b>	<b>(22.980)</b>	<b>(38.174)</b>	<b>(22.980)</b>	<b>160.908</b>	<b>182.046</b>	<b>160.908</b>	<b>182.046</b>
(-) Compensação Prejuízo Fiscal	-	-	-	-	-	(130)	-	-
(+) Benefício Fiscal	-	-	-	-	430	(619)	430	-
<b>Base de Cálculo</b>	<b>(38.174)</b>	<b>(22.980)</b>	<b>(38.174)</b>	<b>(22.980)</b>	<b>161.338</b>	<b>181.997</b>	<b>161.338</b>	<b>182.046</b>
<b>Alíquota Aplicável</b>	<b>25%</b>		<b>9%</b>		<b>25%</b>		<b>9%</b>	
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente:</b>								
IRPJ/CSLL – Controladora e Controladas	-	-	-	-	(38.032)	(45.140)	(13.864)	(16.491)
IRPJ – Lucro Presumido	-	-	-	-	(3.151)	(1.952)	(1.292)	(853)

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	-	-	-	-	(41.183)	(47.092)	(15.156)	(17.344)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-	-	-	-	1.846	1.123	674	400
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	-	(39.337)	(45.969)	(14.482)	(16.944)
Alíquota Efetiva	-	-	-	-	14,55%	22,71%	5,36%	8,37%

Na controladora, em 2024 e 2023, foi apurado base de cálculo negativa, ou seja, prejuízo fiscal no período, em função do aproveitamento do benefício fiscal dos juros sobre capital próprio, no montante de, respectivamente, R\$ 61.822 mil e R\$ 54.762 mil, ambos declarados em novembro de 2024 e 2023.

No consolidado, para fins de composição dos impostos apurado foi considerado apenas os resultados das empresas que apuraram base de cálculo tributável.

### 16.3. PASSIVO FISCAL DIFERIDO

A realização dos passivos fiscais diferidos ora registrados ocorrerá por ocasião da venda dos terrenos e pelas realizações dos ativos financeiros.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	2.699	2.699	12.678	13.354
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	971	971	4.586	4.807
Programa de Integração Social - PIS	-	-	47	-
Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	216	-
<b>Total</b>	<b>3.670</b>	<b>3.670</b>	<b>17.527</b>	<b>18.161</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>3.670</b>	<b>3.670</b>	<b>17.527</b>	<b>18.161</b>

### 17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Folha de Pagamento	2	-	85	-
Férias	2.299	2.245	3.223	2.876
Consignações em Favor de Terceiros (a)	905	494	1.053	603
Participações nos Lucros – Empregados (b)	2.741	1.743	3.341	1.903
Outros (c)	37	7.052	98	247
<b>Total</b>	<b>5.984</b>	<b>11.534</b>	<b>7.800</b>	<b>5.629</b>

#### (a) Previdência Complementar e Assistência à Saúde

Em 18 de outubro de 2022 foi celebrado o Convênio de Adesão com a Fundação de Previdência Complementar – FUNDIÁGUA, visando o ingresso da CEB e suas controladas como patrocinadoras do plano de Previdência Complementar e plano de assistência à saúde. Importante destacar que a Companhia aderiu ao Plano III da FUNDIÁGUA, cuja modalidade é no formato de Contribuição Definida – CD, sem risco atuarial para a CEB.

#### (b) Participações nos Lucros - Empregados

Refere-se a constituição de provisão de Participação nos Lucros em conformidade com Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2023/2025, e normas dos empregados, e de acordo com a Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000.

#### (c) CEB Iluminação Pública e Serviços

Refere-se basicamente ao registro na Controladora do ressarcimento dos custos de pessoal da CEB Iluminação Pública e Serviços – CEB IPES, ligados diretamente à execução dos contratos da CEB, responsável pela prestação dos serviços de manutenção, eficientização e expansão do parque de iluminação pública do Distrito Federal até 29 de março de 2024 e que até 30 de junho de 2023 eram empregados da CEB IPES e a partir de 1º de julho de 2023 foram transferidos para a CEB.

### 18. OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS

As obrigações societárias representam valores a pagar aos acionistas controladores e não controladores a título de dividendos, juros sobre capital próprio e partes beneficiárias, sobre resultados apurados em exercícios anteriores.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos declarados e Juros Sobre o Capital Próprio	-	5.817	3.262	13.620
Participação Beneficiária - Eletrobrás	-	-	11.666	13.137
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>5.817</b>	<b>14.928</b>	<b>26.757</b>

A Companhia, no início do exercício de 2019, recebeu Mandado de Penhora determinando o bloqueio da quantia de R\$ 5.817, que estavam destinados ao pagamento dos dividendos aos Acionistas, referente ao exercício de 2018 (Vide Nota nº 1.7). Deste montante bloqueado, R\$ 583 eram de direito do Acionista Controlador Governo do Distrito Federal. Tais valores foram desbloqueados no exercício de 2024 e destinados conforme definido na 57ª AGO de 2019.

## 19. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Os processos judiciais provisionados e não provisionados, são apresentados a seguir:

### 19.1. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS PROVISIONADOS

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatório. A administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituindo provisão para as causas cujas expectativas de perda são consideradas prováveis.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas (a)	106	90	106	212
Cíveis (b)	284	834	315	875
Fiscais (c)	-	9.104	421	9.467
<b>Total</b>	<b>390</b>	<b>10.028</b>	<b>842</b>	<b>10.554</b>
Circulante	-	-	421	363
Não Circulante	390	10.028	421	10.191

#### 19.1.1. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

	Controladora			
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	90	834	9.104	10.028
Constituições de Provisão	16	-	-	16
Reversão de Provisão	-	(550)	(9.104)	(9.654)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	106	284	-	390

	Consolidado			
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	212	875	9.467	10.554
Constituições de Provisão	16	-	58	74
Reversão de Provisão	(122)	(560)	(9.104)	(9.786)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	106	315	421	842

#### (a) Demandas Trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em ações trabalhistas na esfera judicial, concernentes as reclamações trabalhistas de acidentes de trabalho e de reintegração ao quadro efetivo.

#### (b) Demandas Cíveis

Ações pleiteando indenização por acidente na rede de iluminação pública; danos morais; e questionamentos indenizatórios/compensatórios.

#### (c) Demandas Fiscais

A Companhia e sua subsidiária CEB Lajeado são partes em processos administrativos e judiciais referentes às declarações de compensação não homologadas de tributos (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL). A Companhia busca o reconhecimento do direito de compensação nas esferas administrativa e judicial.

##### c.1) Processos de Execução Fiscal

A Companhia reverteu a provisão tributária em função da alteração de classificação realizada pelos consultores jurídicos, que modificaram a classificação de provável para possível, de um processo em que a Companhia é ré em contraparte a Receita Federal do Brasil – RFB (Vide Nota 1.8).

## 19.2. PASSIVO CONTINGENTE – RISCO POSSÍVEL

A Companhia possui processos de natureza cíveis e fiscais envolvendo riscos de perda classificados pelos Consultores Jurídicos da Companhia como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. Os montantes desses processos estão reproduzidos no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fiscais (a)	148.122	130.916	148.122	130.916
Cíveis	1	33	1	33
Trabalhista	6	10	6	10
<b>Total</b>	<b>148.129</b>	<b>130.959</b>	<b>148.129</b>	<b>130.959</b>

(a) A CEB possui processos judiciais de execuções fiscais na Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, anteriores ao período da desverticalização do Grupo ocorrida em janeiro de 2006, oriundos de não homologação de pedido de compensação (PER/DCOMP) por erro formal e material em seu preenchimento. Em 2003, após manifestação da RFB na Solução de Consulta SRRF/1ª RF/DISIT Nº 43 de 1º julho de 2003, a CEB refez, à época, as bases de cálculos dos tributos IRPJ/CSLL/PIS e COFINS de dezembro de 2001 a agosto de 2003, sendo necessário retificar DIPJ, DCTF e PER/DCOMP. Quando destas retificações, ocorreram erros formais que impediram a compensação.

## 19.3. ATIVO CONTINGENTE – ÊXITO PROVÁVEL

A Companhia possui processos de natureza cíveis e fiscais envolvendo êxito provável classificados pela Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há ativo constituído. Os montantes desses processos, em 31 de dezembro de 2024, estão reproduzidos no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fiscais	219	219	219	219
Cíveis	26.387	21.684	26.387	21.684
<b>Total</b>	<b>26.606</b>	<b>21.903</b>	<b>26.606</b>	<b>21.903</b>

## 20. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ressarcimentos a Pessoas Ligadas a Administração	33	15	33	15
Arrendamentos	-	-	2.850	3.444
Cauções em Garantia (a)	-	-	31.546	224
Créditos com Controladas e Coligadas	2.171	-	-	-
Pagamentos em Duplicidade e a Identificar (b)	1.953	967	4.288	1.344
<b>Total</b>	<b>4.157</b>	<b>982</b>	<b>38.717</b>	<b>5.027</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.157</b>	<b>982</b>	<b>7.127</b>	<b>4.820</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>31.590</b>	<b>207</b>

(a) No Consolidado a variação refere-se a garantia prevista no Contrato de Concessão da controlada CEB Iluminação Pública, para assegurar o pagamento da contraprestação devida pelo Poder Concedente, com contrapartida do registro no passivo não circulante, em função da devolução desta ao final da Concessão. A garantia é remunerada conforme condições estabelecidas no CDB (Certificado de Depósito Bancário).

(b) Trata-se de valores sob análise recebidos de clientes e ainda não identificados.

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 21.1. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 566.025. As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que os detentores das ações preferenciais de ambas as classes não possuem direito a voto.

A composição do Capital Social subscrito e integralizado, por classe de ações, é a seguinte:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ações Ordinárias</b>	<b>35.920.890</b>	<b>35.920.890</b>
<b>Ações Preferenciais</b>	<b>36.161.025</b>	<b>36.161.025</b>
Classe A	6.565.010	6.565.010
Classe B	29.596.015	29.596.015
<b>Total</b>	<b>72.081.915</b>	<b>72.081.915</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.065.393</b>	<b>1.008.340</b>
Valor Patrimonial por Ação - em R\$	14,78	13,99

## 21.2. RESERVA DE LUCRO

### 21.2.1. RESERVA LEGAL

A Reserva Legal é constituída no percentual de 5% do Lucro Líquido apurado a cada exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a Reserva Legal, somada às Reservas de Capital, excederem 30% do Capital Social. A reserva somente é utilizada para o aumento do Capital Social ou para absorção de prejuízos. Em 31 de dezembro de 2023 foi constituído o montante de R\$ 5.482 mil (2,95% do lucro do período), com isso, o limite de 20% foi atingido, não havendo destinação do Lucro Líquido apurado no exercício de 2024.

### 21.2.2. RESERVA ESTATUTÁRIA PARA EXPANSÃO DOS NEGÓCIOS SOCIAIS

Reserva estatutária prevista no parágrafo IV do art. 38, IV do Estatuto Social da Companhia, que dispõe que o excedente não distribuído de dividendo poderá ser creditado na conta de reserva para expansão dos negócios sociais, a qual não poderá exceder a 80% do valor do capital social.

### 21.2.3. DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS

A Reserva refere-se a parcela que excede ao previsto legal ou estatutariamente, mantida no patrimônio líquido, em conta específica de dividendo adicional proposto, até a deliberação definitiva na Assembleia Geral de Acionistas quanto a sua destinação, que poderá deliberar ou não pelo seu pagamento, ou por pagamento de valor diferente do proposto, em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e ITG 08 da Resolução CFC nº 1.398. Esse dividendo adicional não se caracteriza como obrigação presente na data do balanço.

## 21.3. OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

A composição de Outros Resultados Abrangentes é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo Atribuído do Ativo Imobilizado	7.124	7.124
Reserva Reflexa pelo reconhecimento de Ativos de contrato	(1.622)	(1.622)
Ganho na Variação de Percentual – Corumbá Concessões S.A.	20.421	20.421
Reserva Reflexa - Benefício Pós Emprego - Investco	75	75
<b>Total</b>	<b>25.998</b>	<b>25.998</b>

## 21.4. LUCRO DO PERÍODO

A Companhia apurou um Lucro Líquido no exercício de 2024 no montante de R\$ 174.755 (R\$ 183.510 em 2023).

### 21.4.1. PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO DO EXERCÍCIO

	2024	2023
<b>Lucro do Exercício</b>	<b>174.2228</b>	<b>183.510</b>
Constituição da Reserva Legal	-	(5.482)
<b>Lucro Líquido</b>	<b>174.228</b>	<b>178.028</b>
Dividendos Intermediários - Juros sobre Capital Próprio (Imputados ao Dividendo Obrigatório)	(61.821)	(87.069)
Reserva Estatutária para Expansão dos Negócios Sociais <b>(a)</b>	(26.136)	(35.605)
Dividendos Adicionais Propostos	(86.271)	(55.354)

**(a)** Refere-se a reserva estatutária prevista no art. 38, IV do Estatuto Social da Companhia, e em conformidade com previsão no Plano de Negócio da Companhia para o exercício de 2025-2029.

### 21.4.2. DIVIDENDOS

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateados pelas ações em que se dividir o capital da companhia.

As ações preferenciais classe A têm prioridade no recebimento dos dividendos mínimos de 10% (dez por cento) ao ano, calculado proporcionalmente ao que elas representam no capital social integralizado até a data do encerramento do exercício correspondente. Essa prioridade no recebimento dos dividendos não garante, por si só, o pagamento de dividendos nos exercícios sociais em que a companhia não auferir lucro.

Para as ações preferenciais classe B serão sempre asseguradas, na forma do art. 17, § 1º, inciso II da Lei nº 6.404/1976, com a redação dada pela Lei nº 13.303/2001, o recebimento de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os pagos às ações ordinárias.

O pagamento de dividendos poderá ser realizado apenas aos detentores de ações preferenciais, caso os dividendos prioritários absorvam todo o lucro líquido ajustado do exercício ou alcancem valor igual ou superior ao dividendo mínimo obrigatório de 25%.

## 22. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

### 22.1. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Suprimento de Energia	-	-	282.918	292.903
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	20.970	6.202
Receita da Prestação de Serviços (a)	35.136	95.886	80.582	95.886
Receita de Construção	-	-	14.005	-
Receita da Venda de Gás	-	-	479	4.998
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>35.136</b>	<b>95.886</b>	<b>398.954</b>	<b>399.989</b>
Impostos	(703)	(1.918)	(2.060)	(2.632)
Contribuições	(3.251)	(9.099)	(35.748)	(36.000)
Encargos do Consumidor	-	-	(10.777)	(8.786)
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>	<b>(3.954)</b>	<b>(11.017)</b>	<b>(48.585)</b>	<b>(47.418)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>31.182</b>	<b>84.869</b>	<b>350.369</b>	<b>352.571</b>

(a) A Receita de Prestação de Serviços da Companhia é oriunda das atividades de manutenção, expansão e eficientização do parque de iluminação pública do Distrito Federal. Os recursos utilizados para essa atividade são os arrecadados dos contribuintes que efetuam o pagamento das suas contas de energia elétrica e recolhidas ao GDF como Contribuição para Iluminação Pública. A redução da receita ocorreu pela outorga da concessão do direito de exploração do parque de iluminação pública do Distrito Federal à controlada CEB IPES e o fim do contrato de prestação de serviço pela Controladora, ocorridos em 29 de março de 2024.

### 22.2. CUSTO COM SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Energia Elétrica de Curto Prazo (a)	-	-	(22.849)	(9.982)
Encargos do Uso da Rede Elétrica (b)	-	-	(24.494)	(22.282)
Amortização pela Repactuação do Risco Hidrológico	-	-	(1.390)	(1.295)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(48.733)</b>	<b>(33.559)</b>

(a) O valor se refere à compra de energia no Mercado de Curto Prazo – MCP e encargos imputados aos agentes de mercado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE ocorridos na CEB Lajeado S.A. Esse custo deve ser analisado conjuntamente com a receita reconhecida.

(b) O valor se refere ao Custo do Uso da Linha de Transmissão – CUST, encargos pagos pelas empresas de energia, sendo: CEB Lajeado, CEB Participação e CEB Geração.

### 22.3. CUSTO COM REVENDA DE GÁS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Revenda de Gás	-	-	(349)	(4.092)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(349)</b>	<b>(4.092)</b>

A Controlada CEB Gás interrompeu as operações de distribuição de Gás Natural Veicular – GNV no distrito federal em função da inviabilidade econômica e a competitividade frente a outros combustíveis alternativos.

### 22.4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal e Administradores (a)	(35.838)	(32.846)	(74.935)	(50.918)
Serviços de Terceiros (b)	(14.649)	(48.136)	(54.502)	(61.946)
(Provisão) Reversão de estimativa de perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.559)	2.863	(1.556)	2.220
Depreciação e Amortização	(2.411)	(2.341)	(8.259)	(8.058)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Reembolso de Custos Operacionais Contratuais - Investco	-	-	(29.926)	(37.106)
Material (b)	(8.251)	(29.741)	(11.761)	(29.982)
Impostos, Taxas e Contribuições	(799)	(1.674)	(804)	(1.678)
Outras Despesas, líquidas de recuperação de despesas	(537)	(400)	(2.023)	(823)
<b>Total</b>	<b>(64.044)</b>	<b>(112.275)</b>	<b>(183.766)</b>	<b>(188.291)</b>
Custo da Operação	-	-	(56.674)	(55.319)
Custo dos Serviços Prestado a Terceiros (b)	(23.843)	(72.326)	(51.555)	(76.871)
Despesas Gerais e Administrativas	(40.201)	(39.949)	(75.537)	(56.101)

- (a) O aumento refere-se as novas contratações de pessoal devido a entrada em eficácia do Contrato de concessão do direito de exploração do parque de iluminação pública do Distrito Federal à controlada CEB IPES, ocorrido em 29 de março de 2024.
- (b) A redução nos custos ocorreu pela outorga da concessão do direito de exploração do parque de iluminação pública do Distrito Federal à controlada CEB IPES e o fim do contrato de prestação de serviço pela Controladora, ocorridos em 29 de março de 2024.

## 22.5. OUTRAS RECEITAS/ (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Outras Receitas</b>	<b>13.423</b>	<b>9.177</b>	<b>14.387</b>	<b>7.743</b>
Ganho na Alienação de Investimento	-	-	114	-
Receita de Aluguel	18	1.043	18	2.144
Renda em Função do Serviço Prestado	-	-	1.376	1.314
Reversão Para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	9.638	-	9.643	-
Reversão de estimativa de perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	1.199	-	1.199	-
Recuperação de Despesas Compartilhadas	-	6.693	-	2.838
Outras Receitas	2.568	1.441	2.037	1.447
<b>Outras Despesas</b>	<b>-</b>	<b>(1.555)</b>	<b>(4.079)</b>	<b>(332)</b>
(Provisão) Reversão Para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-	(1.555)	-	(332)
Outras Despesas	-	-	(4.079)	-
<b>Total</b>	<b>13.423</b>	<b>7.622</b>	<b>10.308</b>	<b>7.411</b>

## 22.6. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receitas</b>	<b>30.769</b>	<b>39.558</b>	<b>74.004</b>	<b>91.010</b>
Rendimentos de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	824	9.159	1.413	9.830
Rendimentos de Aplicação Financeira	31.651	33.006	75.342	85.709
Tributos sobre Receitas Financeiras	(3.448)	(3.482)	(5.269)	(5.682)
Juros e Variações Monetárias sobre Ativos	1.737	778	1.780	796
Atualização Monetária - Ativos Regulatórios	-	-	34	90
Ajuste a Valor Presente - AVP	-	-	583	128
Outras Receitas Financeiras	5	97	121	139
<b>Despesas</b>	<b>(34)</b>	<b>(160)</b>	<b>(4.077)</b>	<b>(2.244)</b>
Juros e Variações Monetárias sobre Passivos	-	(40)	(3.762)	(731)
Ajuste a Valor Presente - AVP	-	-	(205)	(234)
Outras Despesas Financeiras	(34)	(120)	(110)	(1.279)
<b>Total</b>	<b>30.735</b>	<b>39.398</b>	<b>69.927</b>	<b>88.766</b>

## 23. LUCRO / (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação aos dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro por ação, básico e diluído, foi calculado com base no lucro do exercício disponível para os acionistas.

### 23.1. BÁSICO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

## 23.2. DILUÍDO

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação, básico e diluído:

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Lucro Ajustado Atribuível aos Acionistas da Companhia</b>	<b>174.228</b>	<b>183.510</b>
Lucro Alocado às Ações Ordinárias - Básicas e Diluídas	83.400	87.843
Lucro Alocado às Ações Preferenciais Classe A - Básicas e Diluídas	15.242	16.054
Lucro Alocado às Ações Preferenciais Classe B - Básicas e Diluídas	75.586	79.613
<b>Média Ponderada das Ações em Circulação</b>	<b>72.082</b>	<b>72.082</b>
Ações Ordinárias - Básicas e Diluídas	35.921	35.921
Ações Preferenciais Classe A - Básicas e Diluídas	6.565	6.565
Ações Preferenciais Classe B - Básicas e Diluídas	29.596	29.596
<b>Lucro Por Ação - R\$</b>		
Ações Ordinárias - Básicas e Diluídas	2,32176	2,44545
Ações Preferenciais Classe A - Básicas e Diluídas	2,32176	2,44545
Ações Preferenciais Classe B - Básicas e Diluídas	2,55393	2,69000

## 24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### 24.1. CONTROLADORA FINAL

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal – GDF.

### 24.2. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

As remunerações dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutária, Presidente e Diretoria, estão apresentadas a seguir:

	Controladora					31/12/2024	31/12/2023
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitês			
Remuneração (a)	3.946	1.049	485	934	6.414	5.200	
Benefícios de Curto Prazo (b)	397	-	-	49	446	390	
<b>Total</b>	<b>4.343</b>	<b>1.049</b>	<b>485</b>	<b>983</b>	<b>6.860</b>	<b>5.590</b>	

	Consolidado					31/12/2024	31/12/2023
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitês			
Remuneração (a)	12.729	1.183	727	934	15.573	13.001	
Benefícios de Curto Prazo (b)	486	-	-	49	535	1.022	
<b>Total</b>	<b>13.215</b>	<b>1.183</b>	<b>727</b>	<b>983</b>	<b>16.108</b>	<b>14.023</b>	

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (licença remunerada, gratificação natalina, gratificação de acúmulo de cargos de direção), além dos respectivos encargos sociais (excluindo o FGTS não aplicável aos Conselhos).

(b) Representa os benefícios com alimentação, assistência médica, seguro e Previdência Privada.

### 24.3. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir:

#### 24.3.1. OPERAÇÕES DA CONTROLADORA COM SEUS ACIONISTAS CONTROLADORES E SUAS CONTROLADAS

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo</b>		<b>371.523</b>	<b>327.727</b>
<b>Contas a Receber, Líquido da PECLD</b>		-	<b>19.854</b>
Governo do Distrito Federal	a	-	19.854
<b>Aplicações Financeiras</b>		<b>334.219</b>	<b>269.930</b>
Aplicações Financeiras - BRB		334.219	269.930
<b>Dividendos/JSCP</b>	b	<b>37.304</b>	<b>37.943</b>
CEB Lajeado S.A.		4.139	16.530
CEB Geração S.A.		15.542	588
CEB Participações S.A.		8.652	8.186
CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.		3.328	5.170
Corumbá Concessões S.A.		1.047	3.345
Energética Corumbá III S.A.		4.596	4.124
<b>Passivo</b>		<b>37</b>	<b>7.635</b>
<b>Dividendos</b>	c	-	<b>583</b>
Governo do Distrito Federal		-	583
<b>Pessoal Requisitado</b>		<b>37</b>	<b>7.052</b>
CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.	d	37	7.052
<b>Receitas</b>		<b>65.077</b>	<b>126.188</b>
<b>Receita de Prestação de Serviços</b>		<b>35.136</b>	<b>95.886</b>
Governo do Distrito Federal	a	35.136	95.886
<b>Receitas Financeiras</b>		<b>29.941</b>	<b>30.302</b>
Receita Líquida de Aplicações Financeiras - BRB		29.941	30.302
<b>Despesas</b>		<b>(361)</b>	<b>(840)</b>
<b>(Provisão)/Reversão Estimada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa</b>		<b>(361)</b>	<b>(840)</b>
Governo do Distrito Federal	e	(361)	(840)

- a) Representa a receita oriunda da prestação de serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e os demais órgãos do Governo de Distrito Federal;
- b) Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio decorrentes dos resultados das investidas;
- c) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador, entre os quais R\$ 583 estão bloqueados judicialmente; e
- d) Refere-se aos custos de pessoal da CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. – CEB IPES, ligados diretamente à execução dos contratos da CEB, responsável pela prestação dos serviços de manutenção, eficientização e expansão do parque de iluminação pública do Distrito Federal
- e) Representa as variações sobre as PECLD com o Governo do Distrito Federal – GDF, pelos serviços de manutenção e obras de iluminação pública por serviços prestados pela CEB.

#### 24.3.2. Operações do Grupo e seus acionistas controladores e coligadas

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo</b>		<b>719.193</b>	<b>710.800</b>
<b>Contas a Receber, Líquido da PECLD</b>		-	<b>19.854</b>
Governo do Distrito Federal	a	-	19.854
<b>Aplicações Financeiras</b>		<b>706.438</b>	<b>675.501</b>
Aplicações Financeiras - BRB		706.438	675.501
<b>Dividendos/JSCP</b>	b	<b>12.755</b>	<b>15.445</b>
Investco S.A.		7.064	7.746
Corumbá Concessões S.A.		1.095	3.575
Energética Corumbá III S.A.		4.596	4.124
<b>Passivo</b>		-	<b>583</b>
<b>Dividendos</b>	c	-	<b>583</b>
Governo do Distrito Federal		-	583
<b>Receitas</b>		<b>86.466</b>	<b>154.087</b>
<b>Receita de Prestação de Serviços</b>		<b>35.136</b>	<b>95.886</b>
Governo do Distrito Federal	a	35.136	95.886
<b>Receitas Financeiras</b>		<b>51.330</b>	<b>58.201</b>
Receita Líquida de Aplicações Financeiras - BRB		51.330	58.201
<b>Despesas</b>		<b>(33.275)</b>	<b>(41.665)</b>
<b>Despesa com Arrendamento</b>		<b>(32.914)</b>	<b>(40.825)</b>

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023
Investco S.A.	d	(32.914)	(40.825)
<b>(Provisão)/Reversão Estimada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa</b>		<b>(361)</b>	<b>(840)</b>
Governo do Distrito Federal	e	(361)	(840)

- a) Representa valores a receber advindos dos serviços prestados de obras e manutenção da rede de iluminação pública ao Governo do Distrito Federal. Estes serviços são prestados e faturados conforme contratos realizados entre a CEB e o GDF.
- b) Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio decorrentes dos resultados das investidas;
- c) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador;
- d) Refere-se ao custo relativo ao arrendamento dos ativos da UHE Luís Eduardo Magalhães pertencentes à Investco, arrendado a CEB Lajeado.
- e) Representa as variações sobre as PECLD com o Governo do Distrito Federal – GDF, pelos serviços de manutenção e obras de Iluminação Pública por serviços prestados pela CEB.

## 25. SEGUROS

A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficiente para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades, quando de sua ocorrência.

### 25.1. ADMINISTRADORES

Em 2024, a Companhia renovou o seguro de responsabilidade civil para os administradores (D&O) com importância segurada de R\$ 20.000 mil, em garantia única, com prêmio de R\$ 104 mil. O contrato é de 2 anos e é válido até 1º de maio de 2026.

Em 2022, a Companhia contratou seguro de vida para cobertura de acidentes pessoais e coletivos para os ocupantes do cargo de diretoria da Companhia Energética de Brasília - CEB, CEB Geração S.A., CEB Participações e CEB Iluminação Pública e Serviços, pelo sistema de registro de preços – SRP, com vigência até 02 de maio de 2025.

### 25.2. PATRIMONIAL

Em 2024 a Companhia contratou Seguro Patrimonial para os ativos do Grupo CEB, alocados na sede do Edifício ION, com vigência até novembro de 2025.

A CEB Geração S.A. adota uma política preventiva com relação à contratação de seguros, procurando colocar os ativos da Usina devidamente assegurados, dentro da matriz de risco do Grupo CEB. Porém por se tratar de uma barragem do final da década de 50 e uma usina do início da década de 60, quase totalmente depreciada do ponto de vista contábil, mas em boas condições operacionais, não tem encontrado no mercado de seguradoras, empresa que se disponha a efetuar o seguro patrimonial. O Poder Concedente considerando a impossibilidade de contratação do seguro patrimonial, para Usinas de elevada idade e equipamentos depreciados, não tem incluído as cláusulas de seguros, nos Contratos de Concessão e Prestação de Serviços, desde o ano de 2020. No entanto, a Administração da CEB Geração não cessou as tentativas de assegurar seus bens, na perspectiva de atrair empresas com interesse em assegurar os ativos da Usina.

### 25.3. GARANTIA JUDICIAL

Em junho de 2023 foi contratado pela Companhia Energética de Brasília - CEB o Seguro Garantia Judicial junto à AVLA Seguros Brasil S.A., para garantir o montante do débito executado pela PGFN, concernente ao processo de Execução Fiscal nº 0030918-50.2013.4.01.3400, com importância segurada atualizada de R\$ 97.408 mil e vigência de 2 anos, sendo de 07/06/2023 a 07/06/2025.

Em agosto de 2023 foi contratado pela Companhia Energética de Brasília - CEB o Seguro Garantia Judicial junto à AVLA Seguros Brasil S.A., para garantir o montante do débito executado pela PGFN, concernente ao processo de Execução Fiscal nº 0032764-73.2011.4.01.3400, com importância segurada atualizada de R\$ 9.269 mil e vigência de 2 anos, sendo de 31/08/2023 a 31/08/2025.

## 26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis de unidades de negócios estratégicos. Para cada uma delas, a administração analisa os relatórios internos periodicamente. O resumo seguinte descreve as operações dos segmentos reportáveis:

- Geração de energia: tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas.

Atua por intermédio da empresa CEB Geração S.A.;

- Comercialização de energia elétrica: tem como atribuição a comercialização de energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A. e a CEB Participações S.A.;
- Iluminação Pública: tem como atribuição a gestão do Parque de Iluminação pública do Distrito Federal, inclusive na prestação de serviços de elaboração de estudos, projetos de engenharia, execução de obras de implantação, ampliação, reforma ou manutenção de redes de transmissão e distribuição de energia elétrica aéreas e subterrâneas. Atua por intermédio da CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.;
- Outros – Neste segmento estão a Companhia Energética de Brasília – CEB, que tem como atribuições a participação em outras sociedades como sócia-quotista ou acionista; a Companhia Brasileira de Gás, que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.

As informações referentes a cada segmento de negócio estão contempladas nos quadros seguintes:

## 26.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

	Exercício findo em 31/12/2024					
	GERAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	ILUM. PÚBLICA	OUTROS	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
<b>ATIVOS DO SEGMENTO</b>	<b>6.289</b>	<b>112.333</b>	<b>18.553</b>	<b>34.855</b>		<b>172.030</b>
Adições (Reduções) aos Ativos no Exercício	(7.556)	(8.002)	18.058	(15.651)		(13.151)
<b>INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES</b>	<b>-</b>	<b>198.144</b>	<b>-</b>	<b>621.747</b>	<b>(390.690)</b>	<b>429.201</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>9.419</b>	<b>257.441</b>	<b>51.941</b>	<b>31.568</b>	<b>-</b>	<b>350.369</b>
Custo com Energia Elétrica	(1.206)	(47.528)	-	-	-	(48.733)
Custo com Revenda de Gás	-	-	-	(349)	-	(349)
Custo de Operação	(3.553)	(40.492)	(12.571)	(58)	-	(56.674)
Custo dos Serviços Prestados a Terceiros	(990)	(3.587)	(23.089)	(23.889)	-	(51.555)
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>3.670</b>	<b>165.834</b>	<b>16.281</b>	<b>7.273</b>	<b>-</b>	<b>193.058</b>
<b>RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(5.697)</b>	<b>2.143</b>	<b>(20.249)</b>	<b>135.316</b>	<b>(83.486)</b>	<b>28.027</b>
Despesas Gerais e Administrativas	(5.868)	(8.404)	(20.226)	(41.039)	-	(75.537)
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	13.810	-	162.932	(83.486)	93.256
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	171	(3.263)	(23)	13.423	-	10.308
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(2.027)</b>	<b>167.977</b>	<b>(3.968)</b>	<b>142.589</b>	<b>(83.486)</b>	<b>221.085</b>
<b>RECEITAS / (DESPESAS) FINANCEIRAS</b>	<b>2.713</b>	<b>17.583</b>	<b>18.885</b>	<b>30.746</b>	<b>-</b>	<b>69.927</b>
Receitas Financeiras	2.796	18.967	21.453	30.788	-	74.004
Despesas Financeiras	(83)	(1.384)	(2.568)	(42)	-	(4.077)
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>686</b>	<b>185.560</b>	<b>14.917</b>	<b>173.335</b>	<b>(83.486)</b>	<b>291.012</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(1.316)</b>	<b>(51.600)</b>	<b>(903)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(53.819)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(2.751)	(52.685)	(903)	-	-	(56.339)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	1.435	1.085	-	-	-	2.520
Participações (Partes Beneficiárias)	-	(11.666)	-	-	-	(11.666)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(630)</b>	<b>122.294</b>	<b>14.014</b>	<b>173.335</b>	<b>(83.486)</b>	<b>225.527</b>
Atribuído aos Acionistas Controladores						174.228
Atribuído aos Acionistas Não Controladores						51.299

	Exercício findo em 31/12/2023				
	GERAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	OUTROS	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
<b>ATIVOS DO SEGMENTO</b>	<b>13.844</b>	<b>120.335</b>	<b>51.106</b>	<b>-</b>	<b>185.285</b>
Adições (Reduções) aos Ativos no Exercício	1.233	(9.765)	24.141	-	15.609
<b>INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES</b>	<b>-</b>	<b>200.852</b>	<b>623.929</b>	<b>(405.873)</b>	<b>418.908</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>10.675</b>	<b>252.897</b>	<b>88.999</b>	<b>-</b>	<b>352.571</b>
Custo com Energia Elétrica	(1.007)	(32.552)	-	-	(33.559)
Custo com Revenda de Gás	-	-	(4.092)	-	(4.092)
Custo de Operação	(4.971)	(49.608)	(740)	-	(55.319)
Custo dos Serviços Prestados a Terceiros	(2.015)	(1.415)	(73.441)	-	(76.871)
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>2.682</b>	<b>169.322</b>	<b>10.727</b>	<b>-</b>	<b>182.730</b>

	Exercício findo em 31/12/2023				
	GERAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	OUTROS	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
<b>RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(2.207)</b>	<b>11.072</b>	<b>125.965</b>	<b>(95.253)</b>	<b>39.577</b>
Despesas Gerais e Administrativas	(3.429)	(5.698)	(46.974)	-	(56.101)
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	19.624	163.896	(95.253)	88.267
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	1.222	(2.854)	9.043	-	7.411
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>475</b>	<b>180.394</b>	<b>136.691</b>	<b>(95.253)</b>	<b>222.307</b>
<b>RECEITAS / (DESPESAS) FINANCEIRAS</b>	<b>3.509</b>	<b>23.253</b>	<b>62.004</b>	<b>-</b>	<b>88.766</b>
Receitas Financeiras	3.527	25.316	62.167	-	91.010
Despesas Financeiras	(18)	(2.063)	(163)	-	(2.244)
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>3.984</b>	<b>203.647</b>	<b>198.695</b>	<b>(95.253)</b>	<b>311.073</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(1.632)</b>	<b>(55.904)</b>	<b>(5.377)</b>	<b>-</b>	<b>(62.913)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(1.120)	(57.939)	(5.377)	-	(64.436)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(512)	2.035	-	-	1.523
Participações (Partes Beneficiárias)	-	(13.137)	-	-	(13.137)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.352</b>	<b>134.606</b>	<b>193.318</b>	<b>(95.253)</b>	<b>235.023</b>
Atribuído aos Acionistas Controladores					183.510
Atribuído aos Acionistas Não Controladores					51.513

## 27. CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social Operações Continuadas</b>	<b>174.228</b>	<b>183.510</b>	<b>291.012</b>	<b>311.073</b>
<b>Ajustes ao Lucro do Exercício</b>				
Resultado gerado diretamente na conta de lucros e prejuízos acumulados	-	-	-	228
Depreciação e Amortização	2.412	2.341	8.259	8.058
Resultado de Equivalência Patrimonial	(162.932)	(163.896)	(93.256)	(88.267)
Constituição/(Reversão) Estimativa de Perda com créditos de liquidação duvidosa	1.559	(2.863)	1.556	(2.220)
Provisão/Reversão de Riscos Trabalhistas, Cível e Fiscais	(9.638)	1.555	(9.643)	333
Ajuste a Valor Presente	-	-	(582)	(128)
Ganho na Repactuação do Risco Hidrológico	-	-	(2.038)	(1.448)
Ganho na Alienação de Bens	-	-	(114)	-
	<b>(168.599)</b>	<b>(162.863)</b>	<b>(95.818)</b>	<b>(83.444)</b>
<b>(Acréscimos)/Decréscimos nos Ativos Operacionais</b>				
Contas a Receber	19.854	(9.608)	18.399	(7.474)
Estoques	5.541	(3.356)	(23.990)	(3.436)
Depósitos e Bloqueios Judiciais	5.854	(99)	2.228	(3.113)
Dividendos e Juros ao Capital Próprio	3.866	(1.522)	5.916	(2.341)
Tributos e Contribuições Compensáveis	(5.046)	(7.353)	(8.268)	(7.179)
Demais Créditos	(4.609)	14.443	(3.957)	52.149
	<b>25.460</b>	<b>(7.495)</b>	<b>(9.672)</b>	<b>28.606</b>
<b>Acréscimos/(Decréscimos) nos Passivos Operacionais</b>				
Fornecedores	(12.811)	(5.992)	11.690	(4.433)
Obrigações Tributárias	(3.222)	146	(4.929)	(1.132)
Encargos Regulatórios	-	-	1.669	641
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(5.550)	10.058	2.016	892
Demais Obrigações	3.175	591	5.097	(2.236)
	<b>(18.408)</b>	<b>4.803</b>	<b>15.543</b>	<b>(6.268)</b>
<b>Caixa Proveniente das Atividades Operacionais</b>				
Recebimento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	179.486	156.110	110.901	98.152
Pagamento de Imposto Renda e Contribuição Social	(10.012)	(15.454)	(75.213)	(104.744)
	<b>169.474</b>	<b>140.656</b>	<b>35.688</b>	<b>(6.592)</b>
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais de Operações Continuadas</b>	<b>182.155</b>	<b>158.611</b>	<b>236.753</b>	<b>243.374</b>

## 28. EVENTOS SUBSEQUENTES

### 28.1. GERAÇÃO DISTRIBUÍDA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA

No dia 19 de fevereiro de 2025, a Controlada CEB Participações S.A. celebrou um acordo inovador com o Supremo Tribunal Federal (STF) e a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) para fomentar a geração compartilhada de energia limpa no Distrito Federal. A iniciativa está em conformidade com a Lei Distrital nº 6.274/2019, que estabelece diretrizes para a Política Distrital de Incentivo à Geração e ao Aproveitamento de Energia Solar, Eólica e de Biomassa.

O acordo prevê a implantação de uma usina de geração distribuída (GD) fotovoltaica com capacidade instalada de 3 MW, ocupando uma área de 13,2 hectares. O objetivo principal é garantir que todos os integrantes do consórcio tenham acesso a uma fonte sustentável de energia, promovendo a redução do impacto ambiental.

O investimento inicial para a construção da Unidade Fotovoltaica (UFV) será de R\$ 15.284 milhões. Após sua implementação, a usina terá um custo operacional anual de R\$ 627 mil e gerará uma receita estimada de R\$ 4.330 milhões por ano. A projeção da Taxa Interna de Retorno (TIR) para o empreendimento é de 13,3% ao ano.

A CEB Participações S.A. detará 50% de participação no negócio, enquanto a outra metade ficará com a Terracap, diversificando suas fontes de receita por meio de:

- Arrendamento da UFV: Geração de receita com o aluguel da unidade fotovoltaica.
- Redução de custos com energia: Diminuição dos gastos com eletricidade devido à produção própria de energia solar.
- Prestação de serviços: Oferta de serviços de operação, manutenção e administração para o consórcio responsável pela UFV.

Esse projeto representa um avanço significativo na ampliação da matriz energética sustentável do Distrito Federal, consolidando o compromisso com a sustentabilidade e a eficiência energética.

**Brasília, 20 de março de 2025.**

**EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA**  
Diretor-Presidente

**BRÁS KLEYBER BORGES TEODORO**  
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

**WANDERSON SILVA DE MENEZES**  
Diretor de Regulação e de Fiscalização de Concessões

**FAUSTO DE PAULA MENEZES BANDEIRA**  
Diretor de Planejamento e de Gestão de Riscos

**CLEONICE MARIA DE OLIVEIRA DO PRADO**  
Contadora CRC/DF nº 023.467-O

**FERNANDO LEOVEGILDO DE SÁ LOPES**  
Contador CRC/DF nº 023.800-O



RESOLUÇÃO Nº 012, DE 07 DE MARÇO DE 2025.

2.791ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras consolidadas e Proposta de Destinação do Resultado da Companhia Energética de Brasília – CEB, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A Diretoria, acolhendo o Voto - CEB-H/DF ( 164832925) do relator, com fundamento no inciso X, art. 27, do Estatuto Social da CEB e em consonância com o disposto: **i)** na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral – NBC TG 24 (R2), de 24 de novembro de 2017, do Conselho Federal de Contabilidade; **ii)** na Resolução CVM nº 80, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, de 29 de março de 2022; **iii)** o disposto na Lei nº 6.404/1976, **RESOLVE: 1)** autorizar o envio das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024 (164745801); **2)** autorizar a emissão e divulgação das Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia Energética de Brasília – CEB, referentes ao exercício de 2024 (164745801), nos termos dispostos no Art. 27, § 1º, Inciso VI, da Resolução CVM nº 80/2022, a qual será publicada em jornal de grande circulação ; **3)** encaminhar a minuta do Relatório da Administração relativo ao exercício de 2024 (164833779) e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024 (164745801) para: **3.1)** revisão do Comitê de Auditoria Estatutário da CEB, conforme disposto no inciso III do art. 8º do Regimento Interno do CAE; **3.2)** análise e manifestação do Conselho de Administração conforme disposto no inciso I do art. 19 do Estatuto Social da Companhia Energética de Brasília - CEB e no inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404/1976; **3.3)** exame e opinião do Conselho Fiscal conforme disposto nos incisos II e VII do art. 163 da Lei nº 6.404/1976; **4)** aprovar a Declaração da Diretoria (164746114) de que tomou conhecimento, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis, bem como com as opiniões expressas no Relatório do Auditor Independente (164745989), conforme disposto no Art. 27, § 1º, incisos V e VI, da Resolução CVM nº 80/2022, e autorizar seu arquivamento na CVM e sua publicação ao mercado em geral, tão logo sejam aprovadas pelos órgãos de governança da CEB; **5)** encaminhar a matéria ao Conselho de Administração para apreciação e convocação de Assembleia Geral conforme disposto no inciso X do art. 19 do Estatuto Social da Companhia Energética de Brasília - CEB e no inciso IV do art. 142 da Lei nº 6.404/1976; **6)** encaminhar a proposta de destinação do resultado do exercício de 2024 da Companhia Energética de Brasília - CEB nos termos da Proposta - CEB-H/DF/GRI (164835206), para opinião do Conselho Fiscal conforme disposto no inciso III do art. 163 da Lei nº 6.404/1976, detalhada a seguir:

**DEMONSTRATIVO DA DESTINAÇÃO DO RESULTADO DE 2024**

<b>Distribuição do Lucro do Exercício</b>	<b>2024</b>
Lucro do Exercício	R\$ 174.228.036,26
(-) Reserva Legal	-
<b>(=) Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>R\$ 174.228.036,26</b>

(-) Juros Sobre o Capital Próprio	R\$ 61.822.426,66
<b>Dividendos Adicionais Propostos</b>	<b>R\$ 86.271.404,16</b>
Reserva para Expansão de Novos Negócios	R\$ 26.134.205,44

**EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA**

Diretor-Presidente

**BRÁS KLEYBER BORGES TEODORO**

Diretor Administrativo-Financeiro e de  
Relações com Investidores

**Relator**

**FAUSTO DE PAULA MENEZES BANDEIRA**

Diretor de Planejamento e de Gestão de Riscos

**WANDERSON SILVA DE MENEZES**

Diretor de Regulação e Fiscalização de  
Concessões



Documento assinado eletronicamente por **BRÁS KLEYBER BORGES TEODORO - Matr.0005497-6, Diretor(a) Administrativo(a)-Financeiro(a) e de Relações com Investidores**, em 10/03/2025, às 17:27, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **WANDERSON SILVA DE MENEZES - Matr.0005750-9, Diretor(a) de Regulação e Fiscalização de Concessões**, em 11/03/2025, às 10:34, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA - Matr.0006174-h, Diretor(a)-Presidente**, em 11/03/2025, às 12:47, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FAUSTO DE PAULA MENEZES BANDEIRA - Matr.0007214-h, Diretor(a) de Planejamento e de Gestão de Riscos**, em 11/03/2025, às 16:56, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=164950849)  
verificador= **164950849** código CRC= **BAD7680C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SIA, Área de Serviços Públicos, lote C, bloco E - Bairro Setor Industrial (Guará) - CEP 71215-902 - DF  
Telefone(s): 3465-9604  
Sítio - [www.ceb.com.br](http://www.ceb.com.br)





CNPJ: 00.070.698/0001-11

NIRE: 53 3 0000154

**RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO  
REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL DA COMPANHIA FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2024**

O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração e composto por três membros independentes, nomeados pelo Conselho de Administração, sendo suas atividades definidas pela Lei n.º 13.303/2016 (Lei das Estatais), Resolução CVM n.º 23, de 25 de fevereiro de 2021 e demais legislações vigentes, além das atribuições definidas pelo Estatuto Social da Companhia e por seu Regimento Interno. Os membros do Comitê vêm apresentar seu Relatório Anual Resumido referente ao exercício social da Companhia findo em 31 de dezembro de 2024, reafirmando manter uma postura imparcial e cética no desempenho de suas atividades, especialmente em relação às estimativas presentes nas demonstrações financeiras e à gestão da Companhia. **Atividades do Comitê:** O planejamento dos trabalhos foi realizado considerando as principais atribuições, sendo revisado periodicamente à medida da evolução das atividades. O Comitê acompanhou as atividades desenvolvidas pelas áreas responsáveis por realizar o controle interno, o gerenciamento de riscos, elaboração das demonstrações financeiras e o acompanhamento das contingências no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024. Nesse período realizou 18 reuniões, 12 ordinárias e 6 extraordinárias, contemplando os seguintes trabalhos desenvolvidos: **a)** Revisou e considerou adequado o plano de trabalho do auditor independente para elaboração de auditoria independente; **b)** Supervisionou as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; **c)** Supervisionou as atividades da área de controles internos, bem como discutiu com a Administração e os auditores independentes a respeito da efetividade e adequação dos controles internos da Companhia; **d)** Revisou o processo de monitoramento de riscos reportados pela área de controles internos da Companhia; **e)** Supervisionou as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, bem como revisou as análises e premissas utilizadas pela Administração e corroboradas pelos auditores independentes para a elaboração de suas demonstrações financeiras trimestrais e anual; **f)** Avaliou e monitorou, juntamente com a Administração e auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas divulgações; **g)** Criou rotinas de verificação de eventuais riscos sofridos pela Companhia, em especial riscos envolvendo processos judiciais e procedimentos administrativos em geral; e **h)** Elaborou em conjunto com a Administração o cronograma de reuniões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Todos os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Auditoria Estatutário, foram devidamente formalizados em atas. Ao longo do exercício de 2024 foram realizadas reuniões com a Auditoria Interna, Ouvidoria, Auditoria Independente, Assessoria Jurídica, Diretoria Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, Diretoria de Planejamento e de Gestão de Riscos, Diretoria de Regulação e Fiscalização de Concessões e demais áreas e órgãos que integram a governança da Companhia. Salienta-se que, previamente às divulgações das informações trimestrais (ITRs) e anual, os integrantes do Comitê reuniram-se com a BDO RCS Auditores Independentes LTDA SS para avaliar os aspectos do ambiente de controle na geração das informações e dos números divulgados e da independência dos auditores. O Comitê avaliou a

independência da Auditoria Externa e a minuta do seu parecer, emitido sem ressalvas. Durante o curso dos trabalhos, não houve situação de divergência significativa entre a Administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação a tais demonstrações financeiras. **Conclusão:** A análise dos apontamentos dos relatórios da Auditoria Interna, das exposições de riscos da Companhia, do *compliance* e da Auditoria Independente, ponderadas as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, não apresentou elementos que comprometessem a efetividade do sistema de controles internos. A mitigação dos pontos indicados está sendo processada e monitorada. Tendo em vista o Relatório dos Auditores Independentes sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados aspectos relevantes que pudessem comprometer a efetividade dos controles internos da Companhia, suas subsidiárias e controladas. Neste período foram examinados os relatórios de Controles Internos e da Auditoria Interna até a data base de dezembro de 2024 e efetuadas recomendações de providências corretivas em relação aos seus apontamentos. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis com observância à Lei das Sociedades por Ações e à Lei nº 13.303/2016 e às normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Comitê examina regularmente as demonstrações financeiras, mantém contato frequente com a Administração, Contabilidade, Auditoria Interna e Auditoria Independente, permitindo-lhe avaliar a qualidade dessas demonstrações e entender que estão livres de distorções relevantes. Com base nas atividades desenvolvidas por este Comitê de Auditoria Estatutário, no que lhes foi dado conhecer, concluímos que as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas da Companhia Energética de Brasília – CEB foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares, entendendo que as referidas demonstrações financeiras do Grupo CEB, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão adequadas, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Brasília-DF, 14 de março de 2025.

Marcello Joaquim Pacheco – Coordenador

João Carlos de Oliveira – Membro

Wilmar Moreira da Silva - Membro



Documento assinado eletronicamente por **WILMAR MOREIRA DA SILVA - Matr.0001551-h, Membro do Comitê**, em 18/03/2025, às 15:22, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO CARLOS DE OLIVEIRA - Matr.0001554-h, Membro do Comitê**, em 18/03/2025, às 17:02, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELLO JOAQUIM PACHECO - Matr.0001547-h, Membro do Comitê**, em 18/03/2025, às 18:33, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&verificador=165640985](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=165640985) código CRC= **2E0E9524**.



**DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CEB**  
**Referente a 651ª REUNIÃO ORDINÁRIA, realizada em 20 de março de 2025.**

**Assunto:** Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024, acompanhados das notas explicativas.

O Conselho de Administração da Companhia Energética de Brasília - CEB, com amparo na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e no Estatuto Social da Companhia, art. 19, inciso I, examinou o Relatório da Administração da Empresa e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhados das notas explicativas, do Relatório da Administração e da proposta de destinação do resultado do exercício, em conformidade com o disposto na Resolução de Diretoria nº 012, de 07.03.2025, e tomou conhecimento do relatório da BDO RCS Auditores Independentes S/S, emitido sem ressalvas, em 20.03.2025. O Conselho de Administração manifestou-se, por unanimidade, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, aprovando sua divulgação e encaminhamento à deliberação da Assembleia Geral Ordinária. Registra-se que o Conselheiro Edison Antônio Costa Britto Garcia se absteve de votar quanto ao Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e a proposta de destinação dos resultados, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, pela qualidade de Diretor-Presidente da Companhia. Dessa forma, o Conselho DECIDIU convocar a Assembleia Geral Ordinária e submeter o Relatório da Administração da Empresa e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhados das notas explicativas, do Relatório Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário 2024 – CEB, do Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, emitido pela BDO RCS Auditores Independentes S/S e da proposta de destinação do resultado do exercício à sua deliberação.

WALTER LUÍS BERNARDES ALBERTONI	
Presidente do Conselho	
BOLIVAR TARRAGÓ MOURA NETO	CLÁUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS
DANIEL ROSAS DO CARMO	EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA
HANDERSON CABRAL RIBEIRO	IVAN MARQUES DE TOLEDO CAMARGO
SAMUEL SALDANHA TEIXEIRA	TIAGO MODESTO COSTA

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
SGAN 601 Bloco H - Edifício ÍON - Bairro ASA NORTE - CEP 70.830-010 -  
Telefone(s):  
Sítio - [www.ceb.com.br](http://www.ceb.com.br)





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA S.A. - HOLDING

Conselho Fiscal da CEB

Parecer SEI-GDF n.º 1/2025 - CEB-H/CF

CNPJ: 00.070.698/0001-11

NIRE: 53300001545

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

*O Conselho Fiscal da Companhia Energética de Brasília - CEB, no âmbito das suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório Anual da Administração referente ao exercício de 2024, examinou o Balanço Patrimonial Individual e Consolidado da Companhia Energética de Brasília - CEB, levantados em 31 de dezembro de 2024, as respectivas Demonstrações de Resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, acompanhadas das Notas Explicativas. As peças foram apresentadas de forma comparativa àquelas encerradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, todas elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, Resoluções da CVM e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). O Colegiado tomou conhecimento do parecer da BDO RCS Auditores Independentes S/S, emitido sem ênfases ou ressalvas. Com base nos documentos apresentados e no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal concluiu por unanimidade que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, sendo de opinião que se encontram em condições de serem submetidas à deliberação final da Assembleia Geral Ordinária da Companhia Energética de Brasília - CEB. O Conselho também tomou conhecimento da Proposta de Destinação dos Resultados do Exercício de 2024, nos termos da Resolução de Diretoria n.º 012, de 07.03.2025, e sobre ela emitiu parecer favorável, em atendimento ao disposto no inciso III do art. 163 da Lei n.º 6.404/1976.*

Brasília, 21 de março de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Tarquínio Sardinha Ferro - Matr.000307, Conselheiro(a) Fiscal**, em 21/03/2025, às 13:44, conforme art. 6º do Decreto n.º 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO AUGUSTO MONTEIRO - Matr.0000292-h, Conselheiro(a) Fiscal**, em 21/03/2025, às 13:49, conforme art. 6º do Decreto n.º 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RENE SANDA - Matr.0001558-h, Conselheiro(a) Fiscal**, em 21/03/2025, às 14:05, conforme art. 6º do Decreto n.º 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FABRICIO DE OLIVEIRA BARROS - Matr.0001557-h, Conselheiro(a) Fiscal**, em 21/03/2025, às 15:02, conforme art. 6º do Decreto n.º 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=166246829)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=166246829)  
verificador= **166246829** código CRC= **5B64E7BA**.

---

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SGAN 601 Bloco H - Edifício ÍON - Bairro ASA NORTE - CEP 70.830-010 -

---

00093-00000455/2023-10

Doc. SEI/GDF 166246829

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA**

**Relatório do auditor independente**

**Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas**

**Em 31 de dezembro de 2024**

# **COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA**

**Demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2024**

## **Conteúdo**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

**Balanco patrimonial**

**Demonstração do resultado**

**Demonstração do resultado abrangente**

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

**Demonstração dos fluxos de caixa**

**Demonstração do valor adicionado**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Companhia Energética de Brasília**  
Brasília - DF

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Companhia Energética de Brasília** (“**CEB**” ou “**Companhia**”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **CEB**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à **CEB** e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### **Investimentos em participações societárias**

A CEB possui como atividade principal participar de entidades do ramo de energia de forma a viabilizar sua atuação na exploração direta ou indireta de energia elétrica e gás, voltados ao segmento de geração e comercialização, por essas entidades, se beneficiando da performance financeira de suas investidas. Em 31 de dezembro de 2024, os investimentos em participações societárias totalizaram R\$ 638 milhões na Controladora e R\$ 445 milhões no Consolidado e as receitas de equivalência patrimonial totalizaram o montante de R\$ 163 milhões na Controladora e de R\$ 93 milhões no Consolidado, conforme descrito na nota 11.

Considerando a importância das participações societárias e os respectivos ganhos decorrentes dessas participações na formação da estrutura patrimonial e do resultado anual da Companhia, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

### **Receita operacional líquida**

Conforme descrito na Nota 21.1, a Companhia registrou os valores de R\$ 35 milhões e R\$ 81 milhões como receita de prestação de serviços na Controladora e no Consolidado, respectivamente e de R\$ 304 milhões como receita de venda de energia no Consolidado, decorrentes da exploração do mercado de energia, sendo de iluminação pública pela Controladora e de geração e venda de energia elétrica no Consolidado, gerada indiretamente por suas controladas.

Para a determinação dos valores dessas receitas, a Companhia considera os contratos com as instituições conveniadas, os resultados históricos auferidos no exercício, além da segregação entre os diferentes tipos e especificidades de cada transação.

Considerando que a mensuração dessas receitas está amparada em grande volumetria de operações realizadas e as diferentes naturezas de cada produto/transação, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

### **Resposta da Auditoria ao assunto**

Para a receita de equivalência patrimonial, os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) O entendimento e teste dos controles internos relevantes relacionados à revisão de performance das investidas;
- (ii) Envio de instruções de auditoria e revisão dos papéis de trabalho para os auditores dos componentes (investidas), considerando os níveis de materialidade, incluindo discussão sobre a abordagem nos principais assuntos ocorridos nas investidas;
- (iii) Recálculo do método de equivalência patrimonial e conciliação com os registros contábeis de todas as investidas;
- (iv) Teste de liquidação financeira dos recebimentos de juros sobre capital próprio e dividendos no exercício.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos, consideramos as evidências apropriadas e suficientes no contexto das demonstrações financeiras.

### **Resposta da Auditoria ao assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos relevantes relacionados ao recebimento dos arquivos operacionais que contemplam as volumetrias de negócios (resultados históricos) do exercício, processo de mensuração dos percentuais de remuneração por tipo de transação, movimentação dos saldos faturados no exercício e confronto com os registros contábeis e, por fim, teste de liquidação financeira de toda a receita auferida no exercício.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os processos de registro da receita de iluminação pública, bem como da receita de geração e venda de energia elétrica, estão amparados em evidências apropriadas e suficientes no contexto das demonstrações financeiras.

## Outros assuntos

### Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis incluem valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins comparação. Esses valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram auditadas por outros auditores que emitiram relatório de auditoria datado em 21 de março de 2024, contendo opinião sem ressalva.

### Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 / CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de modo relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra maneira, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a

Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

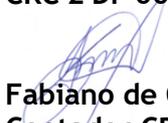
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 21 de março de 2025.



**BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.**  
**CRC 2 DF 002567/F**

  
**Fabiano de Oliveira Barbosa**  
**Contador CRC 1 DF 015827/O-3**